

PROJETO FIEB – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 02.2024

VÁRIOS CARGOS

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta aos recursos interpostos em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, segue abaixo o parecer da Banca Examinadora.

FUNDAMENTAL COMPLETO (CARGOS 101 E 102)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CARGO 101)

Questão 18: o recurso é improcedente, pois a questão está de acordo com o conteúdo programático, visto que se refere a um alimento lácteo, que é de conhecimento geral, que é o leite. Além disso, também é possível responder à questão, com base no conhecimento da função dos alimentos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 19: o recurso é improcedente, pois a questão está de acordo com o conteúdo programático, pois se refere à contaminação e doenças veiculadas por alimentos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 23: o recurso é improcedente, pois a questão se refere à função dos alimentos, que consta no conteúdo programático.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 24: o recurso é improcedente, pois a questão está de acordo com o conteúdo programático, desse modo, segue abaixo o cotejo das proposições:

I – A Organização Mundial da Saúde (OMS) é o órgão responsável pela fiscalização das práticas de higiene em locais como cozinhas industriais. A ANVISA é o órgão responsável pela fiscalização das práticas de higiene em locais como cozinhas industriais, por isso a proposição é incorreta.

II – É preciso identificar as áreas que necessitam de limpeza e higienização diariamente, como geladeiras e freezers e daquelas que demandam uma limpeza planejada, como pisos, bancadas e utensílios. Pisos, bancadas e utensílios, que são utilizados diariamente em uma cozinha, para o preparo dos alimentos, devem ser higienizados diariamente. A questão afirma que pisos, bancadas e utensílios demandam de uma limpeza planejada, por isso é incorreta.

III – Rachaduras e outros defeitos em utensílios e tábuas de corte podem favorecer o acúmulo de sujeira e com isso o aumento de bactérias. Proposição correta.

IV – Fogões, pias, bancadas e chão precisam ser desinfetados para que haja a eliminação dos microrganismos. De acordo com a RDC 216, desinfecção é definida como a operação de redução, por método físico e/ou agente químico, do número de microrganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento. Com base nessa informação, a proposição é correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 25: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 25, anulando-a.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois a questão se refere à função dos alimentos, que consta no conteúdo programático da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO (CARGOS 201 A 217)

LÍNGUA PORTUGUESA (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 2: o recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A comparação é de fato o recurso retórico principal porque é com a comparação de sua infância com a de sua filha que a autora abre seu texto, embasando sua ideia inicial ou tese de que não se deve deixar que as crianças usem as telas de hoje em dia sem supervisão. Também é com essa comparação que a autora fecha seu texto: as telas de sua infância não são como as de hoje que cabem no bolso. Entre introdução e conclusão, a autora se utiliza de um argumento de autoridade, o livro do escritor Haidt. Entretanto, o conteúdo do livro que a autora do texto ressalta apenas continua e embasa sua comparação, dizendo que a infância está “se tornando cada vez menos baseada no brincar”, isto é, em comparação com uma infância anterior (a dela, provavelmente) e que “pais se tornaram excessivamente protetores” por passarem “a ver o uso de telas como uma alternativa segura”. Tais afirmações pressupõem a comparação do estado das coisas agora com um estado anterior, isso fica expresso pelo uso das construções verbais “se tornando” e “passaram a ver”. Sendo assim, o argumento de autoridade apenas reforça o que é estabelecido e fechado pela comparação inicial e só o faz a partir da comparação feita no livro. Por isso, a questão autoritativa do argumento é secundária, sendo a comparação o recurso mais importante que permeia o texto todo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 3: o recurso é improcedente, pois conforme o Capítulo XI (Dos Recursos), o subitem 11.9. aduz que “Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: **11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;** **11.9.2. Fora do prazo estabelecido;** **11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente;** 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 4: o recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A questão pedia que o candidato assinalasse a alternativa que apresentasse um sinônimo da palavra “**indiscriminadamente**”. Os candidatos alegam que no texto o termo destacado é “**indiscriminado**”, de fato, a alegação é válida, contudo, para a resolução da questão sequer é preciso do texto, basta apenas ter o conhecimento sobre sinônimo, que são palavras da mesma categoria gramatical, com sentido parecido e com forma diferente, que podem intercambiar-se em determinados contextos com ou sem matizações de significado e assinalar a alternativa que correspondesse ao enunciado. Desse modo, considerando que não houve prejuízo para o candidato nem no entendimento nem na resolução, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 6: o recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. É correto afirmar que o pronome a ser usado é “lhe”, porém, o uso em próclise é obrigatório no contexto apresentado porque o pronome relativo “que” é um fator de atração de pronomes.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 8: o recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A alternativa correta segundo o gabarito divulgado é a “A”, nela não consta vírgula depois de “ambiente”. Tal uso seria equivocado porque separaria a palavra “ambiente” de seu complemento nominal.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 10: o recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A única alternativa correta é a que apresenta “Antes do ocorrido, um outro tornado já acarretara prejuízos indizíveis”. O contexto dá conta de apontar que o verbo “acarretara” é pretérito mais-que-perfeito e, assim, não leva acento no último “a”. “Prejuízo” e “indizíveis” estão corretamente acentuadas. A alternativa “D” está incorreta porque a palavra “vem” teria que concordar com o plural de “intempéries” e, assim, ser acentuado: “vê”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 11: o recurso é improcedente, pois conforme o Capítulo XI (Dos Recursos), o subitem 11.9. aduz que “Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: **11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora.** 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 12: o recurso é improcedente, a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve lógica de dedução e conclusão de conceitos, obtidos resultados por testes simples. Conforme apontado pelo próprio candidato, “um número inteiro negativo, elevado a um expoente par, resultará sempre em um resultado positivo”, isso pode ser testado facilmente, por exemplo:

$$(-1)^6 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = 1$$

Assim sendo, a conclusão é que resultará sempre em um número **positivo**.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 13: o recurso é improcedente, pois a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve lógica de dedução por associação simples. Note que a letra inicial do nome coincide com a letra inicial de sua profissão, logo, **Valéria** só pode ser **Vendedora**.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 14: o recurso é improcedente, pois a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve raciocínio lógico. Note que quando se dividem os minutos por 60 (unidade sexagesimal), está sendo convertido em horas, quando o resto for menor que 60, não deverá mais ser dividido, pois são os minutos restantes.

Logo, 573 minutos divididos por 60 = 9 horas e restariam 33 minutos, resultando em 9 horas e 33 minutos. Para comprovar, observe o caminho inverso: $9 \times 60 = 540 + 33 = 573$ minutos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 17: o recurso é improcedente, pois a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve raciocínio lógico. Não necessita de fórmulas ou conceitos físicos, mas, também poderia ser usado.

Note que são 108 km em uma hora ou 108 km em 60 minutos, desse modo, pode-se afirmar que são 36 km em 20 minutos, então, 40 minutos serão $36 \times 2 = 72$ km.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 19: o recurso é improcedente, pois a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve raciocínio lógico. Será feito o caminho inverso para tornar mais fácil a compreensão: “o único filho do meu pai” = sou eu. Logo, eu sou o pai de Fernando. Então, Fernando é meu filho.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 20: o recurso é improcedente, pois a questão mencionada está em consonância com o edital e envolve as leis de Morgan. A negação da sentença “hoje é sexta-feira e amanhã não trabalharei”, é “hoje não é sexta-feira ou amanhã trabalharei”, nega-se a primeira, muda-se o conectivo (e para ou) e afirma-se o segundo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CARGO 201)

Questão 22: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “A”: vinculado (ou poder regrado). O administrador público pode praticar ato cuja forma, modo, tempo e conteúdo são definidos em lei (direito positivo). A realização está sujeita a texto de lei e vincula o administrador a ela. A lei, que confere poder de promover, indica os requisitos a serem atendidos. Ex.: **nomeação, após aprovação em concurso;** isenção de tributos, após determinados requisitos serem observados; demissão, após processo regular com confirmação de infração etc.

As demais são incorretas porque

Poder discricionário – O administrador público possui liberdade de agir administrativamente, de escolher como realizar certos atos, subordinando-os à sua conveniência, oportunidade ou conteúdo (explícita ou implicitamente) dentro dos limites legais. É legítimo e válido quando autorizado pelo direito. Pode e deve ser usado pelo administrador.

Poder hierárquico – usado pelo Executivo com o objetivo de ordenar, coordenar, corrigir e controlar as atividades administrativas, dentro da administração (distribui e escalona funções em órgãos e serviços). Há relação de subordinação entre servidores de seus vários órgãos. Possui gradação de autoridade. Pode dar ordens, fiscalizar, delegar, avocar, rever e punir. Só há hierarquia nas funções administrativas.

Poder regulamentar (Constituição da República, artigo 1, inciso III) – É exercido somente pelos chefes do Executivo (federal, estadual e municipal) para “explicar” a lei expedindo normas autônomas, através de decretos para a sua correta execução (decretos regulamentares, independentes ou autônomos). Não substitui a lei, só a executa através de atos administrativos regulamentadores: normativos (regulamentos gerais) e individuais (provimentos de cargos, punição etc.).

Fonte: Noções de Direito Administrativo. Zilda Cristina Ventura Fajoses Gonçalves. Rede e-Tec brasil. P. 35-36.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “B”. A proposição III é incorreta, pois controle finalístico, de supervisão ministerial, de tutela administrativa, é o controle exercido pela

administração direta aos atos praticados pela administração indireta. É um controle interno exercido sem que haja subordinação.

O controle exercido entre os órgãos da administração direta que sejam escalonados verticalmente, em cada Poder, e existe controle hierárquico entre os órgãos de cada entidade da administração indireta que sejam escalonados verticalmente, no âmbito interno da própria entidade constitui o **controle hierárquico**.

Fonte: Controle da Administração Pública: noções gerais, meios e instrumentos do controle jurisdicional. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/controle-da-administracao-publica/648596134#:~:text=2.4%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20quanto%20ao%20%C3%B3rg%C3%A3o&text=Nessa%20classifica%C3%A7%C3%A3o%20o%20controle%20se%20divide%20em%20administrativo%20e%20judicial%20e%20legislativo>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 27: o recurso é improcedente, pois a alternativa incorreta é a “C”, pois a LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado tanto por pessoas jurídicas quanto por pessoas naturais, desde que o tratamento de dados tenha como objetivo a atividade econômica. Isso significa que a lei não se restringe apenas às empresas e outras entidades, mas também pode ser aplicada a indivíduos que tratam dados pessoais para fins comerciais.

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

As demais alternativas são corretas, conforme o artigo 1º, a LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais em meios digitais e físicos; o artigo 41 prevê a figura do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e o Capítulo III, dos direitos dos titulares, artigo 18., inciso VII, A LGPD confere aos titulares de dados o direito de obter informações sobre o compartilhamento de seus dados.

Na mesma toada, a Lei n.º 13.709/2018, no artigo 5º, considera:

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que **realiza** o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Na mesma Lei, Seção II, Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, o artigo 41 prevê que o controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Fonte: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei n.º 13.709/2018.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “B”: Quanto à **adequação**: os serviços públicos dividem-se em serviços próprios, e, impróprios do Estado. **(a)** São serviços próprios do Estado, aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público, nos quais a Administração Pública faz uso da sua supremacia perante os demais administrados. Neste caso, os serviços são indelegáveis, devendo ser prestados pelo próprio Poder Público de forma gratuita ou baixa remuneração, a fim de que possam ser usufruídos por toda coletividade. É o que ocorre com a saúde pública, segurança pública etc. **(b)** São serviços impróprios do Estado. São aqueles que não afetam substancialmente as necessidades da coletividade, motivo pelo qual a prestação pode ser outorgada a entidades estatais descentralizadas ou delegada a iniciativa privada. Serviços impróprios do Estado, satisfazem interesses

comuns de seus membros, e, por isso, a Administração os presta remuneradamente, por seus órgãos ou entidades descentralizadas, esses serviços normalmente, são rentáveis e podem ser realizados com ou sem privilégio, mas sempre sob regulamentação e controle do poder público competente. Exemplo: telefonia fixa.

Quanto à **essencialidade**: os serviços públicos dividem-se em públicos propriamente ditos e de utilidade pública. **(a)** Serviços públicos propriamente ditos. São aqueles prestados diretamente pela Administração Pública por serem considerados indispensáveis e necessários para a sobrevivência de um determinado grupo social e do próprio Estado. Nesse sentido, são indelegáveis, no sentido de que somente à Administração Pública, ou, pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração indireta, devem prestá-los. É o caso da garantia da defesa nacional, da segurança interna, da fiscalização de atividades oriundas dos atos do poder de polícia, da preservação da saúde pública etc. Esses serviços públicos indelegáveis, ocorre em razão da necessidade de atos de impérios e medidas compulsórias em relação aos administrados. **(b)** Serviços de utilidade pública. São aqueles no qual a prestação não é indispensável para a coletividade, mas conveniente e oportuna na medida em que facilita a vida do indivíduo. São, portanto, serviços públicos delegáveis, prestados pelo Estado, ou, alternativamente delegados à particulares através da concessão ou permissão. São exemplos de serviços de utilidade pública, mediante remuneração por parte do usuário, o fornecimento de energia elétrica, gás, transporte coletivo rodoviário de passageiros, telefonia, entre outros (incorreta).

Quanto à **finalidade**: se dividem em serviços administrativos e serviços industriais. **(a)** Serviços Administrativos são aqueles prestados para atender as necessidades internas da Administração. Nos dizeres de Hely Lopes, são os que a Administração executa para atender as suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público, tais como os da imprensa oficial das estações experimentais e outros dessa natureza[19]. Assim, serviços públicos administrativos, constituem-se nas atividades internas da própria Administração que, muito embora, não configure uma prestação de uso direto pelo administrado, beneficia-o indiretamente, pois são serviços indispensáveis ao bom funcionamento do órgão público. Exemplo imprensa oficial. **(b)** Serviços Industriais (também conhecidos como serviços públicos econômicos, os serviços públicos industriais ou comerciais), referem-se às atividades de exploração econômica pelo Estado em sentido estrito. Os serviços em questão, por se qualificarem em uma atividade econômica, são impróprios do Estado, podendo ser explorado pelo Poder Público quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Ocorre que tais serviços, por serem impróprios, produzem renda para quem os presta através de tarifa ou preço público. São exemplos de serviços industriais: as vendas de refeições a preços populares por empresa pública (incorreta).

Quanto **aos destinatários**: se classificam em Serviços *uti universi* ou gerais; Serviços *uti singuli* ou individuais. **(a)** Serviços *uti universi* ou gerais, são aqueles prestados pela Administração Pública a usuários indeterminados, a fim de atender à coletividade em sua amplitude. São serviços indivisíveis, isto é, impossíveis de serem mensuráveis quanto a sua utilização efetiva. Nesse sentido, a prestação desse serviço é custeada pela arrecadação de receitas provindas dos impostos, conhecidos como tributos não vinculados. São exemplos de serviços *uti universi*: iluminação pública, segurança pública, limpeza e conservação de logradouros públicos etc. **(b)** Serviços *uti singuli* ou individuais. Quando o Poder Público exerce diretamente atividade singular direcionada a um determinado usuário, passível de ser mensurável (possibilidade de aferição), denominar-se-á de serviços *uti singuli*. Assim, serviços individuais, são aqueles nos quais têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água, e a energia elétrica domiciliares. Nesse sentido, os serviços individuais quando prestados diretamente pelo Estado serão remunerados pela espécie tributária denominada “taxa”, ou, pela tarifa, momento em que a prestação do serviço público *uti singuli* é prestado indiretamente pela iniciativa privada através da delegação (incorreta).

Fonte: Serviços Públicos, conceito e classificação. Jusbrasil. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/servicos-publicos-conceito-e-classificacao/825570682>

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo. 2007.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 32: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “A”, pois cessão de uso é o contrato administrativo através do qual transfere-se o uso de bem público de um órgão da Administração para outro na mesma esfera de governo ou em outra.

Permissão de uso: É o ato administrativo unilateral, discricionário e precário através do qual transfere-se o uso do bem público para particulares por um período maior que o previsto para a autorização. Exemplo: instalação de barracas em feiras livres; instalação de Bancas de jornal; Box em mercados públicos; Colocação de mesas e cadeiras em calçadas (incorreta).

Concessão comum de uso ou Concessão administrativa de uso: É o contrato por meio do qual delega-se o uso de um bem público ao concessionário por prazo determinado. Por ser direito pessoal não pode ser transferida, “inter vivos” ou “causa mortis”, a terceiros. Exemplo: área para parque de diversão; Área para restaurantes em Aeroportos; Instalação de lanchonetes em zoológico (incorreta).

Autorização de uso: É o ato administrativo unilateral, discricionário e precaríssimo através do qual transfere-se o uso do bem público para particulares por um período de curtíssima duração. Libera-se o exercício de uma atividade material sobre um bem público. Exemplo: empreiteira que está construindo uma obra pede para usar uma área pública, em que irá instalar provisoriamente o seu canteiro de obra; Fechamento de ruas por um final de semana; Fechamento de ruas do Município para transportar determinada carga. Difere-se da permissão de uso de bem público, pois nesta o uso é permanente (Ex: Banca de Jornal) e na autorização o prazo máximo estabelecido na Lei Orgânica do Município é de 90 dias (Ex: Circo, Feira do livro) (incorreta).

Fonte: Bens Públicos. IESP. P.9. Disponível em: <https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/direito-administrativo-i-prof-alberico-fonseca-bens-publicos.pdf>.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 34: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “A”, visto que o Método ideográfico organiza os documentos por assunto. Uma vez identificado os assuntos, os temas gerais podem ser considerados por nome ou códigos numéricos a eles atribuídos. Os códigos numéricos sempre apresentam uma relação do geral para o particular.

Método alfanumérico: esse sistema procura utilizar as vantagens dos métodos alfabético e numérico. dessa combinação surgiu um método que tem a simplicidade do alfabético e a rapidez e precisão do numérico. Esse método trabalha com uma tabela constituída, por exemplo, de divisões do alfabeto, previamente planejadas e numeradas em ordem crescente. O método pertence a dois sistemas: (a) direto (busca do documento diretamente onde está guardado) e o indireto (para localizar o documento, necessita-se consultar um índice ou código). Incorreta.

Método cronológico: documentos organizados por uma data. Não é necessário que seja a data de produção do documento. É o método ideal para arquivar documentos contábeis (balanço e balancete, diário), contas a pagar, contas a receber. Incorreta.

Método geográfico: os documentos serão arquivados de acordo com local, lugar ou setor. Considerado a origem, a procedência do documento. Incorreta.

Fonte: SENAI. Arquivamento. Assistente Administrativo: Aprendizagem. Departamento Regional da Paraíba. – Campina Grande, 2011, pp. 10-12. SOARES, Sandra Maria Veríssimo; OLIVEIRA, Vlademir André de. Procedimentos Técnicos na Administração Pública. Recife: Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Poder Executivo Estadual, 2021.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 35: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “C”: Princípio da proveniência, que o princípio que fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta.

Este princípio zela pela integridade dos documentos de arquivos, pois ao primar pela reunião ou agrupamento de documentos de uma mesma origem (mesmo fundo), permite que os documentos de uma pessoa, família ou organização não sejam separados. Os documentos são produções de uma ordem sequencial, lógica e natural, que representam a natureza do fundo de arquivo e se forem separados perdem o sentido da ordem em que foram produzidos. “Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos” (BELLOTTO, 2002, p.20-21).

As demais alternativas são incorretas porque:

Indivisibilidade: a preservação dos fundos deve ser feita de maneira indivisível, ou seja, é preciso manter a integridade do arquivo, sem dispersar, mutilar, alienar, destruir sem autorização ou adicionar documento indevido. É o “respeito aos fundos” gerando a integridade arquivística. Este princípio está conectado à ideia de inter-relacionamento dos documentos de arquivo – eles ganham sentido dentro do seu contexto. A indivisibilidade ou integridade, vislumbra que todo documento arquivístico fora do seu contexto de produção perde o significado, portanto, deve-se organizar sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou inserção indevida.

Autenticidade: é a qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrompimento e adulteração. A autenticidade é composta de identidade e integridade. Não se trata de constatar que o conteúdo do documento é verdadeiro, mas sim a verificação de que o mesmo foi criado por quem consta e com o propósito que ali consta.

Unicidade: o princípio da unicidade defende que o documento de arquivo é único no seu conjunto documental, independentemente de haver ou não cópia do documento, e depende do seu contexto documental. Se refere ao caráter único dos 825 documentos em função de seu contexto.

Fonte: BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. ESTRATÉGIA CONCURSOS. Arquivologia. 2020, pp; 16-24. FREITAS, Lidiane Marques; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. VII SECIN, 2017.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 37: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “B”: Senhor Ministro, visto que de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, o tratamento adequado para Ministros de Estado em documentos oficiais é "Senhor Ministro". Este tratamento deve ser utilizado para manter a formalidade e a cortesia necessárias na comunicação oficial. O uso de "Excelentíssimo Senhor" é reservado apenas para o Presidente da República, Chefes de Estado estrangeiros e para os Presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário. "Vossa Senhoria" é um tratamento inadequado para Ministros de Estado, pois é utilizado para autoridades de menor hierarquia. A forma "Senhor" sem o cargo específico é considerada genérica e pode ser utilizada em situações menos formais ou quando o cargo não precisa ser destacado, que abaixo segue para cotejo:

| Autoridade | Endereçamento | Vocativo | Tratamento no corpo do texto | Abreviatura |
|-------------------------------------|------------------------------|---|------------------------------|-------------|
| Presidente República | da A Sua Excelência o Senhor | Excelentíssimo Senhor Presidente da República, | Vossa Excelência | Não se usa |
| Presidente Congresso Nacional | do A Sua Excelência o Senhor | Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, | Vossa Excelência | Não se usa |
| Presidente Supremo Tribunal Federal | do A Sua Excelência o Senhor | Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, | Vossa Excelência | Não se usa |
| Vice-Presidente da República | A Sua Excelência o Senhor | Senhor Vice-Presidente da República, | Vossa Excelência | V. Exa. |
| Ministro Estado | de A Sua Excelência o Senhor | Senhor Ministro, | Vossa Excelência | V. Exa. |

Fonte: Manual de Redação da Presidência da República, p. 23.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 38: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “A”: O Explorador de Arquivos permite criar, renomear, mover e excluir arquivos e pastas, além de visualizar propriedades detalhadas dos itens selecionados, visto que o Explorador de Arquivos no Windows 10 fornece essas funcionalidades, permitindo uma ampla gama de operações de gerenciamento de arquivos e pastas. Um explorador de arquivos geralmente oferece as seguintes funcionalidades:

- Navegação: permite aos usuários percorrer a estrutura de diretórios e visualizar o conteúdo de pastas e subpastas.
- Visualização de arquivos: permite aos usuários visualizar o conteúdo de arquivos, como documentos de texto, imagens, vídeos e áudios.
- Operações básicas: oferece opções para abrir, copiar, mover, renomear e excluir arquivos e pastas.
- Organização: permite aos usuários criar novas pastas, organizar arquivos em pastas e classificar arquivos por nome, tamanho, data de modificação, etc.
- Busca: oferece recursos de pesquisa para encontrar arquivos e pastas com base em critérios específicos.
- Compartilhamento: permite aos usuários compartilhar arquivos e pastas com outras pessoas por meio de diferentes métodos, como e-mail, mensagens instantâneas ou redes sociais.
- Compactação e descompactação: possibilita a criação de arquivos compactados (ZIP, RAR, etc.) e a extração de arquivos de arquivos compactados.
- Visualização de propriedades: exibe informações detalhadas sobre arquivos e pastas, como tamanho, tipo, data de criação e permissões de acesso.
- Personalização: permite aos usuários personalizar a aparência e o comportamento do explorador de arquivos de acordo com suas preferências.

A alternativa “B” está incorreta porque a Área de Transferência do Windows, a partir de atualizações mais recentes, pode armazenar múltiplos itens através do recurso de Histórico da Área de Transferência. A alternativa “C” está incorreta porque, no contexto do Windows, "pastas" e "diretórios" são termos usados de forma intercambiável para se referir aos mesmos conceitos. A alternativa “D” está incorreta porque é possível criar atalhos para documentos do MS-Office na Área de Trabalho, facilitando o acesso rápido a esses documentos.

Fonte: LBK ENSINO PROFISSIONAL. O que é: Explorador de Arquivos. Disponível em:
<<https://escolalbk.com.br/glossario/o-que-e-explorador-de-arquivos/>>

[Site oficial da Microsoft](#)

[Documentação e Suporte do Windows 10](#)

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 39: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 39, anulando-a.

INSPECTOR DE ALUNOS (CARGO 202)

Questão 25: o recurso é improcedente, pois a alternativa “D” está relacionada com a moral, que é o conjunto de regras que se baseia em valores culturais e históricos de cada sociedade, por meio da prática ou de aspectos de condutas humanas específicas. Enquanto a ética é universal, a moral tende a ser particular, inscrita em uma cultura. Portanto, a única alternativa correta é a “B”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 28: o recurso é improcedente, pois, primeiramente, a candidata não embasou o seu recurso, mas para conhecimento há diferença sim entre os termos:

Estágio sensório-motor é o termo dado por Piaget para o primeiro maior estágio de desenvolvimento cognitivo, do nascimento até cerca dos 24 meses, quando a criança usa habilidades sensoriais e motoras para influenciar o ambiente.

Estágio pré-operacional é o termo dado por Piaget para o segundo maior estágio de desenvolvimento cognitivo, dos 24 meses até aproximadamente os 6 anos, marcado pela capacidade de usar símbolos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 29: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 29, anulando-a.

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a proposição II não se refere à linguagem reativa, mas sim a linguagem proativa: a Proatividade vai além de tomar a iniciativa para fazer algo. Ela implica que nós seres humanos somos responsáveis pelas nossas vidas, ou seja, nosso comportamento resulta de decisões tomadas, não das condições externas, embora elas nos influenciem. As pessoas proativas acostumam-se a ter responsabilidade e isso implica em não colocar a culpa por seu comportamento nas circunstâncias ou no comportamento alheio. O comportamento das pessoas proativas é produto de uma escolha consciente, baseada em valores e não simplesmente em sentimentos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 32: o recurso é improcedente, pois a questão está embasada no conteúdo programático: “Desenvolvimento de atividades estabelecidas nas atribuições do cargo”, e uma das atribuições é “atender os alunos com necessidades especiais, acompanhando-os; cuidando da alimentação e higiene sempre, que necessário”.

A alternativa “D” está correta, pois é importante saber que para uma pessoa sentada é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo, portanto, ao conversar por mais tempo que alguns minutos com uma

pessoa que usa cadeira de rodas, se for possível, lembre-se de sentar-se, para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível. A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo.

A alternativa “A” não é considerada correta, pois quando quiser alguma informação de uma pessoa com deficiência, dirija-se diretamente a ela e não a seus acompanhantes ou intérpretes.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 34: o recurso é improcedente, pois há diversos tipos de jogos que podem ser explorados na escola e com diversas finalidades, no entanto, aqueles jogos que envolvem a imaginação, o faz-de-conta, no qual a criança vai imaginar outra realidade, fantasiar, sonhar são denominados “jogos simbólicos”. Esse conceito é abordado por diversos autores, inclusive por Piaget: “O jogo simbólico, assim, altera ficticiamente a realidade, conforme esses desejos se torna fonte de ficção e de novas significações. E propicia à criança que ainda não construiu estruturas mentais suficientemente desenvolvidas, reviver suas experiências por meio de uma linguagem mais vívida que aquela dos signos e conviver a seu modo com a realidade que a cerca e que mal compreende. Isto nos mostra que Piaget ressalta aqui funções afetivas para o jogo simbólico”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 35: o recurso é improcedente, pois a escuta ativa, ou (active listening, em inglês) é uma técnica utilizada para aprimorar as relações por meio do diálogo. Ela exige que o ouvinte se concentre na mensagem que está sendo transmitida para que seu conteúdo seja interpretado corretamente. Mais que isso, ela é uma habilidade que permite que o ouvinte lembre o que foi dito.

O processo de escuta é dividido em 4 etapas:

Compreensão: quando o ouvinte compreende a mensagem.

Retenção: capacidade de memorizar o que foi dito.

Resposta: momento de interação, transformando o ato de ouvir em uma conversa.

Uso: utilizar as informações recebidas no diálogo em diversas situações do cotidiano, envolvendo a vida pessoal e o profissional.

Não há preocupação como elemento de escuta ativa.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 36: o recurso é improcedente, pois a alternativa “C” não pode ser considerada correta, pois quem recebe o feedback deve recebê-lo como uma forma de um colega ajudá-lo a ser melhor. Não há necessidade de justificar-se ou defender-se, visto que o objetivo é corrigir determinada postura.

A questão refere-se a como receber o feedback, a alternativa correta compactua com a ideia de que um feedback precisa ser o mais justo possível. Também precisa ser baseado em situações objetivas, nas quais você possa reconhecer o erro cometido.

Portanto, ao ouvir algo que deixe em dúvida sobre a própria conduta e queira entender em quais situações você não agiu como devia, solicite que especifiquem as situações que exemplifiquem o que está sendo dito.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 37: o recurso é improcedente, pois o trabalho em equipe apresenta as seguintes características:

DIFERENÇA ENTRE GRUPO E EQUIPE

| Grupo | Equipe |
|---|--|
| Trabalhar “sozinho” | Trabalhar “Juntos” |
| Ênfase nas habilidades técnicas | Ênfase nas habilidades interdisciplinares (interpessoal) |
| Atividades e tarefas estritamente definidas | Tarefas (habilidade e conhecimento amplo) |
| Coordenadores determinam o trabalho | Coordenadores e equipe determinam e planejam juntos |
| Informações restritas ao coordenador | Informações compartilhadas entre todos |
| Recompensa no desempenho individual | Recompensas individuais e de equipe |
| Assumir riscos é desencorajado e punido | Assumir riscos é encorajado |

Desse modo, a proposição III está correta, pois assumir riscos em um trabalho em equipe é viável, pois a responsabilidade pelos resultados é compartilhada.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 38: o recurso é improcedente, pois de acordo com o Manual de Primeiros_Socorros da Fiocruz, p. 196-197:

Primeiros Socorros em Picadas de Cobras:

Acalmar e confortar a vítima que, quase sempre, estará excitada ou agitada. Ela deve ser mantida em decúbito dorsal, em repouso, evitando deambular ou correr, caso contrário, a absorção do veneno pode disseminar-se.

Lavar o local da picada apenas com água ou com água e sabão, fazendo a antissepsia local, se possível (a ferida também é contaminada por bactérias).

Não perfurar ou cortar o local da picada.

Não colocar folhas, pó de café ou outros contaminantes.

Não se deve fazer o garroteamento do membro afetado, pois isto agravará as lesões locais.

O membro afetado deve ser mantido elevado.

Manter a vítima hidratada.

Evitar o uso de drogas depressoras do Sistema Nervoso (álcool por exemplo).

Controlar os sinais vitais e o volume urinário do acidentado.

Dar o apoio respiratório que o caso exigir.

Transportar a vítima com urgência para o atendimento especializado de emergência.

Em nenhuma circunstância a extremidade deve ser envolvida com gelo.

Se já passaram mais de 30 minutos desde o momento da picada, não adianta qualquer medida local de primeiros socorros. Deve-se manter os cuidados gerais de repouso e apoio psicológico: verificação dos sinais vitais e prevenção de estado de choque e transportar a vítima o mais rápido possível ao serviço de emergência médica.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 40: o recurso é improcedente, pois a alternativa “D” é incorreta, visto que o voto é um direito público subjetivo, sem, contudo, deixar de ser uma função política e social de soberania popular na democracia representativa. Além disso, aos maiores de 18 e menos de 70 é um dever, portanto, obrigatório. “Assim, a natureza do voto também se caracteriza por ser um dever sociopolítico, pois o cidadão tem o dever de manifestar sua vontade, por meio do voto, para a escolha de governantes em um regime representativo”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE FARMÁCIA (CARGO 205)

Questão 37: o recurso é improcedente, pois a questão versa sobre a RDC n.º 371/2021, que dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos. A única alternativa correta é que a diz: “A receita poderá conter a prescrição de outras categorias de medicamentos desde que não sejam sujeitos a controle especial”.

Segue a análise de cada alternativa:

A alternativa “A” é incorreta porque a RDC estabelece que a prescrição de medicamentos antimicrobianos deverá ser realizada em receituário privativo do prescritor ou do estabelecimento de saúde, não havendo, portanto, modelo de receita específico.

A alternativa “B” é incorreta porque a RDC define que a receita de antimicrobianos tem validade de 10 dias, e não 20 dias, a partir da data de emissão.

A alternativa “C” é incorreta porque antígeno é qualquer substância que provoca uma resposta imune no corpo, especialmente a produção de anticorpos. O correto seria antimicrobiano.

A alternativa “D” é correta porque a RDC permite que a receita de antimicrobianos inclua a prescrição de outras categorias de medicamentos, desde que esses medicamentos não sejam sujeitos a controle especial.

Ademais, embora haja um equívoco na numeração da citada RDC, ressalta-se que o conteúdo da questão não foi comprometido, pois a fundamentação e os princípios abordados permanecem válidos independentemente da numeração exata da legislação. Logo, esse equívoco não altera o entendimento necessário para a resposta correta. Em casos semelhantes, a jurisprudência e precedentes em concursos públicos indicam que equívocos deste nível, que não comprometem o entendimento e a resposta da questão, não são motivos suficientes para a anulação da questão.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE EDIFICAÇÕES (CARGO 208)

Questão 21: o recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático suportado pelo Edital do Certame, especialmente sobre o tema “tramo de viga”, primeiro item do conteúdo. Vale ressaltar que o tema é elementar para quem deseja atuar na área de construção civil e edificações, assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 23: o recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático suportado pelo Edital do Certame, especialmente sobre o tema “tramo de viga”, primeiro item do conteúdo. Vale ressaltar que o tema é elementar para quem deseja atuar na área de construção civil e edificações, assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 25: o recurso é improcedente, pois segundo a norma técnica vigente da ABNT NBR 16889:2020 concreto – determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone, tem-se que:

“A operação completa, desde o início de preenchimento do molde com concreto até a sua retirada, deve ser realizada sem interrupções e completar-se em um intervalo de 150 s. A duração total do ensaio deve ser de no máximo 10 minutos, desde a coleta da amostra até o desmolde (final do ensaio)”.

Portanto, resposta correta é a alternativa “D”:

- I. Quando a dimensão nominal máxima do agregado for superior a 37,5 mm, o ensaio deve ser realizado sobre a fração de concreto que passa na peneira com abertura de malha 37,5 mm.
- II. Se durante a operação de compactação, a superfície do concreto ficar abaixo da borda do molde, adicionar mais concreto para manter um excesso sobre a superfície do molde durante toda a operação da camada superior e rasar a superfície do concreto com uma desempenadeira, ou uma colher de pedreiro, ou com movimentos rolantes da haste de compactação.
- III. A operação completa, desde o início de preenchimento do molde com concreto até a sua retirada, deve ser realizada sem interrupções e completar-se em um intervalo de 150 s. A duração total do ensaio deve ser de no máximo 10 min, desde a coleta da amostra até o desmolde (final do ensaio).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 33: o recurso é improcedente, conforme segue abaixo a resolução:

De acordo com os dados fornecidos na referida questão, tem-se que:

$$\text{Custo mo} = (0,60 \times 25,00 + 0,60 \times 15,00) = 24,00$$

$$\text{Custo mat} = 5,0 \times 5,00 = 25,00$$

$$\text{Custo Total} = 24+25 = 49,00$$

Portanto, a única alternativa correta é R\$ 49,00.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 37: o recurso é improcedente, pois segundo a AUTODESK:

<https://help.autodesk.com/view/ACDLT/2023/ENU/?query=fence>

SELECT (Command)

The **Fence** method is similar to CPolygon except that that the **fence** is not closed, and a **fence** can cross itself.

Product Documentation | 2022-11-07

Comando FENCE: permite selecionar entidades por meio de uma linha que passa por cima delas.

Comando: FENCE: Traça-se uma linha composta por diversos segmentos. Serão selecionados todos os objetos que forem cruzados pela referida linha.

Portanto, a única alternativa correta é que diz: “selecionar apenas algumas entidades do desenho por meio de uma linha que as interceptam”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE ELETRÔNICA (CARGO 209)

Questão 25: o recurso é improcedente, pois a questão versa sobre uma mesma estufa trifásica que pode ter sua ligação alterada para ser conectada em 220V ou em 380V. Em 220V ela tem uma corrente de 24,5A. Pede-se qual a corrente da mesma estufa em 380V.

Se a corrente da estufa em 220V (Δ) é de 24,5A então a potência da estufa obtida pela expressão:

$$P = V \cdot I \cdot \sqrt{3} \text{ ou seja } P = 220 \cdot 24,5 \cdot \sqrt{3} = 9335,75W$$

A mesma estufa, ou seja, mesma Potência de 9335,75W, quando for ligada em 380V (Y) terá uma corrente obtida pela seguinte expressão:

$$I = \frac{P}{V \cdot \sqrt{3}} \text{ Então: } I = \frac{9335,75}{380 \cdot \sqrt{3}} = 14,1A \text{ sendo esta a resposta correta ao que se pede.}$$

Ainda sob outra lógica, toda a literatura da eletricidade, deixa claro que para uma mesma potência, se a tensão é aumentada a corrente é reduzida então, se em 220V a corrente é de 24,5A, em 380V, obviamente, a corrente deve ser menor e não maior como requer o recorrente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 27: o recurso é improcedente, pois a questão traz um relé comumente usado na **proteção** de circuito e equipamentos elétricos. Alega o recorrente não ser possível identificar, pela imagem, que se trata de uma relé de falta de fase. Ainda alega que pode ser facilmente confundido com o relé de tempo.

A primeira imagem abaixo foi retirada da prova e as demais de modelos de relés de tempo, para comparação:

Imagem da questão 27 – Relé de falta de fase



Imagens de relés de tempo

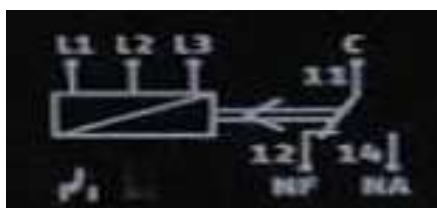


É facilmente notório, nas imagens, a diferença entre um relé de falta de fase e um relé de tempo.

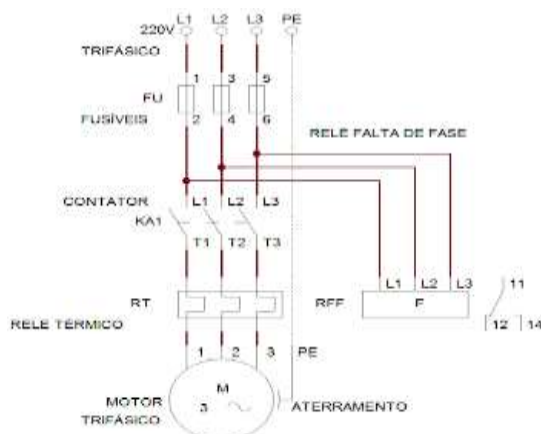
O relé de falta de fase é um dispositivo de proteção. A palavra **“PROTEÇÃO”** está estampada na imagem da questão. Um relé de tempo não tem função de proteção. Só esta informação já seria suficiente para descartar a opção de “relé de tempo”.

A imagem mostra as informações de conexão L1, L2 e L3 caracterizando uma conexão trifásica, que é algo presente em um relé de falta de fase e não presente em um relé de tempo.

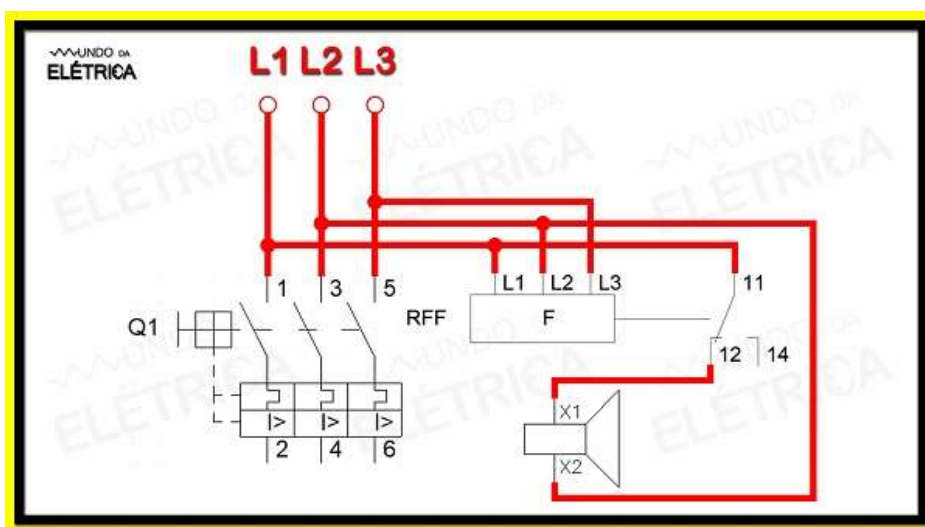
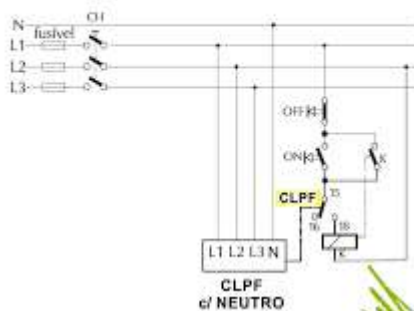
A palavra **“Assimetria”** no botão de regulagem é outra característica que aparece nos relés de falta de Fase e não aparece em relés de tempo.



O símbolo é característico de proteção contra falta de fase, o que pode ser notado inclusive nos exemplos de esquemas elétricos abaixo.



ESQUEMA DE LIGAÇÃO



Mesmo que a imagem da questão na prova, tenha baixa resolução, existem diversas características capazes de identificar que se tratava de um relé de falta de fase e não de um relé de tempo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 33: o recurso é improcedente, pois a questão pede a conversão do número “1 0 1 1 0”, que está em base binária, para a base Octal. Não há necessidade de estar representado em subscrito o “8” nas alternativas, visto que o comando da questão já traz “para a base **octal**”. Ainda se observarmos, todas as alternativas estão sem quaisquer informações de base subscritas. A questão não menciona nenhum comando pedindo a conversão para base decimal. A palavra “Decimal” sequer aparece na questão. A questão expressa claramente o pedido de **“conversão do número em base binária para a base octal”**, sendo a única alternativa correta que representa esta conversa a “D”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM (CARGO 210)

Questão 23: o recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático divulgado, especialmente conforme o tema “Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais”. Esse ponto pode ser utilizado para a verificação da frequência cardíaca do paciente, sendo essa atribuição do profissional.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois o curativo com hidrogel tem como indicação a aplicação em lesões abertas, possibilitando um ambiente úmido que promove o desbridamento autolítico, absorve o exsudato, estimula a cicatrização e hemóstese. Indicado para lesões com pouca exsudação ou seca. A lesão estágio 1 não há ferida aberta, sendo assim, não indicada neste caso.

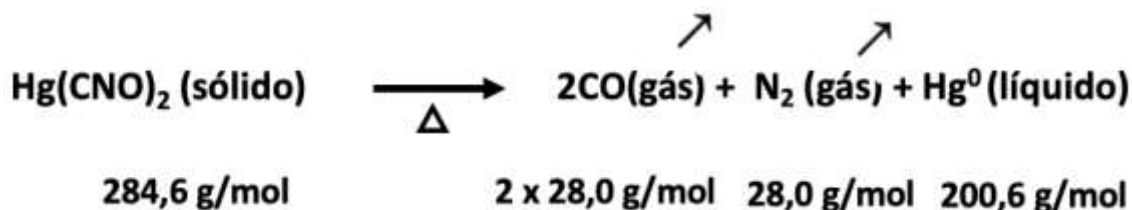
Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 40: o recurso é improcedente, pois a compreensão do entendimento da questão não foi influenciada pela alteração da palavra ao final da frase, sendo possível responder somente sobre os casos de hepatite. A descrição das formas de contaminação, presentes no enunciado e as alternativas dizem especificamente aos casos de hepatite.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA (CARGO 212)

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada sobre o tema “reação de decomposição de fulminato de mercúrico $\text{Hg}(\text{CNO})_2$, sólido explosivo ao atrito ou aquecimento”. A reação de sua decomposição, representada pela equação abaixo, foi fornecida no enunciado, já balanceada e acompanhada de indicação das massas moleculares respectiva a reagente e produtos, indicando o estado físico dos produtos.



Indicou-se, ainda, que a densidade do Fulminato de Mercúrio é de 4,38 g/mL e que a reação aconteceu nas CNTP.

A partir desse conjunto de informações fornecidas, perguntou-se, com base na aplicação da lei dos gases perfeitos, o que aconteceria com o volume do sistema com a expansão explosiva de gases, a partir da queima de 28,46 g desse sal.

Com TODOS esses dados disponíveis, a resolução seguiria os seguintes passos:

- Começamos calculando qual seria o volume inicial do sistema, composto apenas pelo Fulminato de Mercúrio (28,46 g):

Massa de Fulminato de Mercúrio(g)/densidade desse mesmo sal (g/mL) = volume ini (mL)
 $28,46/4,38 = 6,5 \text{ ml}$ (Volume inicialmente ocupado por uma massa de 28,46 g de Fulminato de Mercúrio, antes da explosão).

- Por aplicação da lei das proporcionalidades nos valores de pesos moleculares e considerando a equação fornecida, faremos o cálculo de quantos moles de gás teremos quando a reação de explosão de 28,46 g de Fulminato de Mercúrio acontecer:

Pela equação sabemos que quando explode, cada mol de Fulminato de Mercúrio vai gerar 3 moles de gás, sendo 2 de Monóxido de Carbono (CO) e 1 de Nitrogênio gasoso (N_2):
284,6 g de Fulminato de Mercúrio vão gerar 3 moles de gás

Como temos um décimo da massa da equação balanceada, ou seja, 28,46 g, teremos a geração de 0,3 moles de gás.

Como os gases ideais nas CNTP ocupam 22,4 L de volume por mol de gás, teremos o seguinte volume total ao final da explosão:

$$0,3 \text{ moles de gás} \times 22,4 \text{ L} = 6,72 \text{ L (Volume final do sistema)}$$

- A rigor, o volume final deveria ser acrescido também do volume ocupado pela formação de Hg^0 . Como esse metal líquido ocupa muito pouco volume por ser muito denso (13,5 g / mL), sua contribuição acresceria a complexidade do cálculo e representaria apenas cerca de 1,5 ml a mais no volume final, o que não afetaria importantemente o resultado do cálculo de crescimento instantâneo do volume.

- Calculando a variação de volume para o sistema:

Volume final/Volume inicial = $6,72 \text{ L} / 0,0065 \text{ L} = 1.034$ vezes de aumento do volume. Ou seja, a resposta correta é a alternativa “C” (“O sistema aumenta seu volume em cerca de 1,000 vezes”).

- Com base no exposto acima, fica claro que a questão apresentava TODAS as informações necessárias para sua resolução.

- Além do exposto, o próprio enunciado explica que o fulminato de mercúrio “serve de espoleta em cartuchos de munição, servindo para iniciar reação explosiva da pólvora.” Isso implica que o material sólido inicial está confinado por uma membrana, que será rompida pela rápida expansão dos gases. Isso limita o sistema de estudo ao volume inicial do sólido. Portanto, não existe nenhum mol de gás no tempo inicial.

- Outro questionamento impropriedade, diz respeito à eventual influência das variações de temperatura no volume do sistema. Como nenhum dado ou questionamento foi fornecido a respeito no texto da questão, eles não deveriam ser considerados e caberia ao candidato responder com base na estrutura apresentada acima. Se, de toda forma quisesse considerar tal influência, pelas leis dos gases ideais, sabemos que o volume de uma amostra é diretamente proporcional ao aumento da temperatura, sempre que o sistema seja mantido sob a mesma pressão. Trata-se da equação de Charles e Gay–Lussac, aplicável a gases ideais, onde podemos entender o comportamento de um gás confinado em um recipiente de tampa móvel (similar ao que acontece no sistema de espoleta de membrana envoltória, como é o caso da retenção pela película da espoleta contendo fulminato de mercúrio). Por essa lei, sabemos que quando a temperatura aumentar, haverá um aumento proporcional do volume ocupado pelo gás no sistema estudado.

Matematicamente, teremos a seguinte equação:

$$V = k \times T$$

Onde:

V = Volume

T = Temperatura

k = Constante dependente da pressão, da massa e da natureza do gás.

- Assim, sob uma pressão constante, registramos um Volume Inicial a uma Temperatura Inicial, que será igual a: $V_i = k \times T_i$

- Elevando a Temperatura até uma Temperatura final, teremos um Volume final, dado pela equação:

$$V_f = k \times T_f$$

- Como k é uma constante para esse sistema, teremos, por igualdade, sua eliminação quando comparamos ambas equações:

$$V_i / T_i = V_f / T_f$$

Ou

$$V_f = V_i \times (T_f / T_i)$$

Como o texto do enunciado assume as condições iniciais do sistema nas CNTP, (Temperatura igual a 273,15 K ou 0,00° C e pressão igual a 1,01 bar ou 1 atm ou 760 mm de Hg), uma variação que elevasse o valor da temperatura inicial em 60%, elevaria a temperatura a 437,04 K (163,90 °C). Essa é, aproximadamente, a temperatura de autoignição do fulminato de mercúrio. Tal informação teria sido apresentada caso isso fosse relevante para a solução do problema. Mesmo sem esse dado, o candidato teria de ter percebido que a influência da temperatura teria um impacto relativamente pequeno na geração de volume gasoso a partir da reação, muito menor do que as diferenças de escala nas opções de solução apresentadas se aplicássemos essa elevação de temperatura aos cálculos de volume que fizemos anteriormente. Assim o aumento de volume no sistema de cerca de 10 vezes da alternativa “a” ou um aumento de cerca de 100 vezes da alternativa “b” seriam insuficientes e a resposta de alternativa correta ainda seria a “c”, ou seja, “O sistema aumenta seu volume em cerca de 1.000 vezes.” A propósito, a alternativa “d” continuaria não fazendo sentido, pois indica um decréscimo do volume com aumento da temperatura, contrário à Lei de Charles e Gay-Lussac.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE TELECOMUNICAÇÕES (CARGO 214)

Questão 28: o recurso é improcedente, pois o termo duplex [termo que aparece no programa do edital] é um sistema de comunicação composto por dois interlocutores que podem comunicar entre si em ambas as direções.

Desse modo, a alternativa “B” é incorreta já que a comunicação duplex não está limitada a transmissão de dados em apenas uma direção por vez. Como apontado pelo candidato, no caso do full-duplex a comunicação acontece simultaneamente em ambas as direções.

Já a alternativa “D” é correta já que de fato uma chamada telefônica é duplex, em particular, full-duplex.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I (CARGO 216)

Questão 23: o recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “A” para “C”.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 23, alterando o seu gabarito de “A” para “C”.

Questão 25: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta um cenário no qual um usuário, após realizar a instalação de um novo dispositivo de impressão, encontra dificuldades em realizar a impressão de documentos. O enunciado enfatiza que o usuário seguiu rigorosamente as instruções do manual de instalação dos drivers, indicando que o dispositivo está fisicamente conectado e reconhecido pelo sistema, porém existe um problema de configuração.

Priorização da Configuração: em um contexto de instalação recente, a ação mais lógica e eficiente é a verificação da correta configuração da impressora no sistema operacional. Isso inclui a verificação da definição da impressora como padrão, a análise da fila de impressão, a verificação das configurações de papel e qualidade de impressão, entre outros parâmetros. A reinicialização do dispositivo de impressão (alternativa D) pode solucionar alguns problemas, mas não se configura como a primeira ação a ser tomada quando o problema surge imediatamente após a instalação.

Raciocínio Lógico e Sistemático: a resolução de problemas técnicos requer uma abordagem lógica e sistemática. Embora a reinicialização de dispositivos seja uma prática comum, nem sempre representa a solução mais eficiente ou eficaz. Em um cenário de instalação, é mais lógico priorizar a verificação das configurações do software antes de reiniciar o hardware.

Objetivo da Questão: a questão visa avaliar a capacidade do candidato de identificar a ação mais apropriada para solucionar um problema de impressão em um contexto específico. A alternativa (B) demonstra um entendimento mais aprofundado do processo de instalação e configuração de dispositivos de impressão, enquanto a alternativa (D) representa uma solução genérica e não necessariamente a mais eficaz nesse caso.

Natureza da Questão: a questão não tem como objetivo simular o "primeiro pensamento" de um usuário leigo, mas sim avaliar o conhecimento técnico e a capacidade de raciocínio do candidato. A solução mais realista e eficiente nem sempre é a primeira que vem à mente, mas sim aquela que se baseia em um entendimento sólido dos conceitos envolvidos.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois a capacidade da Rede, conforme a alternativa "B", propõe a utilização de switches Gigabit Ethernet com uplinks de fibra óptica de 10 Gbps. Embora 10 Gbps possa parecer pouco em termos absolutos, é importante notar que essa é a capacidade de cada uplink entre os switches, e não a capacidade total da rede. Além disso, a utilização de switches Gigabit Ethernet em cada andar permite a criação de múltiplos links de 1 Gbps para cada dispositivo, o que é suficiente para a maioria das aplicações em um ambiente corporativo.

Tráfego de Dados: a questão não especifica o volume de tráfego de dados gerado pela empresa, apenas menciona que os sistemas demandam alta velocidade e estabilidade. Em um ambiente corporativo, o tráfego de dados geralmente não é constante e uniforme, mas sim distribuído ao longo do dia e entre os diferentes usuários e aplicações. A solução proposta em (B) é capaz de lidar com picos de tráfego e garantir a qualidade de serviço necessária para as aplicações críticas da empresa.

Escalabilidade: a utilização de switches em cada andar e a interligação por fibra óptica proporcionam uma alta escalabilidade para a rede. Novos switches podem ser adicionados facilmente para acomodar o crescimento da empresa, e a capacidade da rede pode ser aumentada pela adição de mais links de fibra óptica ou pela migração para tecnologias de maior velocidade, como 40 Gbps ou 100 Gbps.

Wi-Fi vs. Rede Cabeada: a alternativa (D) propõe a utilização de uma rede mesh Wi-Fi 6. Embora o Wi-Fi 6 seja uma tecnologia rápida e eficiente, redes sem fio ainda apresentam desafios em ambientes corporativos, como interferência, segurança e gerenciabilidade. A rede cabeada proposta em (B) oferece maior estabilidade, segurança e controle sobre o tráfego de dados, sendo mais adequada para aplicações críticas que exigem alta performance e disponibilidade.

Manutenção e Gerenciamento: uma rede cabeada com switches e roteador de borda é mais fácil de gerenciar e manter do que uma rede mesh Wi-Fi. A identificação e resolução de problemas em uma rede cabeada é mais simples e rápida, e a segurança da rede pode ser reforçada com mais facilidade.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a questão solicita o comando para instalar um software a partir de um arquivo .deb baixado, e não a forma mais genérica de instalar software no Linux. O comando dpkg -i é a ferramenta específica para instalação de pacotes Debian (.deb), enquanto o apt-get install (ou apt install) é utilizado para gerenciar pacotes nos repositórios da distribuição.

Funcionamento do dpkg: o dpkg é o gerenciador de pacotes de baixo nível do Debian e seus derivados, como o Kurumin Linux. Ele é responsável por desempacotar, configurar e instalar os arquivos de um pacote .deb no sistema.

Funcionamento do apt-get/apt: o apt-get (ou apt) é uma ferramenta de alto nível que utiliza o dpkg como backend. Ele simplifica o processo de instalação de pacotes, baixando-os dos repositórios, resolvendo dependências e chamando o dpkg para realizar a instalação.

Comportamento com Arquivos Locais: o comando apt-get install (ou apt install) é projetado para trabalhar com pacotes nos repositórios, e não com arquivos .deb baixados localmente. Embora algumas versões do apt possam aceitar arquivos .deb como argumento, esse comportamento não é garantido e pode variar entre diferentes versões e configurações.

Gabarito e Objetivo da Questão: a questão visa avaliar o conhecimento do candidato sobre as ferramentas de gerenciamento de pacotes no Debian/Kurumin. A alternativa (B) demonstra um entendimento mais preciso e específico do comando dpkg -i e sua função na instalação de pacotes .deb.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 33: o recurso é improcedente, pois a questão descreve um cenário em que o usuário recebe uma mensagem de erro ao tentar abrir os Widgets no Windows 11. Essa mensagem de erro indica que o recurso não está disponível, o que sugere um problema de configuração ou compatibilidade, e não uma falha temporária que seria resolvida com uma simples reinicialização.

Recursos do Windows 11: os Widgets são um recurso introduzido no Windows 11 e dependem de componentes específicos do sistema operacional. É possível que o usuário esteja utilizando uma versão inicial do Windows 11 que ainda não possui todos os componentes necessários para o funcionamento dos Widgets, ou que esses componentes estejam desatualizados.

Atualizações do Windows: as atualizações do Windows 11 são essenciais para garantir a compatibilidade e o funcionamento correto de todos os recursos do sistema. Elas podem incluir novos drivers, bibliotecas e correções de bugs que são necessários para o funcionamento dos Widgets.

Prioridade da Solução: em um cenário de erro persistente, a abordagem mais eficiente é identificar e corrigir a causa raiz do problema, em vez de aplicar soluções genéricas como reiniciar o computador. A verificação e instalação de atualizações do Windows é uma etapa fundamental para garantir que o sistema esteja em sua versão mais recente e com todos os componentes necessários para o funcionamento dos Widgets.

Realismo da Questão: a questão busca avaliar a capacidade do candidato de identificar a solução mais adequada para um problema específico, com base em seu conhecimento técnico e raciocínio lógico. A alternativa (B) demonstra um entendimento mais aprofundado do funcionamento do Windows 11 e da importância das atualizações para a resolução de problemas.

Embora reiniciar o computador (alternativa A) possa ser uma prática comum em algumas situações, não é a solução mais adequada para o problema descrito na questão. A verificação e instalação de atualizações do Windows (alternativa B) é a abordagem mais eficiente e eficaz para garantir o funcionamento correto dos Widgets.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 35: o recurso é improcedente, pois Prioridade do Fabricante: A fonte primária e mais confiável para drivers de dispositivos é o site do fabricante do equipamento. No caso em questão, o site da Dell é a fonte oficial para drivers do adaptador Realtek RTL8821CE. Drivers de outras fontes, mesmo que mais

recentes, podem não ter sido testados e validados para o hardware específico do notebook, podendo causar problemas de compatibilidade e instabilidade.

Atualizações e Correções: Fabricantes de hardware frequentemente lançam atualizações de drivers para corrigir problemas de compatibilidade, segurança e desempenho. É razoável esperar que a Dell, ciente dos problemas relatados com a versão 2024.0.10.215, já tenha disponibilizado uma versão corrigida ou uma atualização com melhorias em seu site oficial.

Windows Update: Embora o Windows Update possa oferecer drivers atualizados, nem sempre ele possui a versão mais recente ou a mais adequada para um dispositivo específico. O Windows Update prioriza a estabilidade do sistema e pode não instalar drivers que ainda estão em fase de testes ou que não foram validados pela Microsoft.

Versões Anteriores: A instalação de uma versão anterior do driver pode ser uma solução temporária em alguns casos, mas não é a abordagem mais recomendada. Versões anteriores podem não conter correções de segurança importantes ou melhorias de desempenho, e podem não ser compatíveis com futuras atualizações do sistema operacional.

Abordagem Sistemática: A resolução de problemas de drivers requer uma abordagem sistemática. A primeira etapa é verificar se há uma versão mais recente do driver disponível no site do fabricante. Se não houver, ou se a versão mais recente também apresentar problemas, a instalação de uma versão anterior pode ser considerada, mas sempre com cautela e com a consciência de que pode não ser uma solução definitiva.

Assim sendo, a alternativa (C) continua sendo a resposta mais adequada, pois prioriza a obtenção do driver da fonte oficial e a verificação da existência de uma versão mais recente que possa corrigir o problema. A instalação de drivers de fontes não confiáveis ou de versões anteriores deve ser evitada, a menos que seja estritamente necessário e com a devida cautela.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO (CARGO 217)

Questão 21: o recurso é improcedente, pois, embora haja uma inversão na ordem das alternativas, tal inversão não prejudicou a resolução da questão, muito menos o entendimento do que deveria fazer para respondê-la, uma vez que, conforme a própria candidata, houve a orientação de que os candidatos se atentassem à ordem do gabarito definitivo, onde constava a ordem correta, qual seja: A, B, C e D.

Desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

SUPERIOR COMPLETO (CARGOS 320 A 331)

LÍNGUA PORTUGUESA (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 4: o recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “A”, mas sem fundamentação normativa. O verbo “haver”, com o sentido de “existir”, é invariável e, portanto, não concorda em número com o seu referente. Logo, ao formar uma locução com outro verbo auxiliar, este também permanece no singular.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 5: o recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta, visto que possui dois advérbios (também e não).

A alternativa “B” está incorreta, pois ela possui dois advérbios (provavelmente e mais). A alternativa “C” está incorreta, pois ela possui dois advérbios (muito e acima). A alternativa “D” é a única correta, pois ela possui apenas um advérbio (não). O termo “bastante” apresentado nesta alternativa não é um advérbio, mas um pronome. Isto fica evidenciado pela substituição deste termo por “muitos”, sem que se altere o sentido da frase.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 6: o recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “B”, mas sem fundamentação normativa.

O verbo “falar” é regido pelas preposições “de” e “sobre”, que foram omitidas na frase apresentada pela alternativa em tela. A construção normativa deveria ser “o cenário, de cujas características falamos ...”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 7: o recurso é improcedente, pois os candidatos solicitam a anulação da questão, alegando que ela possui mais de uma alternativa correta. Entretanto, sua argumentação não possui fundamento normativo.

A única alternativa correta é a “C”, pois ela qualifica de “alagozes” um fenômeno natural. O termo se refere, literalmente, a algum carrasco ou verdugo que pratica tortura ou castigo. Aplicá-lo a um fenômeno natural implica o uso figurativo do termo.

As demais alternativas não utilizam palavra com sentido conotativo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 8: o recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é a única correta porque o verbo nasalado “impedem” exige o pronome “no” como objeto direto. A alternativa “B” está incorreta, pois o pronome “lhe” não desempenha a função de objeto direto. A alternativa “C” está incorreta, pois o pronome “lhe” não desempenha a função de objeto direto. A alternativa “D” está incorreta, pois o verbo nasalado “ficam” requer o pronome “nas” e não “las”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 9: o recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta porque não se forma a voz passiva por meio do verbo “ter”. A alternativa “B” está incorreta, pois não se forma a voz passiva por meio do verbo no gerúndio. A alternativa “C” é a única correta, pois a voz passiva é formada pelo verbo “ser” e o verbo principal no particípio. A alternativa “D” está incorreta, pois não se forma a voz passiva por meio do verbo “vir”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 10: o recurso é improcedente, pois os candidatos argumentam pelo acerto da alternativa “C”, mas sem fundamentação normativa. Quando o verbo estiver no futuro do presente, deve-se utilizar a mesóclise e não a ênclise. Logo, a construção exigida pela norma é “lembrar-me-ei” e não “lembrarei-me” como alegam os candidatos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 11: o recurso é improcedente, pois Negando a sentença “todo dia faça pelo menos uma coisa da qual tenha medo” tem-se:

A negação de “todo dia faça” = “Algum dia não faça”, pois, a negação de “Para todo x vale y” é “Para algum x não vale y”. A negação de “Pelo menos um” = “Nenhum”, pois a negação de “Existe x que satisfaz y” é “Nenhum x satisfaz y”. Logo, tem-se que a negação de “todo dia faça pelo menos uma coisa da qual tenha medo” é “Algum dia não faça nenhuma coisa da qual tenha medo”, alternativa (B) do gabarito, única e correta. As outras alternativas não são corretas pois não apresentam a negação inteira da sentença.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 12: o recurso é improcedente, pois uma proposição simples gera uma tabela de $2^1 = 2$ linhas. Duas proposições simples diferentes geram uma tabela de $2^2 = 4$ linhas. Três proposições simples diferentes geram uma tabela de $2^3 = 8$ linhas, ... até Sete proposições simples diferentes geram uma tabela de $2^7 = 128$ linhas, alternativa (C), única e correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 13: o recurso é improcedente, pois essa questão pode ser resolvida por princípio da contagem. Senha composta por um algarismo, uma letra, um algarismo, uma letra e um algarismo. Sendo que não pode iniciar com 0, letras são apenas vogais e tanto algarismos quanto letras não podem se repetir, logo tem-se

$9 \times 5 \times 9 \times 4 \times 8$, pois, dentre os algarismos, o primeiro deve ser de 1 a 9 e o segundo pode ser de 0 a 9 menos o escolhido anteriormente, e assim por diante.

Entre as letras, temos 5 vogais para serem escolhidas primeiro e depois 4.

Logo, tem-se $9 \times 5 \times 9 \times 4 \times 8 = 12960$, alternativa (A), única e correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 14: o recurso é improcedente, pois dadas as premissas $p \vee q, s \rightarrow t, q \rightarrow s$ e $\neg s \wedge t$, tem-se

De $\neg s \wedge t$ deduz-se $\neg s$, e de $q \rightarrow s$ e $\neg s$ deduz-se $\neg q$.

De $p \vee q$ e $\neg q$ deduz-se p .

De $\neg s \wedge t$ deduz-se t .

Logo, como tem-se t e p , deduz-se $t \wedge p$, alternativa (A) única e correta. Nenhuma das outras alternativas pode ser deduzida, pois não se consegue deduzir $\neg p$, $\neg t$ ou q sem negar alguma das premissas.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 16: o recurso é improcedente, pois se hoje é domingo, para saber qual dia da semana será exatamente daqui a 80 dias podemos fazer a divisão de 80 por 7 e pegar o resto para ver quantos dias teremos de somar ao domingo depois de descontarmos as semanas completas de 7 dias. $80/7 = 11$ com resto 3, logo, domingo + 3 dias = quarta-feira. Alternativa (C) única e correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 17: o recurso é improcedente, pois analisando a sentença “Se eu for ao banco hoje, então não irei ao cinema” e considerando “Ir ao banco hoje” = B e “Ir ao Cinema” = C , tem-se uma sentença do tipo $B \rightarrow \neg C$, pela definição da condicional, tem-se que uma sentença equivalente é $\neg B \vee \neg C$. Voltando a linguagem natural, tem-se “Não vou ao banco hoje ou não vou ao cinema” alternativa (D) única e correta, pois nenhuma das outras alternativas é equivalente a $B \rightarrow \neg C$.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 18: o recurso é improcedente, pois a maneira mais rápida de se chegar a uma proposição composta cuja tabela de final seja oposta a uma outra proposição é simplesmente negar a primeira proposição, logo, dado $(p \wedge q) \rightarrow (\neg r \vee q)$, vamos encontrar $\neg((p \wedge q) \rightarrow (\neg r \vee q))$

$\neg((p \wedge q) \rightarrow (\neg r \vee q))$ é equivalente a $\neg(\neg(p \wedge q) \vee (\neg r \vee q))$ que é equivalente a $(p \wedge q) \wedge \neg(\neg r \vee q)$ que por sua vez é equivalente a $(p \wedge q) \wedge (r \wedge \neg q)$, alternativa (C) única e correta.

Nenhuma das outras alternativas é exatamente oposta a $(p \wedge q) \rightarrow (\neg r \vee q)$.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADVOGADO (CARGO 320)

Questão 14: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “D”, nos termos do artigo 29, X, da Lei nº 8.987/1995. O enunciado da questão foi expresso ao exigir resposta que correspondesse a uma obrigação do poder concedente, e não da concessionária, como alega o recorrente. Dessa forma, as alternativas “A”, “B” e “C” estão incorretas, nos termos do art. 31 da referida lei. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 15: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “A”, nos termos do artigo 92, § 4º, II, da Lei nº 14.133/2021. Ao contrário do alegado, a alternativa “C” é incorreta, pois trata de uma hipótese de dispensa, de acordo com o artigo 75, IV, m, da mencionada lei, e não de inexigibilidade de competição. Ademais, o enunciado da questão é expresso em solicitar a alternativa correta “nos termos da Lei nº 14.133/2021”, e não conforme entendimentos doutrinários e/ou interpretações própria da candidata, cuja questão não exigia. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 17: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “C”, nos termos do artigo 99, III, do Código Civil. Ao contrário do alegado, a alternativa “B” é incorreta, de acordo com o artigo 99, II, do referido Código, os bens de uso especiais são aqueles como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 19: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “C”, nos termos do artigo 4º, III, da Constituição Federal. O enunciado da questão foi expresso ao exigir resposta que fosse um princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, entre outros, princípios previstos no referido artigo 4º. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 22: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “A”, nos termos do artigo 35, III, da Constituição Federal. O enunciado da questão é literalmente a transcrição do caput do artigo 35 da Constituição Federal, de modo que todo o argumento empreendido pelo recorrente se esgota em si mesmo, bem como as palavras “exceto” e “incorreta” não são sinônimas. A questão exige a correspondência do caput do artigo 35 da Constituição Federal com a única resposta correta prevista nas alternativas dadas. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 23: o recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “B” para “D”.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 23, alterando o seu gabarito de “B” para “D”.

Questão 24: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “A”, nos termos do artigo 29, IV, g, da Constituição Federal. O enunciado da questão é expresso em solicitar a alternativa correta “de acordo com a Constituição Federal”, e não conforme entendimentos doutrinários e/ou jurisprudenciais. Assim, não assiste razão às alegações do recorrente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 25: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “D”, nos termos do artigo 103 da Constituição Federal. Ao contrário do alegado, inexistente o inciso X no artigo 103 da Constituição, de modo que, nos termos da Constituição Federal, a Defensoria Pública-Geral da União não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade e/ou ação declaratória de constitucionalidade. Assim, não assiste razão às alegações do recorrente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “C”, nos termos do artigo 51, II, da Constituição Federal, conforme consta no gabarito preliminar. Os argumentos do recorrente sustentam que a alternativa “C” é a alternativa correta, coadunando-se com o gabarito divulgado, assim, nota-se a perda de objeto do recurso.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 29: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “D”, nos termos do artigo 16, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101. O enunciado da questão é expresso em solicitar a alternativa correta “nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal”, e não conforme entendimentos doutrinários e/ou interpretações do candidato. Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 30: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “A”, nos termos do artigo 108 do Código Tributário Nacional. O enunciado da questão é literalmente a transcrição do caput do artigo 108 da referida lei, de modo que todo o argumento empreendido pelo recorrente se esgota em si mesmo, bem como se trata de assunto geral no Código Tributário Nacional, a saber “interpretação e integração da legislação tributária”, previsto no Edital.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a questão apresenta uma única resposta correta correspondente à alternativa “B”, nos termos do artigo 34, III, do Código Tributário do Município de Barueri. O enunciado da questão é expresso em solicitar a alternativa correta “nos termos do Código Tributário do Município de Barueri”, e não conforme entendimentos doutrinários e/ou interpretações do candidato. Dessa forma, nos termos do referido Código, estão incorretas as alternativas “A” (artigo 35, III), “C” (artigo 41, §1º, I) e “D” (artigo 33, §2º). Vale ressaltar, também, que a correta interpretação do enunciado faz parte da avaliação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 33: o recurso é improcedente, pois, inicialmente cabe destacar que o Recorrente solicita a *“anulação da questão 33 por considerar que a formulação das alternativas causou ambiguidades e dificultou a interpretação correta pelos candidatos.”*

Mais adiante, o Recorrente conclui, argumentando que a *“alternativa ‘C’ pode ser considerada uma resposta válida em um contexto de interpretação mais ampla, especialmente devido à confusão terminológica que a questão pode ter causado.”*

Apesar do Recorrente afirmar que a alternativa “C” pode ser “uma resposta válida”, não indica, neste ponto do recurso, qualquer embasamento legal, doutrinário ou jurisprudencial que fundamente tal entendimento. Ao contrário, apenas cita a hipótese de “uma interpretação mais ampla”. Neste ponto, inclusive porque, o Edital exige que os recursos sejam devidamente fundamentados, não há como acatar a argumentação do Recorrente.

Assim, neste ponto, formalmente o recurso encontra-se em desacordo com os itens 11.4, 11.9 e 11.9.3 do Capítulo XI do Edital, por não se encontrar devidamente fundamentado, além de não ter fundamentação lógica e consistente. Para maior clareza, transcreve-se:

XI – DOS RECURSOS

(...)

11.4. O recurso deverá ser **individual, devidamente fundamentado** e conter o nome do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, endereço eletrônico atual e o seu questionamento. (grifou-se)

“11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

(...)

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; (grifou-se)

Ora, não só pelas exigências de fundamentação contidas nos itens 11.4, 11.9 e 11.9.3 do Edital, mas também pela formação, pré-requisitos e atribuições do cargo de advogado objeto do Concurso em questão, o Recorrente deveria ter destinado mais tempo para detalhar e fundamentar seu recurso. Assim sendo, em termos formais, neste ponto o Recurso não mereceria ser apreciado.

Além disso, a redação da alternativa “C” não está de acordo com o disposto no artigo 1.196 do Código Civil, consoante demonstrado a seguir. Assim sendo, a alternativa “C” não pode ser considerada correta.

Vale destacar que o enunciado da questão 33, após citar parte de um texto doutrinário sobre o conceito de posse, assim dispõe: “*Nesse contexto, nos termos do artigo 1.196 do Código Civil vigente, considera-se possuidor todo aquele que tem de fato*”. Caberia aos candidatos, na sequência, assinalar a alternativa que completasse a frase, nos exatos termos do citado artigo.

A questão, de fato, encontra seu foco no citado artigo 1.196, que tem a seguinte redação:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. (grifou-se)

Desta feita, não há como se desconsiderar que a alternativa D esteja correta, porquanto corresponde aos dizeres do aludido dispositivo legal. Veja-se:

(D) o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. (grifou-se)

Também, nesse sentido, o conteúdo exigido na questão, além de representar a letra fria da norma, extraída do Código Civil (e não de qualquer outra legislação esparsa), da mesma forma é abordado pela doutrina, não sendo surpresa aos candidatos. Até porque, seja nos livros de doutrina, seja no Código Civil, ou em aulas na própria graduação, o conceito de possuidor deve ter sido apresentado aos candidatos e ser de amplo domínio.

A doutrina se manifesta a respeito do tema, fundamentando a correção da alternativa D da questão 33. Vale citar:

O Código Civil de 2002 manteve a mesma orientação, seguindo de perto a lição de Ihering ao considerar possuidor “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade” (CC, art. 1.196). Vale pôr em destaque o emprego, pelo legislador, da expressão “tem de fato o exercício”. Vê-se que o codificador se fez deliberadamente redundante, já que todo exercício de direito traduz situação fática, suficiente a expressar a posse. Pretendeu o Código, todavia, ressaltar o aspecto factual em que se revela a posse: a situação meramente de fato, em que se constitui o exercício de qualquer uma das faculdades do domínio, que a ordem jurídica protege independentemente do título que o possuidor tenha sobre a coisa. (TEPEDINO, Gustavo; FILHO, Carlos Edison do Rêgo M.; RENTERIA, Pablo. Fundamentos do Direito Civil: Direitos Reais. v.5. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, p. 24). (grifou-se)

E mais:

O art. 1.196, do Código Civil atual manteve a orientação do Código Civil de 1916, art. 485, ao conceituar como possuidor “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade” (DINIZ, Maria H.; SANTIAGO, Mariana R. Função social e solidária da posse. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2023, p. 20) (grifou-se)

Assim, não assiste razão ao Recorrente. A alternativa “D” da questão 33 encontra-se correta, nos exatos termos do artigo 1.196 do Código Civil, sem qualquer discordância da doutrina, conforme demonstrado.

Passa-se, agora, a analisar os quatro argumentos trazidos pelo Recorrente para a anulação da questão 33:

1. “*Ambiguidade na Interpretação do Texto Legal*”; “*a redação da questão pode causar confusão devido à similaridade entre os conceitos de “poderes inerentes à posse” e “poderes inerentes à propriedade,” especialmente considerando que a posse é frequentemente discutida em relação à propriedade.*”
2. “*Confusão entre Conceitos de Posse e Propriedade*”

3. “*Termos Técnicos e Sua Interpretação*”

4. “*Complexidade da Questão: A questão exige uma compreensão detalhada e precisa do artigo 1.196 do Código Civil, que pode ser excessivamente complexa para o nível do concurso. A similaridade das alternativas aumenta a dificuldade e a probabilidade de erro interpretativo por parte dos candidatos.*”

Ora, as alegações do Recorrente não podem ser consideradas válidas a ponto de anular a questão, especialmente por tratar-se de um concurso público para o cargo de **Advogado**, em que é exigida formação no ensino superior, **bacharel em direito com registro na OAB/SP**, nos termos do Edital. Ainda mais se consideradas as **atribuições básicas do cargo**, constantes do mesmo Edital, nos termos do seu Anexo I:

Patrocinar judicialmente as causas em que a FIEB seja interessado como autor, réu ou interveniente; promover ações regressivas contra agentes políticos e servidores de órgãos da Administração Direta, declarados culpados de causar lesão a direitos que a FIEB ou outro réu tenha sido judicialmente condenado a indenizar; preparar informações e acompanhar processos de mandados de segurança impetrados contra ato da Superintendente e Diretores Escolares; prestar informações sobre os processos de sua competência; acompanhar processos funcionando em todos os processos em que haja interesse da FIEB; emitir pareceres jurídicos sobre as matérias de sua pasta ou de outras; elaborar minutas de contratos, convênios, portarias, executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.

É esperado que os candidatos, para bem desempenhar as **atribuições básicas do cargo** de Advogado, saibam diferenciar institutos, conheçam termos técnicos e interpretem corretamente os textos legais, ainda mais em se tratando de dispositivo do Código Civil.

Ademais, no Conteúdo Programático - Conhecimentos Específicos de Direito Civil para o cargo de Advogado, constante do ANEXO II do Edital, além da posse, também consta “A propriedade, conceito, generalidades, aquisição, e perda da propriedade móvel e imóvel”. Ou seja, também é exigido, pelo Edital, que os candidatos, incluindo o Recorrente, tenham conhecimento do instituto da propriedade e da posse.

Por fim, pode-se afirmar que a questão 33 não é complexa, até porque apenas versa sobre um artigo do Código Civil, que define possuidor e que é amplamente citado na doutrina.

Em suma: a questão tem como gabarito correto a alternativa “D”, que corresponde exatamente à redação do artigo 1.196 do Código Civil já citado, com respaldo da doutrina e dentro das exigências do Edital para o cargo de Advogado, conforme demonstrado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 35: o recurso é improcedente, pois, inicialmente cabe destacar que o Recorrente entende que a segunda proposição da questão 35 está incorreta. Desta forma, para ele, a alternativa C seria a resposta correta. Pedes, assim, a “*reconsideração da resposta correta para a alternativa (C), visto que a escolha da alternativa (A) não está amparada pelos dispositivos do Código Civil Brasileiro, conforme demonstrado acima.*”

Vale ressaltar que a questão tem como gabarito correto a alternativa “A”, já que a segunda e a terceira proposições estão corretas.

Como o Recorrente entende que a primeira proposição está incorreta e que a terceira proposição está correta, não há discordância quanto à primeira e terceira proposições. O recurso restringe-se, pois, à segunda proposição.

Para maior clareza, transcreve-se o teor da segunda proposição, na íntegra:

Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.

Ora, não assiste razão ao Recorrente. A segunda proposição encontra-se **correta**, nos exatos termos do **artigo 480 do Código Civil**, conforme segue:

Art. 480. Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.

De notar que o Recorrente, para analisar a questão o artigo 478 do Código Civil, afirma o que segue:

O artigo 478 do Código Civil trata da resolução dos contratos por onerosidade excessiva, aplicando-se exclusivamente aos contratos bilaterais ou sinalagmáticos, onde existem obrigações recíprocas entre as partes. Em contratos unilaterais, onde as obrigações recaem sobre apenas uma das partes, não se aplica a possibilidade de pleitear a redução da prestação ou a alteração do modo de execução por onerosidade excessiva. Portanto, essa proposição está incorreta. (grifou-se)

Por sua vez, o Recorrente apenas fez afirmações, sem indicar, além do artigo 478, qualquer outro dispositivo legal, jurisprudencial ou doutrinário que fundamentasse suas alegações. E mais, o único artigo citado, o artigo 478 do Código Civil, apesar de versar também de resolução por onerosidade excessiva, não trata da mesma hipótese da segunda proposição da questão 35. Veja-se que as disposições do artigo 478 não se aplicam à hipótese contida na segunda proposição da questão 35, objeto do recurso interposto:

Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação. (grifou-se)

Na verdade, tanto o artigo 478 (citado pelo Recorrente), quanto o artigo 480 (que se refere à segunda proposição), ambos do Código Civil, se encontram no capítulo referente à “Extinção do Contrato”, na Seção IV, que trata da “Resolução por Onerosidade Excessiva”. No entanto, os três artigos que compõem a seção IV, tratam de situações diferentes.

E, ao contrário do que afirma o Recorrente, o artigo 480 aqui citado trata, sim, de contratos unilaterais. Além da redação cristalina do artigo – para tanto, basta ter clareza nos conceitos da classificação doutrinária dos contratos unilaterais e bilaterais – renomados autores também corroboram com esse entendimento. Vale citar:

No caso de contratos unilaterais, o Código Civil, no art. 480, permite ao devedor a invocação da excessiva onerosidade, a qual será determinada, ante a impossibilidade da comparação com a contraprestação, pela variação do valor da prestação entre o momento da celebração do contrato e o momento da sua execução, nos mesmos moldes do art. 317. Nesse caso, todavia, em lugar do efeito resolutivo, a onerosidade excessiva somente poderá implicar a modificação dos termos do negócio, para a redução do ônus imposto ao devedor. (TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. Fundamentos do Direito Civil: Obrigações. v.2. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, p. 145) (grifou-se)

Por sua vez, Gagliano e Filho, ao abordarem a teoria da imprevisão no Código Civil de 2002, referem-se ao artigo 480 do Código Civil na análise da aplicação da aludida teoria nos contratos unilaterais. Veja-se:

Finalmente, o art. 480 consagra regra específica aos contratos unilaterais, ou seja, aqueles que impõem obrigações apenas para uma das partes. Neste caso, para evitar a onerosidade excessiva — veja que a norma tem cunho acautelatório — o devedor poderá pugnar pela redução da prestação ou a alteração do modo de executá-la.

Ora, se partimos da premissa de que o codificador optou pela referência à imprevisibilidade, tem-se que, na hipótese, ocorrido o evento inesperado, deste o devedor poderá pleitear a minimização das consequências danosas, nos termos anteriormente mencionados. É o caso, por exemplo, de alguém se comprometer, por meio de um contrato de doação (contrato unilateral), a fornecer 50 sacas de cereais, em um determinado dia, a uma família carente que reside em uma longínqua comunidade, cujo único acesso é uma estrada vicinal. Se um evento inesperado dificultar sobremaneira a prestação (uma grave erosão na estrada, por exemplo), o devedor poderá pugnar pelo envio do cereal pela via fluvial, em dias seguidos, segundo a disponibilidade dos barcos de transporte da região.

Vê-se, com isso, que a norma sob comento afina-se com os ditames constitucionais de valorização da pessoa humana, segundo uma perspectiva socializadora do contrato. (grifou-se) (GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. Novo curso de direito civil: Contratos. v.4. São Paulo: SRV Editora LTDA., 2023, p.101)

Correta, pois a segunda proposição, nos termos do artigo 480 do Código Civil e da doutrina, como antes citado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 41: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 41, anulando-a.

Questão 45: o recurso é improcedente, pois, inicialmente cabe destacar que o Recorrente entende que todas as proposições estão certas. Desta forma, para ele, a alternativa “D” seria a resposta correta para a questão 45. Pede, assim, a revisão do gabarito e a “*atribuição da pontuação correspondente aos candidatos que tenham marcado a alternativa correta (D) I, II e III.*”

Vale ressaltar que a questão tem como gabarito correto a alternativa “B”, já que apenas as proposições I e II estão corretas.

Como o Recorrente entende que todas as proposições estão corretas, não há discordância quanto às proposições I e II, que, de fato, estão corretas. O recurso restringe-se, pois, à proposição III.

Para maior clareza, transcreve-se o seu teor da proposição III, na íntegra:

III. A avaliação dos bens penhorados na execução de decisão condenatória, é feita por avaliador designado livremente pelo juiz ou Presidente do Tribunal. Os servidores da Justiça do Trabalho podem ser designados para servir de avaliador. (grifou-se)

Veja o que o Recorrente disse especificamente sobre a proposição III:

Proposição III: A avaliação dos bens penhorados na execução de decisão condenatória é feita por avaliador designado pelo juiz ou presidente do tribunal, conforme estabelecido pela CLT. Além disso, a legislação permite que os servidores da Justiça do Trabalho sejam designados para atuar como avaliadores. Portanto, a proposição III está correta.

De notar que o Recorrente não indica qualquer dispositivo legal, doutrinário ou jurisprudencial para fundamentar suas alegações. Assim, formalmente o recurso encontra-se em desacordo com os itens 11.4, 11.9 e 11.9.3 do Capítulo XI do Edital, por não se encontrar devidamente fundamentado, além de não ter fundamentação lógica e consistente. Para maior clareza, transcreve-se:

XI – DOS RECURSOS

(...)

*11.4. O recurso deverá ser **individual, devidamente fundamentado** e conter o nome do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, endereço eletrônico atual e o seu questionamento. (grifou-se)*

“11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

(...)

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; (grifou-se)

Ora, não só pelas exigências de fundamentação contidas nos itens 11.4, 11.9 e 11.9.3 do Edital, mas também pela formação, pré-requisitos e atribuições dos cargos objeto do Concurso em questão, o Recorrente deveria ter destinado mais tempo para detalhar e fundamentar seu recurso. Assim sendo, em termos formais, o Recurso não mereceria ser apreciado.

No mérito, também não assiste razão ao Recorrente. A proposição III encontra-se **incorreta** em dois pontos, nos termos do artigo 887 caput e parágrafo 2º, conforme segue:

Art. 887 - A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz, ou presidente do tribunal trabalhista, de conformidade com a tabela a ser expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

(...)

§ 2º Os servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador.

(grifou-se)

De fato, o Recorrente não se atentou ao disposto no *caput* do artigo 887 da CLT, antes transcrito, que estabelece que o avaliador deve ser escolhido de comum acordo entre as partes.

O segundo ponto a ser observado é que o Recorrente entende que “a legislação permite que os servidores da Justiça do Trabalho sejam designados para atuar como avaliadores”. Mesmo sem indicar qual seria essa legislação, o Recorrente não levou em consideração o disposto no parágrafo 2º do mesmo artigo 887 da CLT, antes transcrito, que expressamente prevê que os “servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador.”

Incorreta, pois a assertiva III, tanto no que diz respeito a quem pode indicar o avaliador, quanto na impossibilidade dos servidores da Justiça do Trabalho figurarem como avaliadores, nos termos da CTL.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

ANALISTA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (CARGO 321)

Questão 30: o recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito oficial. Devido à multiplicidade de atos administrativos, sua classificação deverá atender a certos critérios, quais sejam, de formação da vontade, de conteúdo e de efeito para o destinatário, de forma, de escolha, da discricionariedade de ação ou de exercício de competência, da validade, da eficácia jurídica. Quanto ao critério de formação da vontade, objeto da questão, há os atos simples ou monocráticos (formados pela vontade de um agente público),

atos colegiados (formados pela soma das vontades de dois os mais órgãos). A diferença ente eles, reside no número de vontades, de autoridade e de órgãos envolvidos na forma do ato final.

Fonte: MARRARA, Thiago. Manual de direito administrativo: atos, processos, licitações e contratos. 2ª ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2024.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 31: o recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito oficial. O enunciado da questão é claro em solicitar um critério que classifica atos administrativos, ou seja, perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados em que cabe apenas o indicado pela alternativa (D). O critério da escolha classifica o ato administrativo como discricionários ou vinculados. O critério do exercício da competência está ligado aos atos vinculados enquanto pelo critério da validade há atos irregulares, anuláveis, nulos e inexistentes.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 36: o recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito oficial. A candidata traz em seu argumento uma definição do que vem a ser descentralização administrativa e não faz menção a qualquer uma das alternativas da questão que trata especificamente da descentralização administrativa do tipo funcional. Assim, não há o que analisar no argumento da candidata.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 41: o recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito oficial. Conforme o objeto a ser licitado e o critério estabelecido para o julgamento das propostas, deverão ser analisados, além do preço e de fatores específicos indicados no edital, outros atributos. O indicado na alternativa (B) experiência e o desempenho do licitante em contratações anteriores, é um fator que deve ser levado em consideração em licitações de menor preço de obra e serviços não sendo exigido para licitações de melhor técnica e de técnica e preço de obras. A candidata em sua manifestação confunde notas por desempenho com experiência e desempenho.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 42: o recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito oficial. Considerando o julgamento como uma das fases da licitação, o disposto na alternativa (A) da questão é o único texto correto, pois vejamos: o apresentado na alternativa (B) está incorreto pois o horário de instalação da sessão pública é inflexível e qualquer tolerância quanto ao horário não encontra justificativa legal e viola o princípio da isonomia; o disposto na alternativa (C) está incorreto pois o critério de menor preço pode ser adotado tanto nas concorrências como nos pregões; o apresentado na alternativa (D) está incorreto vez não ser o menor valor nominal indicado pela proposta para efeito de adjudicação e sim aquele que possibilitar o menor custo final da obra, serviço ou compra.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

ANALISTA DE T. I. – II – INFRAESTRUTURA E SUPORTE (CARGO 323)

Questão 21: o recurso é improcedente, conforme análise da proposições abaixo:

I - Ao longo do ciclo de vida de um projeto, há três tipos básicos de relações entre fases: relação sequencial, relação sobreposta e relação continuada.

Segundo os materiais consultados, ao longo do ciclo de vida de um projeto os três tipos básicos de relação entre fases são:

Relação sequencial, em que uma fase só poderá iniciar depois que a anterior terminar. Um exemplo de um projeto com fases inteiramente sequenciais. A natureza passo a passo desta abordagem reduz incertezas, mas pode eliminar opções de redução do cronograma.

Relação sobreposta, em que a fase tem início antes do término da anterior. Às vezes, ela pode ser aplicada como um exemplo da técnica de compressão de cronograma denominada paralelismo. As fases sobrepostas podem aumentar o risco e resultar em retrabalho caso uma fase subsequente progrida antes que informações precisas sejam disponibilizadas pela fase anterior.

Uma relação iterativa, em que apenas uma fase está planejada a qualquer momento e o planejamento da próxima é feito à medida que o trabalho avança na fase atual e nas entregas. Esta abordagem é útil em ambientes muito indefinidos, incertos ou em rápida transformação, como pesquisas, mas pode reduzir a capacidade de fornecer um planejamento de longo prazo. Nesses casos, o escopo é gerenciado por entregas contínuas de incrementos do produto e priorização dos requisitos para minimizar riscos do projeto e maximizar o valor comercial do produto. Essa relação também pode fazer com que todos os membros da equipe (por exemplo, projetistas, desenvolvedores, etc.) tenham que ficar disponíveis durante todo o projeto ou, pelo menos, por duas fases consecutivas.

A proposição I é incorreta, conforme descrito acima.

II - Dentro do contexto da estrutura genérica do ciclo de vida, um gerente de projetos pode determinar a necessidade de um controle mais eficaz sobre certas entregas. Projetos grandes e complexos em particular podem requerer este nível adicional de controle.

Conforme os materiais consultados e dentro da estrutura de gerenciamento de projetos é citado que o profissional que pode determinar a necessidade de um controle mais eficaz sobre certas entregas, projetos grandes e complexos em particular podem requerer este nível adicional de controle é realizado efetivamente pelo gerente de projetos e não gerente de programas como menciona a candidata.

Os especialistas consideram que o gerenciamento do programa tem três estágios ou fases principais: definição de programa, entrega de benefícios do programa e encerramento do programa. Você pode saber mais sobre essas três fases e as subfases relacionadas em nosso guia para o ciclo de vida do gerenciamento de programas.

A proposição II é correta, conforme descrito acima.

III - Considerando os critérios para a seleção de um projeto, os critérios quantitativos e um qualitativo se referem à custo de fabricação e retorno sobre o investimento, respectivamente.

Considerando os critérios para a seleção de um projeto temos:

Os critérios quantitativos que se referem ao retorno sobre o investimento e incluem os seguintes componentes principais: Análise probabilística do projeto; probabilidade de atingir os objetivos de custo e tempo; Lista priorizada de riscos quantificados e Tendências nos resultados da análise quantitativa de riscos.

Enquanto o critério qualitativo se refere ao custo de fabricação e engloba a identificação e a designação de uma pessoa responsável pela resposta ao risco e para assumir a responsabilidade por cada resposta ao risco acordada e financiada. O processo de planejamento das respostas aborda os riscos pela prioridade, inserindo recursos e atividades no orçamento, no cronograma e no plano de gerenciamento do projeto, conforme necessário.

A proposição III é incorreta, conforme descrito acima.

IV - Gerentes de programas são responsáveis pelo gerenciamento de projetos relacionados de forma coordenada visando obter benefícios e controle não disponíveis no gerenciamento individual. Eles interagem com cada gerente de projetos para oferecer apoio e orientação em projetos individuais.

Trecho retirado do material de pesquisa onde:

- **Gerentes de portfólios/comitê de análise de portfólios.** Os gerentes de portfólios são responsáveis pela governança de alto nível de um conjunto de projetos ou programas, que podem ou não ser interdependentes. Os comitês de análise de portfólios são geralmente constituídos por executivos da organização que atuam como um painel de seleção de projetos. Eles analisam cada projeto de acordo com o retorno sobre o investimento, o seu valor, os riscos associados à adoção do projeto e outros atributos do mesmo.
- **Gerentes de programas.** São responsáveis pelo gerenciamento de projetos relacionados de forma coordenada visando obter benefícios e controle não disponíveis no gerenciamento individual. Os gerentes de programas interagem com cada gerente de projetos para oferecer apoio e orientação em projetos individuais.
- **Escritório de projetos.** Um escritório de projetos (*Project Management Office, PMO*) é um corpo ou entidade organizacional à qual são atribuídas várias responsabilidades relacionadas ao gerenciamento centralizado e coordenado dos projetos sob seu domínio. As responsabilidades de um PMO podem variar desde o fornecimento de funções de apoio ao gerenciamento de projetos até a responsabilidade real pelo gerenciamento direto de um projeto. O PMO pode ser uma parte interessada se ele tiver responsabilidade direta ou indireta pelo resultado do projeto. O PMO pode oferecer, mas não se limita a:
 - Serviços de suporte administrativo, como políticas, metodologias e modelos;
 - Treinamento, aconselhamento e orientação de gerentes de projetos;
 - Suporte, orientação e treinamento em relação a como gerenciar projetos e usar as ferramentas;
 - Alinhamento dos recursos humanos dos projetos e/ou
 - Comunicação centralizada entre gerentes de projetos, patrocinadores, gerentes e outras partes interessadas.

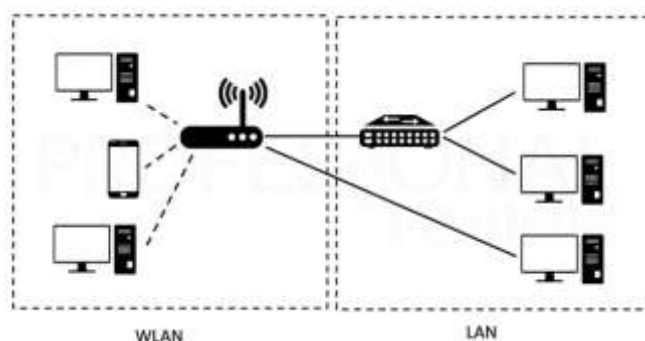
Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 22: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

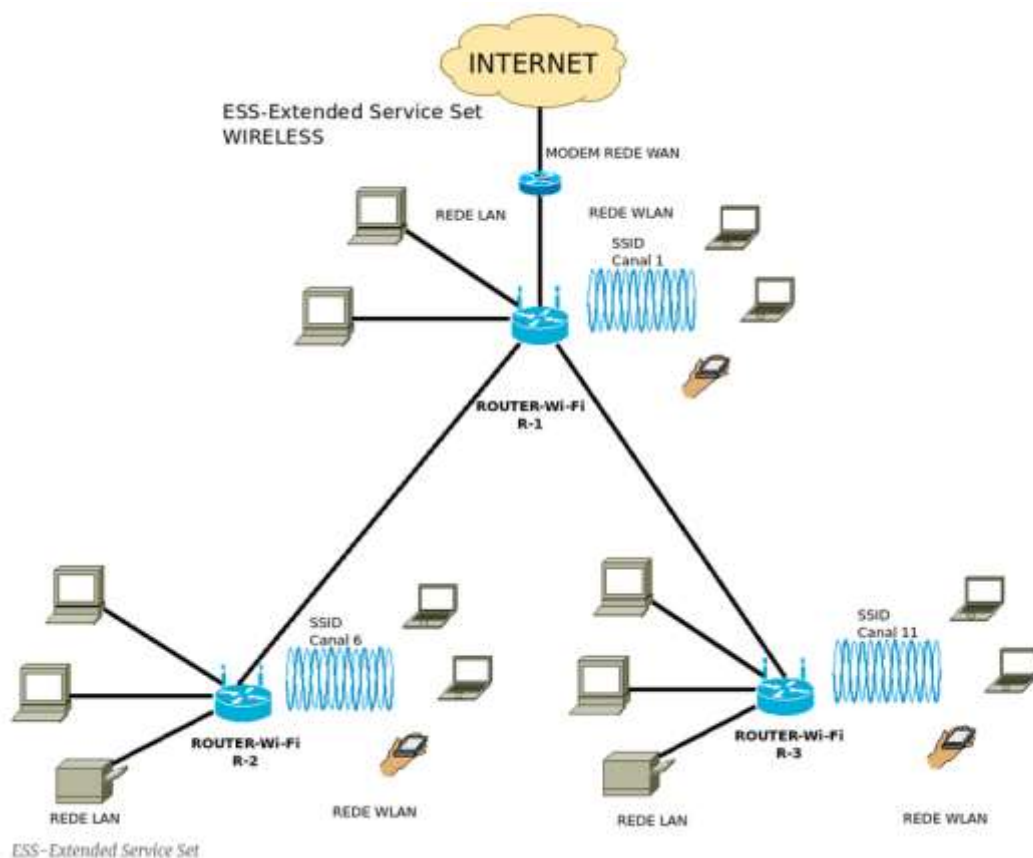
Uma WLAN conecta nós de rede local usando tecnologia de rádio em vez de conexões com fio. Wi-Fi é um tipo específico de WLAN que está em conformidade com o padrão IEEE 802.11 e depende de Access Points (APs) para se conectar a clientes e dispositivos IoT usando a banda de 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz. Outros tipos de WLANs podem operar usando diferentes bandas. Uma LAN sem fio (WLAN) é um tipo de rede local (LAN) que usa comunicação sem fio para conectar qualquer tipo de cliente ou dispositivo de rede.

Uma VLAN (Virtual Local Area Network) é uma rede local virtual, que permite a segmentação lógica de uma rede física em múltiplas redes lógicas independentes. Como o próprio nome já diz, a técnica consiste em criar uma rede virtual dentro de um único equipamento, geralmente um switch ou mais que permitem oferecer suporte a várias VLANs independentes, criando implementações de sub-redes na camada 2 (link de dados). Uma rede virtual está associada a um domínio de broadcast, geralmente composto de um ou mais switches Ethernet.

No cenário descrito no enunciado da questão, o departamento de Tecnologia providenciou um Access Point (AP) sem fio para que os dispositivos do departamento financeiro, que foram realocados em uma sala adjacente, possam se conectar à rede e continuar acessando a infraestrutura da empresa. Abaixo, segue um modelo de uma conexão estabelecida por meio de uma WLAN, para elucidar o cenário da questão:



Outra forma de elucidar uma conexão WLAN:



Como o departamento de Tecnologia providenciou um Access Point (AP) sem fio para que os dispositivos possam se conectar ao ambiente da empresa o tipo de infraestrutura utilizado é de uma WLAN.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 23: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

O SAMBA, por definição, é um software que tem como principal finalidade o compartilhamento de arquivos de servidores Linux para consumo em computadores Windows. Desta forma, é possível utilizar o Linux como servidor de arquivos, servidor de impressão, entre outros e acessar estas informações a partir de

computadores com Windows. Outra característica marcante do SAMBA é a facilidade em integrar-se com outros sistemas operacionais, permitindo sua implantação em redes híbridas.

Abaixo, um trecho retirado do material utilizado sobre a definição do protocolo NFS:

Visão geral de sistema de arquivos de rede

Artigo • 08/03/2023 • 10 colaboradores

[Comentários](#)

Neste artigo

Descrição do recurso

Versões do Windows e do Windows Server

Aplicações práticas

Funcionalidade nova e alterada

[Mostrar mais 6](#)

Aplica-se a: Windows Server 2022, Windows Server 2019, Windows Server 2016, Windows Server 2012 R2 e Windows Server 2012

Este artigo descreve o serviço de função Network File System e os recursos incluídos na função de servidor Serviços de Arquivo e Armazenamento do Windows Server. O NFS (Network File System) fornece uma solução de compartilhamento de arquivo para empresas que têm ambientes heterogêneos que inclui computadores Windows e não Windows.

Descrição do recurso

Usando o protocolo NFS, você pode transferir arquivos entre computadores que executam o Windows e outros sistemas operacionais não Windows, como Linux ou UNIX.

O NFS no Windows Server inclui o Servidor para NFS e o Cliente para NFS. Um computador que executa o Windows Server pode usar o Servidor para NFS para funcionar como um servidor de arquivos NFS para outros computadores cliente não Windows. O Cliente para NFS permite que um computador baseado no Windows que executa o Windows Server acesse arquivos armazenados em um servidor NFS não Windows.

Criado pela Sun Microsystems em 1984 como um protocolo de compartilhamento de arquivos com estado para sistemas baseados em UNIX. Desde então, o NFS passou por várias atualizações. A mais recente é a versão 4 do NFS (NFSv4), que foi desenvolvida por um grupo de trabalho da Internet Engineering Task Force. O NFS continua popular entre os usuários de Linux.

Funcionando sobre a camada de aplicação na pilha de protocolos da Internet, o NFS permite que os sistemas de arquivos sejam compartilhados em uma rede LAN (Local Area Network) ou pela Internet, facilitando a colaboração e o compartilhamento de recursos entre múltiplos usuários e sistemas.

A principal aplicação do protocolo NFS (Network File System) é o compartilhamento de arquivos e diretórios em uma rede de computadores.

Permitindo que sistemas de arquivos em servidores remotos sejam montados em clientes locais como se fossem parte do sistema de arquivos local, o NFS facilita o acesso e a gestão de arquivos em ambientes de rede distribuída.

Aqui, evidenciamos outra similaridade entre os protocolos Network File System (NFS) e o Server Message Block (SMB), que são protocolos ou regras de armazenamento de acesso a arquivos para o compartilhamento eficiente de arquivos em uma rede sistemas Windows, Linux e UNIX.

Semelhanças entre SMB e NFS

Os protocolos Server Message Block (SMB) e Network File System (NFS) operam com um modelo cliente-servidor, em que os arquivos são compartilhados no servidor remoto e usados pelo cliente local. Depois que os protocolos são configurados corretamente, quando você acessa arquivos e diretórios de rede remotos no servidor, funciona como se eles estivessem locais no sistema de arquivos na máquina cliente.

Aqui estão outras semelhanças entre o SMB e o NFS:

- Ambos permitem que os clientes realizem operações Create, Read, Update, and Delete (CRUD – Criação, leitura, atualização e exclusão) em arquivos e diretórios no servidor.
- Você pode usá-los com vários sistemas operacionais diferentes. Isso inclui cada sistema operacional convencional, ambientes Windows e ambientes Linux.
- O SMB e o NFS são frequentemente usados em ambientes de rede legados, especialmente na infraestrutura on-premises.

Quando usar o NFS ou o SMB

Normalmente, o Network File System (NFS) e o Server Message Block (SMB) são usados para criar e gerenciar redes locais (LANs) com ambientes de sistema operacional homogêneos. Nesses ambientes, o armazenamento compartilhado precisa ser acessado como arquivos locais. O NFS e o SMB também são usados em ambientes legados em rede à distância e em ambientes de nuvem híbrida por meio de gateways.

Compartilhamento de arquivos SMB

Se você quiser configurar um armazenamento conectado à rede (NAS) em uma LAN, o SMB é a opção mais fácil para compartilhar e acessar arquivos pela rede. Isso permanece verdadeiro se você executa sistemas operacionais Windows, Mac ou Linux.

Os exemplos a seguir são outros casos de uso comuns:

- Redes locais baseadas em Windows para organizações em que várias máquinas clientes exigem armazenamento compartilhado
- Ambientes corporativos com matrizes de armazenamento maiores que priorizam a eficiência e a escalabilidade
- Operações avançadas de compartilhamento que exigem suporte nativo

[Leia sobre o NAS »](#)

Compartilhamento de arquivos NFS

Você pode usar o NFS para esses cenários:

- Você tem uma rede local com todas as máquinas baseadas em UNIX (incluindo ambientes baseados em Linux) na rede
- São necessários tamanhos de arquivo grandes

Outra evidência de que o Samba é integrável ao sistema de compartilhamento NFS ocorre no trecho abaixo:



Instalar servidores com *Software Livre* a domínios Windows® existentes e mover os dados e usuários gradativamente para o novo servidor. As opções disponíveis em *Software Livre* podem estar rodando e configuradas para responderem por alguns usuários, isso facilitará a migração pontual do novo servidor. Um exemplo claro disso é a utilização do GNU/Linux com **SAMBA**¹⁹ que poderá ser usado no lugar do servidor Windows® NT ou 2000 sem qualquer interferência ou modificação no trabalho dos usuários.

Em relação as funcionalidades do SAMBA [SILVA (2004)] cita de forma mais completa essas características²¹, sendo as mais importantes:

- Compartilhamento de arquivos entre máquinas Windows e Linux ou de máquinas Linux (sendo o servidor SAMBA) com outro SO que tenha um cliente NetBEUI (Macintosh, OS 2, LanManager, etc).
- Montar um servidor de compartilhamento de impressão no Linux que receberá a impressão de outras máquinas Windows da rede.
- Controle de acesso aos recursos compartilhados no servidor através de diversos métodos (compartilhamento, usuário, domínio, servidor).
- Controle de acesso leitura/gravção por compartilhamento.
- Controle de acesso de leitura/gravção por usuário autenticado.
- Possibilidade de uso do banco de dados de senha do sistema (/etc/passwd), autenticação usando o arquivo de dados criptografados do SAMBA, LDAP, PAM, etc.
- Permite o uso de aliases na rede para identificar uma máquina com outro nome e simular uma rede NetBIOS virtual.
- Suporte completo a controlador de domínio Windows (PDC).
- Permite montar unidades mapeadas de sistemas Windows ou outros servidores Linux como um diretório no Linux.
- Com um pouco de conhecimento e habilidade de administração de sistemas Linux, é possível criar ambientes de auditoria e monitoração até monitoração de acesso a compartilhamento em tempo real.

Um escopo de como os protocolos interagem entre os sistemas operacionais utilizados:

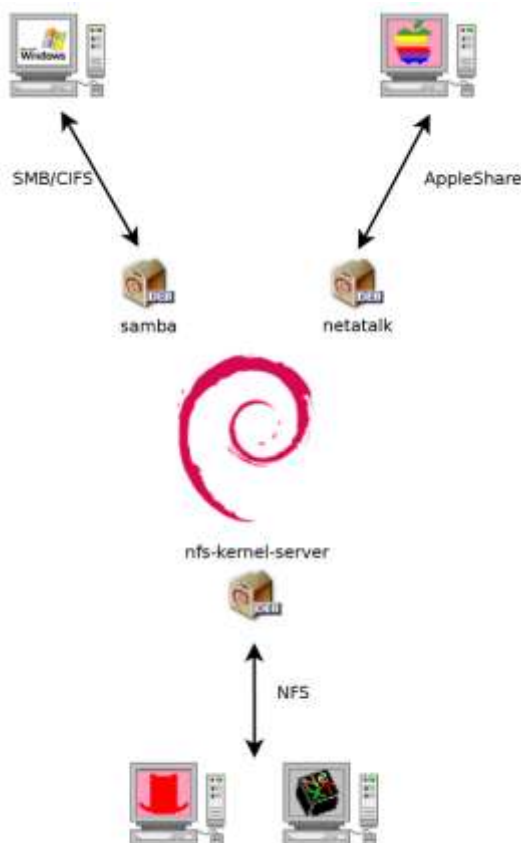


Figura 3.1. coexistência do Debian com OS's Windows e clientes Unix

Com isso, mostramos que o SAMBA é um serviço utilizado para o compartilhamento de serviços como arquivos, diretórios, servidor de impressão, também baseados em NFS (Network File System), para que possam ser acessados a partir das estações de trabalho com sistema operacional Windows.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 24: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo, que segue a correlação entre os números, que trouxeram os conceitos gerais do modelo OSI, protocolos e suas estruturas utilizadas e as letras, que resumem as proposições:

1. IEEE802.11

Letra B - Padrão para redes sem fio, tipo Wi-Fi que define como os dispositivos se comunicam entre si sem fios, permitindo conexões à Internet.

2. SNMP.

Letra C - Protocolo do conjunto TCP/IP usado para monitorar e gerenciar dispositivos como servidores, storages, roteadores e switches. Ele coleta, organiza e envia dados dos elementos de uma rede IP, auxiliando na identificação de eventuais falhas. E amplamente usado para trocar informações entre sistemas de gerenciamento de rede e os dispositivos conectados.

3. Ethernet.

Letra D - Tecnologia que permite a conexão física entre dispositivos como computadores, impressoras, switches e roteadores em redes locais. Por ser escalável e de fácil manutenção, esse padrão é amplamente usado para conectar dispositivos através de cabos para a transmissão de dados.

4. Switches e Roteadores

Letra A - Dispositivos de rede que facilitam o compartilhamento de recursos, conectando todos os dispositivos como computadores, impressoras e servidores, na rede de uma empresa de pequeno, médio e grande portes. Além de interligar várias outras redes, também permitem que os dispositivos e usuários acessem a Internet.

Fazendo a correlação entre as colunas, o resultado ficou:

1B / 2C / 3D / 4A

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 25: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

Alternativa A: é uma rede local virtual que permite separar fisicamente uma rede em múltiplas redes lógicas independentes. Isso significa que, mesmo que todos os dispositivos estejam fisicamente conectados à mesma rede física, eles podem ser isolados uns dos outros como se estivessem em redes separadas.

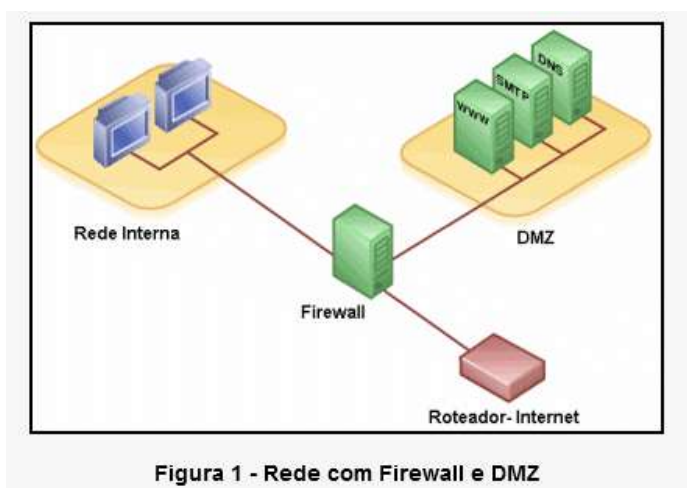
Alternativa B: o SaaS fornece uma solução de software completa que você pode comprar em uma base paga conforme o uso por um provedor de serviço de nuvem. Você pode alugar o uso de aplicativo para sua organização e seus usuários se conectarem a ele pela Internet, normalmente por um navegador da Web. Toda a infraestrutura subjacente, middleware, software de aplicativo e dados de aplicativo ficam no datacenter do provedor de serviços. O provedor de serviço gerencia hardware e software e, com o contrato de serviço apropriado, garante a disponibilidade e a segurança do aplicativo e de seus dados. O SaaS permite que sua organização entre em funcionamento rapidamente com um aplicativo por custo inicial mínimo.

Alternativa C: o encapsulamento acontece principalmente em programação orientada a objetos (POO), em que objetos são utilizados para representar entidades do mundo real e encapsulam os dados e os comportamentos relacionados a esses elementos. A técnica também pode ser aplicada em outras áreas da programação, como em bibliotecas e frameworks, com técnicas de encapsulamento para esconder detalhes de implementação de um recurso e expor somente as operações necessárias para o uso dele. O conceito explicitado pela candidata em sua interpelação se aplica quanto ao método e/ou processo de funcionamento na infraestrutura de redes de computadores, onde o conceito de encapsulamento de rede, modelo OSI (Open Systems Interconnection) ocorre entre as 07 (sete) camadas de rede.

No entanto, o enunciado da questão questiona o tipo de **sub-rede**, que se situa entre uma rede confiável e não confiável onde o isolamento físico entre as duas redes é configurado por regras de conectividade no firewall, conceito este que segue na próxima alternativa.

Alternativa D: DMZ é uma sigla para Demilitarized Zone (Zona Desmilitarizada em português), é uma sub-rede que se situa entre uma rede confiável (a rede de uma organização, por exemplo) e uma rede não confiável (geralmente a internet), provendo assim isolamento físico entre as duas redes, garantido por uma série de regras de conectividade mantidas no firewall. O aspecto do isolamento físico do DMZ é importante mesmo para garantir que a internet acesse apenas os servidores isolados no DMZ, ao invés de acessar diretamente a rede interna da organização. O objetivo final da DMZ é permitir que a organização acesse redes não confiáveis, como a internet, com a garantia de que sua rede privada ou LAN permanecerá segura. As organizações normalmente armazenam serviços e recursos externos, bem como servidores para o Sistema de nomes de domínio (DNS), Protocolo de transferência de arquivos (FTP), HTML, e-mail, proxy, Voz sobre IP (VoIP) e servidores web na DMZ. A configuração é realizada através do uso de equipamentos de firewall, que vão realizar o controle de acesso entre a rede local, a internet e a DMZ (ou, em um modelo genérico, entre as duas redes a serem separadas e a DMZ). Os equipamentos mais utilizados para essa configuração podem ser switch, roteador ou firewall dedicado.

Figura 1 - Modelo de uma DMZ:



Em linha, no contexto de estrutura de redes, virtualização e servidores, a estrutura de sub-rede que se situa entre uma rede confiável (a rede de uma empresa, por exemplo) e uma rede não confiável, geralmente a internet, provendo o isolamento físico entre as duas redes, garantido por uma série de regras de conectividade mantidas no firewall é conhecida como DMZ.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo, que segue a definição o protocolo RTSP, apontado pela candidata como alternativa correta.

O Real Time Streaming Protocol (RTSP) é um protocolo a nível de aplicação desenvolvido pela IETF em 1998 com a RFC 2326 para controle na transferência de dados com propriedades de tempo real. RTSP torna possível a transferência, sob demanda, de dados em tempo real como áudio e vídeo. Ele serve para estabelecer e controlar um único ou vários streams sincronizados de mídias contínuas pertencentes a uma apresentação. Utiliza os protocolos TCP e UDP na porta 554.

O conjunto de streams a ser controlado é definido por uma descrição de apresentação, normalmente um arquivo, que pode ser obtido por um cliente usando HTTP ou outro meio como e-mail; e, pode não necessariamente estar armazenado em um servidor de mídia. Uma descrição de apresentação contém informações sobre um ou mais streams que compõe a apresentação, como endereços de rede e informações sobre o conteúdo da apresentação, além de parâmetros que tornam possível ao cliente escolher a combinação mais apropriada das mídias.

Com o propósito de se evitar que as informações de roteamento retornem pelo mesmo caminho, é necessário que sejam aplicados, nos roteadores em uma rede de computadores, dois procedimentos:

A utilização do protocolo RIP (Routing Information Protocol - Protocolo de Informações de Roteamento), que envia mensagens de atualização de roteamento em intervalos regulares de tempo, ou quando a topologia da rede é alterada. Quando um roteador recebe uma atualização que inclui alterações em alguma das entradas, ele atualiza sua tabela de roteamento para refletir a nova rota e a técnica Split Horizon, simples e eficaz de evitar loops em uma rede. Essa técnica diz que um roteador não pode enviar nenhuma atualização sobre uma rota pela mesma interface que ele recebeu atualização sobre essa rota.

Essa definição invalida a alternativa apontada pela candidata como correta.

De forma geral, o Protocolo de Roteamento OSPF (Open Shortest Path First) faz referência ao processo de “escolher o caminho mais curto primeiro”, em uma análise de informações de diversos roteadores conectados entre si.

O objetivo desse modelo é observar dentre esses elementos interconectados qual apresenta um melhor trajeto e desempenho para entregar um pacote de rede, representando um trabalho mais efetivo.

Dessa forma o Protocolo de roteamento OSPF é um protocolo de roteamento dinâmico, eficiente e não-proprietário, projetado para operar dentro de um sistema autônomo, e, portanto, atuando como um protocolo do tipo IGP (Interior Gateway Protocol).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 28: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

Abaixo segue a imagem utilizada na elaboração da questão:

| | A | B | C |
|---|----------|-----------------|---------------|
| 1 | Vendedor | Departamento | Valor Venda |
| 2 | Ricardo | Higiene | R\$ 1.352,00 |
| 3 | Luiza | Eletrodoméstico | R\$ 7.980,00 |
| 4 | Ivo | Informática | R\$ 14.000,00 |
| 5 | Lucas | Perfumaria | R\$ 5.200,00 |
| 6 | Ingrid | Informática | R\$ 8.650,00 |
| 7 | Matheus | Eletrodoméstico | R\$ 9.800,00 |

Aplicando a fórmula =SOMASE(B2:B7;"Informática";C2:C7)

JUROSAC... : *fx* =SOMASE(B2:B7;"Informática";C2:C7)

| | A | B | C | D | E |
|----|-----------------|---------------------|------------------------------------|---|---|
| 1 | Vendedor | Departamento | Valor Venda | | |
| 2 | Ricardo | Higiene | R\$ 1.352,00 | | |
| 3 | Luiza | Eletrodoméstico | R\$ 7.980,00 | | |
| 4 | Ivo | Informática | R\$ 14.000,00 | | |
| 5 | Lucas | Perfumaria | R\$ 5.200,00 | | |
| 6 | Ingrid | Informática | R\$ 8.650,00 | | |
| 7 | Matheus | Eletrodoméstico | R\$ 9.800,00 | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | =SOMASE(B2:B7;"Informática";C2:C7) | | |
| 11 | | | | | |

Resultado da fórmula:

C10 : *fx* =SOMASE(B2:B7;"Informática";C2:C7)

| | A | B | C | D |
|----|-----------------|---------------------|--------------------|---|
| 1 | Vendedor | Departamento | Valor Venda | |
| 2 | Ricardo | Higiene | R\$ 1.352,00 | |
| 3 | Luiza | Eletrodoméstico | R\$ 7.980,00 | |
| 4 | Ivo | Informática | R\$ 14.000,00 | |
| 5 | Lucas | Perfumaria | R\$ 5.200,00 | |
| 6 | Ingrid | Informática | R\$ 8.650,00 | |
| 7 | Matheus | Eletrodoméstico | R\$ 9.800,00 | |
| 8 | | | | |
| 9 | | | | |
| 10 | | | R\$ 22.650,00 | |
| 11 | | | | |

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 29: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

Active Directory é uma ferramenta da Microsoft executada em Windows Server que faz a autenticação, o gerenciamento e o controle de acesso dos usuários de uma rede. Esse serviço utiliza o protocolo LDAP, gerencia as permissões e libera acesso aos recursos da rede através de um banco de dados.

Esse banco de dados, por sua vez, contém as informações de todos os funcionários da empresa e usuários do sistema, como por exemplo nome, cargo, e-mail, telefone, privilégios, logins e senhas.

O Microsoft AD simplifica o gerenciamento de usuários para os administradores de TI e elimina a necessidade de fornecer um conjunto diferente de credenciais ou senha para cada aplicativo ou serviço.

Organizar como essas interações acontecem previne que funcionários tenham acesso a dados ou recursos destinados a profissionais de outros níveis hierárquicos, além de facilitar o controle e gerenciamento do ambiente. Para que cada usuário tenha o acesso correto aos recursos de rede disponíveis, é necessário que a autenticação de entrada na rede esteja associada a um banco de dados.

Esses bancos de dados são os responsáveis em armazenar o nome de cada usuário da rede, o cargo, as funções exercidas e seus respectivos privilégios.

Por outro lado, a definição de todos os objetos do Active Directory e demais informações contidas no servidor é conhecido como Schema. O Active Directory utiliza um modelo de banco de dados hierárquico, diferente do Modelo Relacional de Dados com o qual estamos mais habituados. O Schema é como se fosse a definição da estrutura do banco de dados do Active Directory. Contém um número de classes e atributos, os quais atendem as necessidades da maioria das empresas. Porém o Schema pode ser

modificado, o Administrador pode modificar as classes existentes ou adicionar novas classes ou atributos. Qualquer alteração no Schema deve ser cuidadosamente planejada, pois alterações feitas no Schema afetam toda a árvore de domínios. Todos os domínios de uma árvore têm que utilizar o mesmo Schema, ou seja, não podem ser utilizados diferentes esquemas para os diferentes domínios de uma árvore de domínios.

Database design está relacionado a bancos de dados e gerenciamento de dados, como o Database Management System (DBMS), não tendo qualquer relação direta com o serviço AD DS (Active Directory Domain Services) do Windows Server. Dentro da arquitetura de banco de dados, o Database design envolve a definição de tabelas, campos, relacionamentos e restrições que compõem o esquema do banco de dados. O objetivo do design de banco de dados é criar um banco de dados eficiente, seguro e fácil de manter, que atenda às necessidades do usuário final.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 30: o recurso é improcedente, pois os argumentos utilizados pela candidata são válidos, porém, no enunciado é informado que o sistema operacional utilizado para realizar o procedimento é o Linux, onde o objetivo da questão é testar os conhecimentos do candidato referente aos comandos utilizados no sistema em questão.

Desse modo, para fazer requisições de acesso remoto ao servidor chamado “fieb.com” utilizando o Linux o comando é o `ssh root@fieb.com -p 1045`

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 32: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo, que segue trecho de material utilizado para elaboração da questão, onde demonstra os protocolos utilizados para criar uma conexão VPN altamente segura, conhecido como ponto a ponto:

Tipos de protocolos VPN

Os dois tipos de VPN acima são baseados em diferentes protocolos de segurança. Cada um desses protocolos oferece diferentes recursos e níveis de segurança como explicados abaixo:

1. Internet Protocol Security ou IPSec:

O Internet Protocol Security ou IPSec é usado para proteger a comunicação da Internet em uma rede IP. Ele faz a autenticação da sessão e criptografa cada pacote de dados durante a conexão.

O IPSec opera em dois modos, modo de transporte e modo de encapsulamento, para proteger a transferência de dados entre duas redes diferentes. O modo de transporte criptografa a mensagem no pacote de dados e o modo de encapsulamento criptografa o pacote de dados inteiro. O IPSec também pode ser usado com outros protocolos de segurança para aprimorar o sistema de segurança.

2. Protocolo de encapsulamento da camada 2 (L2TP):

O Protocolo de encapsulamento L2TP ou Camada 2 é geralmente combinado com outro protocolo de segurança VPN como o IPSec para criar uma conexão VPN altamente segura. O L2TP cria um túnel entre dois pontos de conexão L2TP e o protocolo IPSec criptografa os dados e lida com a comunicação segura no túnel.

Agora, segue o trecho em outro ponto do material utilizado mostrando a definição do protocolo SNMP:

O que é SNMP?

O SNMP foi criado para facilitar o monitoramento e o [gerenciamento de redes](#). É hoje um dos protocolos mais usados para esse fim, já que permite trabalhar com produtos e serviços de diversos fabricantes. Hoje as principais soluções de monitoramento de redes fornecem alertas (SMS, E-mail ou PUSH) para comunicar falhas na infraestrutura de rede.

Originalmente, o SNMP é descrito pela primeira vez na [RFC 1067](#) de 1988 e está atualmente na versão 3. RFC é a sigla de Request For Comment (em português, pedido de comentário), um documento técnico da Internet Engineering Task Force (IETF, Força-tarefa de engenharia de internet), que especifica os padrões implementados e usados na web.

O protocolo SNMP não é orientado à conexão e não requer ação prévia nem posterior ao envio de mensagens. Assim, não há garantias de que as mensagens do protocolo chegarão ao destino. Ele foi desenhado e pensado para ser muito leve, pois os equipamentos na ponta são de baixo poder de processamento, como switches, hubs, roteadores, servidor de rede.

Não é possível instalar um SNMP, ele já vem do fabricante, é possível apenas habilitá-lo. Pode ser distribuído, tendo mais de um gerente SNMP na rede, os agentes (dispositivos) dentro da rede conseguem responder a diversos gerentes simultaneamente.

Com isso, demonstra-se que o protocolo de encapsulamento L2TP ou Camada 2 é geralmente combinado com outro protocolo IPsec para criar uma conexão VPN altamente segura, conhecido como ponto a ponto.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 34: o recurso é improcedente, conforme se verá abaixo:

A topologia representada na figura 1 é a do tipo anel, também chamada de topologia ativa, tem a função de conectar uma rede computadores com um formato de anel.



Topologia 1

Sua característica é que ela transmite as informações entre os dispositivos conectados de acordo com a proximidade imediata em uma estrutura de anel. Ou seja, conecta todos em um mesmo círculo, de acordo com a distância, um caminhando para o outro.

É um modelo de topologia muito utilizado por organizações com tráfego mais pesado e robusto.

Assim, cada estação de computador está conectada a apenas duas outras, uma de cada lado, quando todas estão ativas. No entanto, caso uma máquina falhe, toda a rede fica comprometida e só continua com o tráfego em uma direção. O resultado disso é não entregar o resultado esperado.

A topologia representada na figura 2 é a do tipo malha sendo uma das principais arquiteturas de rede em que os dispositivos são conectados com muitas interconexões redundantes entre nós de rede, como

roteadores e switches. Em uma topologia em malha, se qualquer cabo ou nó falha, existem muitas outras maneiras para dois nós se comunicarem.



Topologia 2

Embora a facilidade de solução de problemas e o aumento da confiabilidade sejam vantagens definitivas, as redes em malha são caras para instalar porque usam muito cabeamento. Muitas vezes, uma topologia de malha é usada em conjunto com outras topologias (como estrela, anel e barramento) para formar uma topologia híbrida. Algumas arquiteturas WAN, como a Internet, usam roteamento em malha.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 35: o recurso é improcedente, pois um keylogger é um sistema malicioso que registra tudo o que é digitado no teclado e encaminha para criminosos. Ou seja, faz o monitoramento de teclado e capta informações sigilosas para fins escusos.

Na verdade, o keylogger não é usado somente para fins de crime. Também pode ser útil em testes e em situações controladas, como uma forma de exploração de vulnerabilidades no desenvolvimento de softwares. Basicamente, o keylogger na versão de software fica sendo executado em segundo plano, sem que o usuário sequer perceba. Então, copia tudo o que é digitado, de modo intrusivo, e envia para uma central.

É fundamental entender que há vários tipos de keylogger. Cada um requer uma postura diferente da equipe de proteção. Existem keyloggers mais simples e existem os que oferecem maior resistência para sair. Um spyware é uma aplicação que faz mais do que somente captar o que é digitado, aliás. Pode interferir no desempenho da máquina e até mesmo apresentar páginas falsas, que iludem e enganam o usuário.

Veja a definição de Ransomware: Ransomware é um tipo de malware (software malicioso) que criptografa os arquivos de um computador ou sistema, tornando-os inacessíveis ao usuário. A tradução do termo "ransomware" vem da combinação das palavras "ransom" (resgate) e "software".

A ação do ransomware geralmente ocorre da seguinte maneira: uma vez que o malware infecta o sistema, ele criptografa os arquivos importantes e exibe uma mensagem informando ao usuário que seus arquivos foram bloqueados. Para desbloquear os arquivos, o usuário é solicitado a pagar um resgate (geralmente em criptomoedas) aos cibercriminosos responsáveis pelo ataque.

O objetivo principal do ransomware é obter ganhos financeiros ilegais por meio da extorsão dos usuários. Os criminosos ameaçam que, se o resgate não for pago dentro de um determinado prazo, os arquivos serão permanentemente perdidos ou divulgados publicamente. Esse tipo de ataque pode ter consequências significativas – isso porque muitos indivíduos, empresas e organizações dependem de seus dados para operar normalmente.

Aplicando ao que diz no enunciado Fábio recebeu uma mensagem em seu e-mail particular com um anexo chamado "Notificação_Extrajudicial.pdf". Como se tratava de uma mensagem com conteúdo referente à suas pendências financeiras, abriu o anexo para ver do que se tratava e horas depois, recebeu uma outra mensagem informando que havia sido vítima de um ataque cibernético e que seus dados haviam sido

sequestrados em que, para ter acesso novamente deveria pagar um resgate, em criptomoedas, para desbloqueá-los.

As características do ataque cibernético descritas no cenário hipotético da questão se referem ao ataque cibernético Ransomware, onde os fraudadores sequestraram os dados da vítima exigindo o pagamento para resgatar as informações por meio de criptomoedas.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 36: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, segue abaixo a definição dos protocolos LDAP e NFS:

LDAP ou Lightweight Directory Access Protocol é um protocolo para serviços de diretório que organiza dados hierarquicamente e possibilita que os usuários de uma rede local ou pública localizem dados sobre organizações, indivíduos e outros recursos, como dispositivos, arquivos e aplicações.

O protocolo LDAP é uma versão "leve" do Directory Access Protocol (DAP), que faz parte do padrão X.500, um padrão para serviços de diretório em uma rede. Esse protocolo é considerado leve porque usa uma quantidade menor de código para ser executado do que outros protocolos existentes.

O uso mais comum do protocolo LDAP é fornecer um local para a autenticação centralizada dos usuários de uma rede. Esse serviço permite que com uma única autenticação, qualquer usuário autorizado possa validar o acesso para diversas aplicações e serviços, sem a necessidade de novos "logons".

O protocolo pode ainda ser utilizado para adicionar operações em um banco de dados do servidor de diretório, autenticar ou "vincular" sessões em andamento. O LDAP permite ainda bloquear acessos, pesquisar e comparar entradas usando comandos diferentes, modificar entradas existentes, estender entradas, abandonar solicitações ou desvincular operações.

O protocolo LDAP é usado no Active Directory Microsoft, mas também é encontrado em outras ferramentas como OpenLDAP, Red Hat Directory Server e IBM Security Directory Server.



NFS (Network File System) é um protocolo de rede para sistemas de arquivos distribuídos que possibilita aos usuários em uma rede de computadores acessar e manipular pastas e arquivos em qualquer servidor de arquivos como se estivessem armazenados localmente em seus próprios dispositivos.

Desenvolvido originalmente pela Sun Microsystems em 1984, o NFS é amplamente utilizado em ambientes Unix/Linux, mas também é compatível com a maioria dos sistemas operacionais conhecidos, incluindo Windows e macOS.

Uma das funções do NFS é abstrair os detalhes de acesso ao sistema de arquivos físico, permitindo assim que arquivos sejam acessados e gerenciados de forma transparente, independentemente do sistema operacional, localização ou da arquitetura do hardware subjacente.

Além disso, o protocolo também opera com base no modelo cliente-servidor, onde um servidor gerencia o armazenamento dos arquivos que estão disponíveis para compartilhamento.

As principais aplicações do protocolo incluem:

- **Compartilhamento de dados:** O NFS é amplamente utilizado para compartilhar dados entre diferentes sistemas e usuários. Em um ambiente de trabalho colaborativo, por exemplo, múltiplos usuários podem acessar e trabalhar em conjuntos de dados comuns sem a necessidade de copiar ou transferir arquivos entre sistemas individuais.

- **Home Directories centralizados:** Em ambientes corporativos ou educacionais, o NFS pode ser usado para centralizar os diretórios home dos usuários em um servidor.

Isso permite que os usuários acessem seus arquivos pessoais de qualquer estação de trabalho na rede, facilitando a mobilidade e a gestão de dados.

- **Armazenamento e backup:** O NFS pode ser usado para implementar soluções de armazenamento e backup de dados centralizados, permitindo que os dispositivos clientes armazenem e recuperem dados de servidores NFS dedicados.

- **Clusters e Computação de Alta Performance (HPC):** Em ambientes de computação de alta performance e clusters, o NFS é frequentemente utilizado para compartilhar software, dados e configurações entre nós de computação, simplificando a administração e garantindo que todos os nós tenham acesso às mesmas versões de arquivos e aplicações.

- **Virtualização:** O NFS é usado em ambientes virtualizados para armazenar e acessar imagens de máquinas virtuais, permitindo que múltiplos servidores de virtualização acessem os mesmos arquivos de imagem de disco de maneira eficiente.

- **Desenvolvimento de software e ambientes de teste:** Equipes de desenvolvimento podem utilizar o NFS para compartilhar código-fonte, ferramentas de desenvolvimento e ambientes de teste entre membros da equipe, promovendo a colaboração e a consistência.

- **Mídia e Entretenimento:** No setor de mídia e entretenimento, o NFS é usado para compartilhar grandes volumes de dados de mídia, como vídeos e imagens, entre equipes de produção, editores e sistemas de renderização.

Trazendo para o cenário descrito do enunciado da questão foi montado um servidor para o determinado departamento, onde contará com uma sub-rede exclusiva, um servidor e estações de trabalho clientes, onde cada colaborador pode acessar qualquer um dos computadores e estes vão se autenticar somente através do servidor central da empresa. Além disso, os colaboradores poderão acessar seus arquivos e diretórios a partir das estações de trabalho desse departamento, desde que autenticados.

Para que essa infraestrutura funcione corretamente deve ser configurado nos servidores de redes os serviços contidos nos protocolos LDAP (autenticação centralizada, criptografada e vinculação de serviços e de controle de sessões em andamento) e NFS (compartilhamento de arquivos e diretórios em uma rede de computadores e forma segura de rede).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 38: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, vamos apresentar o porquê a alternativa citada pela candidata é considerada errada e como o tema é abordado.

O Apache, na verdade, é um servidor web e não um servidor de aplicações. O erro na alternativa está na identificação incorreta do tipo de servidor. O Apache HTTP Server é projetado para servir páginas web e manipular requisições HTTP, ao contrário de servidores de aplicações, que são usados para executar aplicativos em um ambiente servidor.

Se focarmos na diretiva ErrorLog, ela é utilizada no Apache HTTP Server para especificar onde os logs de erro devem ser gravados. Isso significa que esta diretiva é realmente usada para registrar erros de conexão ou requisições (requests). Porém, como a questão se refere erroneamente ao Apache como um "servidor de aplicações", a afirmação é considerada incorreta.

Portanto, a alternativa é errada porque há uma falha na identificação do Apache como um servidor de aplicações. A diretiva ErrorLog é válida apenas para o Apache HTTP Server, que é um servidor web.

Diretiva ErrorLog no servidor web Apache:

Essa diretiva é usada para especificar o arquivo onde os logs de erro do servidor Apache HTTP serão gravados. Aqui está um exemplo de configuração:

```
ErrorLog "/var/log/apache2/error_log"
```

Essa linha indica que todos os erros serão registrados no arquivo /var/log/apache2/error_log.

Agora, apresentamos os elementos que compõem a alternativa correta da questão:

O Apache é um servidor web de código aberto mais usado em todo o mundo. Seu nome oficial é Apache HTTP Server, mantido pela Apache Software Foundation, e alimenta cerca de 46% de todos os sites hospedados na internet.

Embora o Apache seja considerado servidor de internet, ele não é um servidor físico. Ele é um software que é executado em um servidor. O trabalho dele é estabelecer uma conexão entre o servidor e os navegadores de sites (Firefox, Google Chrome, etc.) enquanto puxa e entrega arquivos entre eles (estrutura cliente-servidor).

O Apache é um software multiplataforma. Portanto, ele funciona tanto em servidor Unix quanto em servidor Windows. Assim, o usuário está amparado pelo uso dos dois lados, independente qual deles queira usar.

O servidor e o cliente se comunicam pelo protocolo HTTP. E o Apache é responsável por facilitar e assegurar a comunicação entre os dois lados.

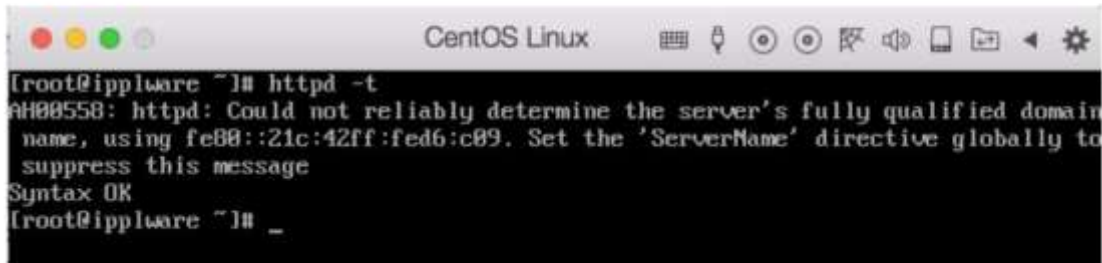
O Apache é altamente personalizável e ele tem uma estrutura baseada em módulos. Esses módulos permitem que os administradores dos servidores ativem ou desativem novas funcionalidades.

Não existem muitos comandos associados ao Apache para fazer a gestão do serviço. No entanto, existem comandos fundamentais que deve saber para fazer a melhor gestão e otimização deste serviço. Aqui ficam os comandos para as distribuições Linux CentOS, RHEL, Fedora, Debian e Ubuntu.

Para a execução dos seguintes comandos é aconselhável que tenha permissões root.

Como no trecho abaixo, para verificar se existem erros na configuração do servidor web Apache, podemos usar os seguintes comandos:

```
$ sudo httpd -t
OU
$ sudo apache2ctl -t
```



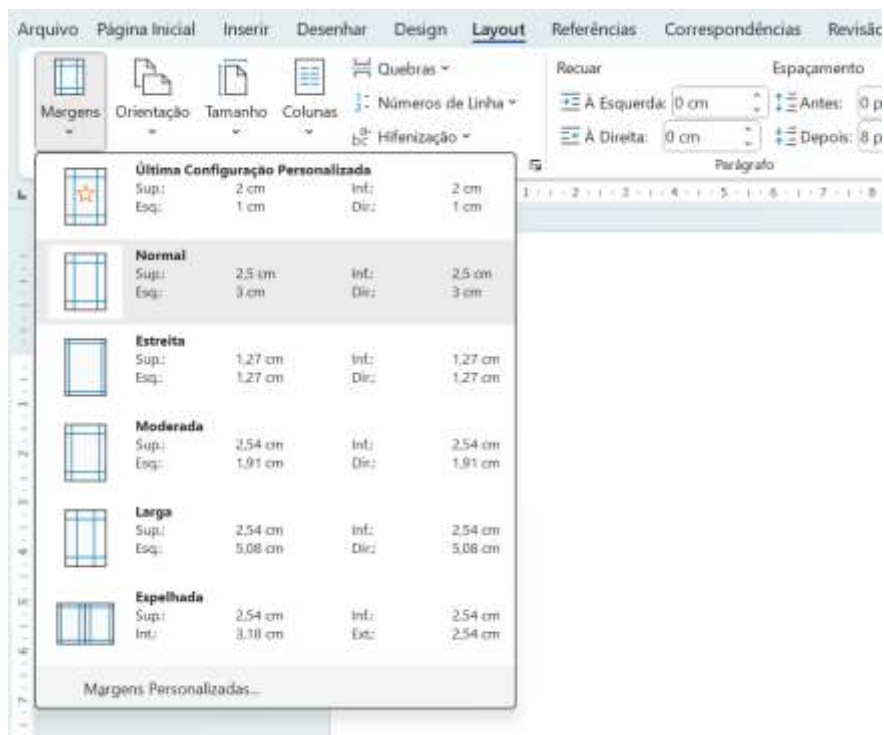
```
[root@ipplware ~]# httpd -t
AH00558: httpd: Could not reliably determine the server's fully qualified domain
name, using fe80::21c:42ff:fed6:c89. Set the 'ServerName' directive globally to
suppress this message
Syntax OK
[root@ipplware ~]# _
```

Sendo assim, os comandos \$ sudo httpd -t ou \$ sudo apache2ctl -t são usados para verificar se existem erros na configuração do servidor web Apache.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

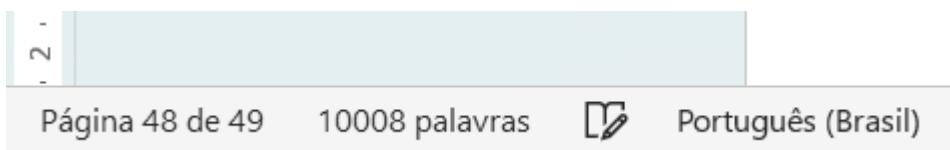
Questão 42: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, vamos elucidar cada alternativa citada como medida necessária para garantir a qualidade e a justiça em um processo de avaliação.

(A) Para formatar as margens de seu trabalho de conclusão de curso, nas normas ABNT, Letícia utilizou o recurso Layout, que fica na guia exibir, grupo configurar página é incorreta, pois para formatar as margens do trabalho, o usuário deve utilizar o recurso Margens (e escolher a opção margens personalizadas caso necessite), que fica no menu Layout, grupo Configurar Páginas.

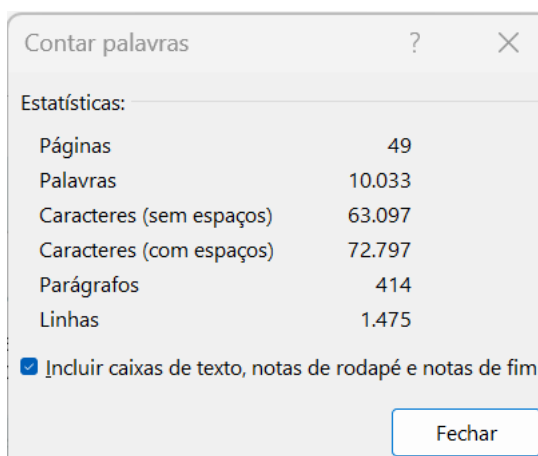


(B) Paulo precisa escrever uma carta de apresentação para a nova empresa contando um resumo de sua trajetória profissional e foi dado o limite de 250 caracteres. Depois de escrever o texto, identificou que a quantidade havia ultrapassado, olhando na parte inferior esquerda da janela do aplicativo e para confirmar, utilizou o recurso revisão – guia revisão, grupo revisão de texto. Assim, teve que resumir o texto para que coubesse nas orientações dadas pela empresa é incorreta, pois no canto inferior esquerdo da janela do

programa, são exibidas algumas informações como número de páginas, total de palavras e idioma, por exemplo:



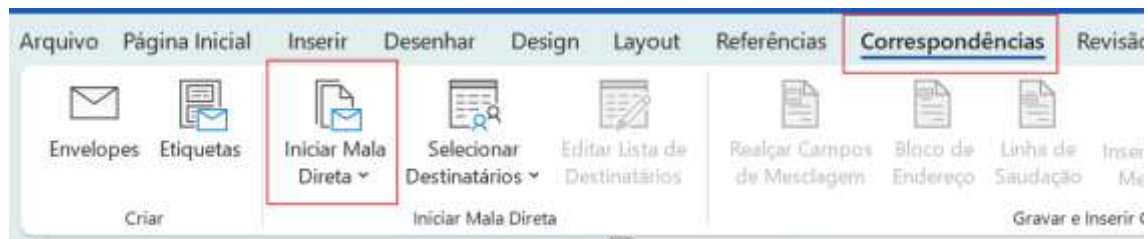
Para verificar a quantidade de caracteres corretamente, o usuário deve acessar o menu Revisão, grupo Revisão de texto e utilizar o recurso Contagem de Palavras, trazendo assim as informações desejadas.



(C) A fim de revisar todo o documento e receber sugestões ortográficas, gramaticais e problemas estilísticos, como fazer frases mais concisas, palavras mais simples e escritas com mais formalidade, Miguel utilizou o recurso chamado ortografia e gramática é a única correta pois, o recurso ortografia e gramática serve para analisar seu documento e oferecer sugestões de ortografia, gramática e problemas estilísticos, como fazer frases mais concisas, escolher palavras mais simples ou escrever com mais formalidade. O recurso se encontra no menu Revisão, grupo Revisão de Texto, recurso Ortografia e Gramática.



(D) Manuela trabalha em uma empresa de eventos e recebeu a demanda de confeccionar 1.000 convites para todos os colaboradores participarem da festa de 50 anos da empresa. Como ela já tem o modelo pronto e deseja otimizar seu tempo, evitando que digite o nome de cada colaborador um por vez, utilizou o recurso correspondência – guia Layout, grupo criar – exportando os dados que estão em uma planilha do Excel para o Word é incorreta pois o recurso a ser utilizado para realizar o procedimento sugerido na alternativa é o recurso mala direta, localizado na guia Correspondência, grupo Iniciar Mala Direta.

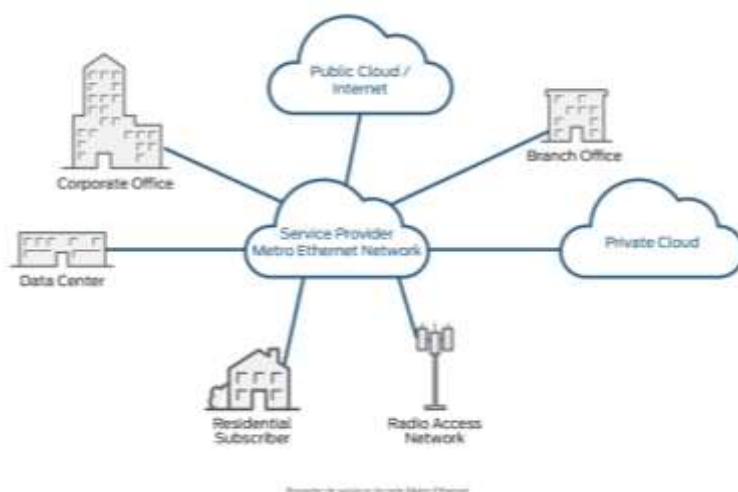


Nota-se que o objetivo da questão foi testar o conhecimento do candidato sobre os recursos do Microsoft Office Word 365, onde todas as alternativas trouxeram cenários plausíveis e de fácil assimilação sobre a ferramenta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 43: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as definições dos conceitos citados pela candidata para a alternativa considerada correta/errada e como o tema é abordado.

Metro Ethernet é uma rede de transporte Ethernet (mostrado na Figura 1) que fornece serviços de conectividade de ponto a ponto ou multiponto em uma rede de área metropolitana (MAN, na sigla em inglês). A Ethernet se originou como uma tecnologia LAN e tornou-se um substituto para tecnologias WAN de baixa velocidade.



Os assinantes empresariais, residenciais e móveis selecionam serviços da Ethernet de provedores de serviços por causa de sua eficiência econômica, flexibilidade e simplicidade. Os provedores de serviços usam a Metro Ethernet para:

- Interconectar escritórios ou data centers. A Metro Ethernet pode conectar dois lugares ou centenas de lugares.
- Conectar assinantes residenciais ou empresas à Internet.
- Fornecer conectividade a data centers de nuvem públicos ou privados.
- Fornecer serviços de backhaul móveis no atacado.
- Fornecer a entrega multicast usada por clientes empresariais para videoconferência e usado por assinantes residenciais para IPTV e aplicativos de vídeo.

Dentro dos argumentos apresentados pela candidata, a mesma informa que IEEE 802.1x é válida dentro do contexto, mas esquece de se atentar que este é um protocolo padrão IEEE para controle e autenticação de acesso de redes com base em portas (PNAC) e não um tipo de rede, como aborda o enunciado da questão, por isso a alternativa é considerada como incorreta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 45: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as correlações corretas em peso às suas colocações:

1. Proxy.

Letra B: É um serviço que age como um intermediário entre o usuário e a internet, recebe e repassa todas as suas requisições ao site que se está acessando. As principais finalidades deste serviço são o controle de acesso e filtragem de conteúdo.

2. NAT.

Letra C: Recurso utilizado em redes de computadores para traduzir endereços IP entre diferentes redes. Ele permite que vários dispositivos em uma rede privada compartilhem um único endereço IP público para se comunicar com a Internet. É amplamente utilizado em roteadores domésticos e corporativos para melhorar a segurança e eficiência das conexões de rede.

3. Frame relay.

Letra D: Tecnologia de comunicação de dados de alta velocidade que é usada em muitas redes ao redor do mundo para interligar aplicações do tipo LAN, SNA, Internet e Voz. Basicamente, pode-se dizer que esse serviço fornece um meio para enviar informações através de uma rede de dados, dividindo essas informações em quadros e pacotes.

4. Gateway.

Letra A: É um dispositivo que atua como intermediário de comunicação entre diferentes redes ou sistemas que envolvem protocolos, linguagens ou arquiteturas distintas. Essa classe incorpora modems, roteadores e firewalls capazes de garantir a interoperabilidade entre dispositivos.

As correlações estão corretas pois as tecnologias, protocolos, dispositivos e sistemas utilizados na interligação de redes locais LAN, MAN e WAN foram extraídos de materiais de pesquisa para elaboração das questões e estão definidos na coluna II da tabela em referência à coluna I da requerente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 46: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada como correta, sendo que no enunciado diz:

A prefeitura possui uma rede local com a faixa de endereços do tipo IPv4 de 192.168.10.0/24 a 192.168.10.255/24, onde o IP 192.168.10.1 foi destinado ao gateway e servidor DHCP. Raul precisa de 6 endereços de rede reservados para dedicá-los à 4 impressoras de rede e 2 servidores, sendo um servidor DNS e outro para FTP e mantendo a distribuição dos endereços IPs de forma dinâmica. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa que apresenta qual deve ser a configuração a ser adotada por Raul.

Levando em consideração que Raul precisa apenas de 6 IP's dentro da faixa de intervalo entre 192.168.10.3/24 e 192.168.10.254/24 (onde 2 já estão reservados para gateway e servidor DHCP) há mais 251 IP's disponíveis para que faça a reserva à sua escolha, sendo sequencial ou caso necessite, escolhido pontualmente de acordo com a demanda. Essa conclusão é lógica, devido ao cenário exposto no enunciado e os conceitos sobre reserva de IP, infraestrutura de rede, servidores Windows e Active Directory.

O serviço utilizado para fazer a reserva dos IP's é o DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) que atribui dinamicamente um endereço IP e outros parâmetros de configuração de rede a cada dispositivo

conectado em uma rede. O objetivo é a comunicação com outras redes IP, o DHCP é um aprimoramento de um protocolo mais antigo chamado BOOTP. O DHCP é uma parte importante da solução DDI (DNS-DHCP-IPAM).

A alternativa D menciona que deveria, **obrigatoriamente**, ser feita a reserva entre o intervalo de 192.168.10.248/24 a 192.168.10.254/24 mas torna-se inválida pelos aspectos mencionados abaixo:

Não há garantia de que os endereços IP públicos permaneçam os mesmos, a menos que o administrador pague para ter um endereço IP público estático por meio do seu ISP (Provedor de serviços de Internet). Muitas empresas pagam por esse serviço para que os funcionários e clientes tenham uma conexão mais confiável com os servidores (Web, e-mail, VPN etc.), mas pode ser caro.

Algumas empresas de pequeno porte podem deixar todos os endereços IP dinâmicos. Com o DHCP, os dispositivos podem ser adicionados ou removidos sem problemas. O DHCP atribui a cada dispositivo um endereço IP local exclusivo em relação a todos os outros e na mesma sub-rede, para que não haja conflitos e todos possam se comunicar entre si.

Segundo recomendações de empresas de tecnologia, como por exemplo, da Cisco, segue que:

Recomendações do Cisco Business

1. Mantenha boas observações, incluindo cada endereço IP estático e controle de acesso à mídia (MAC).
2. Atribua apenas um endereço IP estático, se necessário.
3. Reserve um bloco de endereços para DHCP e um bloco separado para endereçamento estático.
4. Use apenas endereços do padrão 10.0.0.0 /8 (10.x.x.x), 172.16.0.0 /12 (172.16.x.x - 172.31.x.x) ou 192.168.0.0 /16 (192.168.x.x).
5. Não use um endereço que termine em .0, pois normalmente são reservados para redes.
6. Não use um endereço que termine em .1 ou .254, pois geralmente são os endereços IP padrão dos dispositivos. O primeiro ou o último endereço IP utilizável de uma rede é tão comum que um hacker provavelmente o usaria para tentar acessar a rede.
7. Não use o último endereço IP do pool de redes IP que termine em .255, pois está reservado para o endereço de transmissão.
8. Em geral, é recomendável usar diferentes sub-redes de IP de LAN (ou diferentes máscaras de sub-rede) em ambas as extremidades, ao configurar a VPN entre locais diferentes. Por exemplo, se o local a que você se conecta usa um esquema de endereçamento 192.168.xx, utilize uma sub-rede 10.xxx ou 172.16.xx-172.31.xx. Quando você altera o endereço IP do roteador, os dispositivos no DHCP coletam automaticamente um endereço IP nessa sub-rede.

Por isso, o range descrito na alternativa D não é recomendado, sendo que os itens 2, 5, 6 e 8 poderiam, causar algum tipo de problema para os dispositivos e serviços que precisam de IP estático. O administrador pode configurar o endereço IP interno para permanecer o mesmo, configurando o DHCP estático no roteador, ou atribuir um endereço IP estático no próprio dispositivo.

As demais alternativas não contemplam o cenário hipotético apresentado na questão.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 47: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada como correta estar inválida.

Segundo o Guia PMBOK®, o gerenciamento dos riscos do projeto inclui os processos de condução do planejamento, identificação, análise, planejamento de respostas, implementação das respostas e monitoramento dos riscos em um projeto.

O principal objetivo do gerenciamento dos riscos é avaliar e gerenciar os riscos do projeto de modo a maximizar a exposição aos eventos positivos e minimizar a exposição aos eventos negativos de forma integrada considerando as melhores práticas de cada área dentro do projeto.



Processos de gerenciamento dos riscos

| | |
|---|---|
| Planejar o gerenciamento de riscos | Definir como conduzir as atividades de gerenciamento de riscos para o projeto |
| Identificar os riscos | Determinar quais riscos podem afetar o projeto e documentar suas características |
| Realizar a análise qualitativa de riscos | Avaliar a exposição ao risco para priorizar os riscos que serão objeto de análise ou ação adicional |
| Realizar a análise quantitativa de riscos | Efetuar a análise numérica do efeito dos riscos identificados nos objetivos gerais do projeto |
| Planejar as respostas aos riscos | Desenvolver opções e ações para aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças do projeto |
| Implementar respostas aos riscos | Implementar as respostas planejadas em Planejar as respostas aos riscos. |
| Monitorar os riscos | Monitorar os riscos durante o ciclo de vida do projeto |

Planejar o gerenciamento dos riscos tem como objetivo definir como conduzir as atividades de gerenciamento de riscos para o projeto.

Por tanto, a alternativa B, está relacionada a fase de gerenciamento dos riscos e não propriamente à fase de gerenciamento de projeto em si.

Por outro lado, o gerenciamento de projetos é a fase da aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de cumprir os seus requisitos. O gerenciamento de projetos é realizado através da aplicação e integração apropriadas dos processos identificados para o projeto.

Para corroborar a definição, abaixo segue um trecho retirado do material utilizado para elaboração da questão:

1.3 O que é gerenciamento de projetos?

O gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos. O gerenciamento de projetos é realizado através da aplicação e integração apropriadas dos 42 processos agrupados logicamente abrangendo os 5 grupos. Os 5 grupos de processos são:

- Iniciação;
- Planejamento;
- Execução;
- Monitoramento e controle e
- Encerramento.

Gerenciar um projeto inclui:

- Identificação dos requisitos;
- Adaptação às diferentes necessidades, preocupações e expectativas das partes interessadas à medida que o projeto é planejado e realizado;
- Balanceamento das restrições conflitantes do projeto que incluem, mas não se limitam a:
 - Escopo;
 - Qualidade;
 - Cronograma;
 - Orçamento;
 - Recursos e
 - Risco.

O projeto específico influenciara as restrições nas quais o gerente precisa se concentrar.

A relação entre esses fatores ocorre de tal forma que se algum deles mudar, pelo menos um outro fator provavelmente será afetado. Por exemplo, se o cronograma for reduzido, muitas vezes o orçamento precisará ser aumentado para incluir recursos adicionais a fim de

O gerenciamento de projetos permite que as organizações executem projetos de forma eficaz e eficiente e ajudem indivíduos, grupos e organizações públicas e privadas a:

- Cumprirem os objetivos do negócio;
- Satisfazerem as expectativas das partes interessadas;
- Serem mais previsíveis;
- Aumentarem suas chances de sucesso;
- Entregarem os produtos certos no momento certo;
- Resolverem problemas e questões;
- Responderem a riscos em tempo hábil;
- Otimizarem o uso dos recursos organizacionais;
- Identificarem, recuperarem ou eliminarem projetos com problemas;
- Gerenciarem restrições (ex.: escopo, qualidade, cronograma, custos, recursos);
- Equilibrarem a influência de restrições do projeto (por exemplo, o aumento de escopo pode aumentar custos ou o prazo); e
- Gerenciarem melhor as mudanças.

As demais alternativas não contemplam as fases do gerenciamento de projetos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 48: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada como correta pela candidata estar inválida.

Zero Trust é um modelo de cibersegurança que opera sob o princípio de “nunca confiar, sempre verificar”. Nele, não se assume a confiabilidade de nenhum usuário ou dispositivo, independentemente de sua localização dentro ou fora da rede.

Assim, a identidade e autorização de cada ponto de acesso são rigorosamente verificadas antes de conceder acesso a recursos da rede.

Tal processo é contínuo e se aplica a todas as interações, o que desafia a abordagem tradicional de segurança. Sua proposta representou uma mudança significativa da estratégia convencional de confiar, mas verificar para uma postura mais rigorosa de “nunca confiar, sempre verificar”.

Com a Zero Trust, cada solicitação de acesso é tratada como potencialmente perigosa, independentemente de sua origem, exigindo autenticação e autorização constantes.

A Arquitetura Zero Trust (ZTA) e o Acesso à Rede Zero Trust (ZTNA) são conceitos semelhantes, mas com algumas particularidades.

A ZTA refere-se a um design abrangente que suporta os princípios de Zero Trust, como gerenciamento rigoroso de acessos, autenticação estrita de dispositivos e usuários, além de forte segmentação de rede.

Esse modelo se diferencia da arquitetura tradicional “castelo e fosso”, que confia por padrão em tudo que está dentro de seu perímetro.

Por outro lado, o ZTNA é um caso de uso específico dentro do Zero Trust, que proporciona aos usuários um acesso seguro a aplicações e dados, mesmo quando usuários, aplicativos ou dados não estão situados dentro de um perímetro de segurança tradicional.

Esse aspecto é especialmente relevante na era atual da nuvem e do trabalho híbrido, onde as fronteiras usuais de segurança já não são tão claras ou eficazes.

O modelo de segurança Zero Trust de hoje se expandiu. Há muitas implementações de seus princípios, incluindo a arquitetura Zero Trust, o ZTNA (Zero Trust Network Access), o Zero Trust SWG (Secure Web

Gateway) e microssegmentação. A segurança Zero Trust às vezes também é chamada de "segurança sem perímetro".

A arquitetura Zero Trust usa uma variedade de controles e princípios de segurança para lidar com desafios comuns de segurança por meio de técnicas preventivas. Esses componentes são projetados para fornecer proteção avançada contra ameaças à medida que os limites entre o ambiente de trabalho e o ambiente doméstico desaparecem, e uma força de trabalho remota cada vez mais distribuída se torna o padrão.

Com a definição de Arquitetura Zero-Trust (ZTA) podemos identificar que ele não compõe estruturas subjacentes de dispositivos de rede para realizar a descoberta de dispositivos vizinhos em uma mesma rede, por serem ambos pertencentes à camada de enlace de dados do modelo TCP/IP.

Quem realiza essa operação de descoberta de dispositivos vizinhos em uma mesma rede são os protocolos ARP (protocolo de resolução de endereços), IPsec, ARP, RARP e IGMP, além do ICMP redirecionado, que são usados no IPv4 e trabalham nas camadas de enlace e rede, modelo OSI.

QoS (Quality of Service) são ferramentas que monitoram e estabelecem as prioridades para o tráfego de dados dentro de uma rede de computadores. Elas fazem a alocação otimizada da banda de transmissão, melhoram o desempenho de aplicações críticas e evitam o congestionamento da rede.

Trata-se de uma tecnologia que controla o tráfego da rede, monitora os dispositivos envolvidos na transmissão de dados e os caminhos utilizados, alterando caso necessário a largura de banda e a rota dos pacotes para evitar atrasos.

Esse serviço permite que as organizações controlem e otimizem o desempenho dos aplicativos e equipamentos de suas redes, disponibilizando informações como o monitoramento da taxa de transferência, atrasos, jitters e a entrega de pacotes de cada rede.

A capacidade de priorizar a entrega dos pacotes mais importantes e ter o monitoramento dos caminhos garantem que as aplicações alcancem a qualidade de serviço esperada e forneça a experiência desejada para os usuários envolvidos.

Abaixo, segue trecho acima, extraído do material utilizado para elaboração da questão e da alternativa correta:

O que é QoS?

QoS (Quality of Service) são ferramentas que monitoram e estabelecem as prioridades para o tráfego de dados dentro de uma rede de computadores. Elas fazem a alocação otimizada da banda de transmissão, melhoram o desempenho de aplicações críticas e evitam o congestionamento da rede.

Trata-se de uma tecnologia que controla o tráfego da rede, monitora os dispositivos envolvidos na transmissão de dados e os caminhos utilizados, alterando caso necessário a largura de banda e a rota dos pacotes para evitar atrasos.

Esse serviço permite que as organizações controlem e otimizem o desempenho dos aplicativos e equipamentos de suas redes, disponibilizando informações como o monitoramento da taxa de transferência, atrasos, jitters e a entrega de pacotes de cada rede.

A capacidade de priorizar a entrega dos pacotes mais importantes e ter o monitoramento dos caminhos garantem que as aplicações alcancem a qualidade de serviço esperada e forneça a experiência desejada para os usuários envolvidos.

A importância dos cabeçalhos dos pacotes de dados

Um cabeçalho de um pacote de dados pode ser comparado com os endereços de correspondência e retorno de um pacote físico enviado pelo correio.

Assim como o agente de correio, o QoS pode alterar uma parte desse cabeçalho para especificar a prioridade de entrega do conteúdo.

Como exemplo, um ambiente que possui QoS pode marcar todos os pacotes pertencentes a uma chamada de vídeo como prioritários em relação a outros, como aos pertencentes a um download de e-mail.

As demais alternativas não contemplam de forma assertiva sobre o assunto abordado na questão: QoS (Quality of Service).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 49: o recurso é improcedente, pois contrapondo aos argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada como correta pela candidata estar inválida.

Os argumentos apresentados são sólidos e congruentes, porém, as evidências apontam que a configuração de uma VPN específica na DMZ da rede, para permitir o acesso seguro aos servidores web não é uma solução viável no que tange melhorar a segurança de servidores web contra ataques cibernéticos diretos, além do desempenho e controle de acesso dos usuários aos recursos internos. Isso porque normalmente, na DMZ, é o firewall quem separa as três zonas de rede independente: internet, rede privada e DMZ.

Como sabemos, a zona desmilitarizada (DMZ) é uma rede perimetral que protege a rede local (LAN) interna de uma organização contra tráfego não confiável. Ela expõe serviços externos a redes não confiáveis e adiciona uma camada extra de segurança para proteger os dados confidenciais armazenados em redes internas, usando firewalls para filtrar o tráfego.

O objetivo final da DMZ é permitir que a organização acesse redes não confiáveis, como a internet, com a garantia de que sua rede privada ou LAN permanecerá segura. As organizações normalmente armazenam serviços e recursos externos como servidores DNS, Protocolo de transferência de arquivos (FTP), e-mail, proxy, Voz sobre IP (VoIP) e servidores web dentro da DMZ.

Esses servidores e recursos são isolados e recebem acesso limitado à LAN para garantir que eles possam ser acessados via internet, mas que a LAN interna não possa. Como resultado, o uso da DMZ torna mais difícil para um hacker obter acesso direto aos dados e servidores internos de uma organização através da internet.

A configuração de uma VPN permite que usuários remotos acessem recursos privados. No entanto, o firewall e o gateway de rede impedem, com regras e configurações bem direcionadas, que os usuários remotos possam se conectar na LAN através da DMZ. O encaminhamento de porta e a configuração de um proxy reverso dentro dos serviços da DMZ são as soluções mais seguras para este problema, uma vez que a conexão através de VPN permite que usuários remotos acessem arquivos na DMZ e recursos internos da rede privada pois criam-se "túneis virtuais" através dos quais a informação é encriptada e transmitida e nesse caso possibilita a ação de ataques cibernéticos sem que o firewall faça o devido bloqueio se não estiver integrado com a VPN.

É necessário um planejamento cuidadoso antes de escolher a configuração da VPN dentro da DMZ. Como alternativa e seguindo a tendência dos firewalls distribuídos é orientado que seja realizada ainda a incorporação de mecanismos que permitam a filtragem pós deciframento no próprio gateway, o que permite uma maior flexibilidade no posicionamento do dispositivo dentro das configurações possíveis de DMZ.

As empresas com um site público, devem tornar seu servidor web acessível pela internet. Fazer isso significa colocar toda a sua rede interna em risco. Para evitar esse risco, a organização pode optar em pagar uma empresa de hospedagem de site ou seus servidores públicos em um firewall, mas isso afetaria o desempenho. Então, em vez disso, os servidores públicos são hospedados na rede DMZ, que oferece um buffer entre a internet e a rede privada da organização. A DMZ é isolada por um firewall de segurança, filtra o tráfego entre a DMZ e a LAN. A DMZ é protegida por outro gateway de segurança que filtra o tráfego proveniente de redes externas.

Ela está idealmente localizada entre dois firewalls, e a configuração do firewall da DMZ garante que os pacotes de rede de entrada sejam observados por um firewall — ou outras ferramentas de segurança —

antes que cheguem aos servidores hospedados na DMZ. Isso significa que, mesmo que um cibercriminoso sofisticado seja capaz de passar pelo primeiro firewall, ele também deve acessar os serviços reforçados na DMZ antes que possa causar danos à empresa.

Se um invasor conseguir penetrar no firewall externo e comprometer um sistema na DMZ, ele também terá que passar por um firewall interno antes de obter acesso a dados corporativos confidenciais e mesmo que o criminoso consiga violar uma DMZ segura, os recursos dentro dela devem emitir alarmes que avise enfaticamente que há uma violação em andamento.

As organizações que precisam cumprir regulamentos como a Lei de Portabilidade e Responsabilidade de Seguros de Saúde (HIPAA), muitas vezes instalam um servidor proxy na DMZ. Isso permite que eles simplifiquem o monitoramento e a gravação da atividade do usuário, centralizem a filtragem de conteúdo da web e garantam que os funcionários usem o sistema para obter acesso à internet.

O principal benefício de uma DMZ é fornecer à rede interna, uma camada de segurança adicional, restringindo o acesso a dados e servidores confidenciais. A DMZ permite que os visitantes do site obtenham determinados serviços, ao mesmo tempo que proporciona um buffer entre eles e a rede privada da organização. Como resultado, a DMZ também oferece benefícios de segurança adicionais, como:

- **Ativar o controle de acesso:** As empresas podem fornecer aos usuários acesso a serviços fora dos perímetros de sua rede por meio da internet pública. A DMZ permite o acesso a esses serviços ao mesmo tempo que implementa a segmentação de rede para dificultar o acesso de um usuário não autorizado à rede privada. A DMZ também pode incluir um servidor proxy, o que centraliza o fluxo de tráfego interno e simplifica o monitoramento e o registro desse tráfego.
- **Prevenção do reconhecimento de rede:** ao proporcionar um buffer entre a internet e a rede privada, a DMZ impede que os invasores façam o trabalho de reconhecimento que costumam fazer em alvos potenciais de sourcing. Os servidores dentro da DMZ estão expostos publicamente, mas é oferecida a eles outra camada de segurança por um firewall que impede que o invasor veja dentro da rede interna. Mesmo que um sistema DMZ seja comprometido, o firewall interno separa a rede privada da DMZ para mantê-la segura e dificultar o reconhecimento externo.
- **Bloquear a falsificação de protocolo de internet (IP):** Os invasores podem tentar obter acesso aos sistemas falsificando um endereço IP e assumindo a identidade de um dispositivo aprovado conectado à rede. A DMZ pode descobrir e impedir tentativas de falsificação enquanto outro serviço verifica a legitimidade do endereço IP. A DMZ também oferece segmentação de rede para criar um espaço para o tráfego ser organizado e os serviços públicos serem acessados longe da rede privada interna.

Agora, apresentamos a definição do proxy reverso como melhor solução para segurança da empresa:

Um proxy reverso é um servidor que fica na frente dos servidores web e encaminha as solicitações do cliente (por exemplo, navegador web) para esses servidores web. O proxy reverso normalmente é implementado para ajudar a aumentar a segurança, o desempenho e a confiabilidade. Para entender melhor como funciona um proxy reverso e os benefícios que ele pode proporcionar, vamos primeiro definir o que é um servidor proxy.

Um proxy de encaminhamento, frequentemente chamado de proxy, servidor proxy, ou web proxy, é um servidor que reside na frente de um grupo de máquinas clientes. Quando esses computadores fazem solicitações a sites e serviços na internet, o servidor proxy intercepta essas solicitações e em seguida, se comunica com servidores web em nome desses clientes, como um intermediário.

Outros elementos que corroboram com a implementação de um proxy reservo:

- Evitar restrições de navegação estatal ou institucional: Alguns governos, escolas e outras organizações usam firewalls para dar a seus usuários acesso a uma versão limitada da internet. Um proxy de encaminhamento pode ser usado para contornar essas restrições, pois eles permitem que o usuário se conecte ao proxy em vez de se conectar diretamente aos sites que estão visitando.
- Bloquear o acesso a determinados conteúdos: Em contrapartida, os proxies também podem ser configurados para bloquear o acesso de um grupo de usuários a determinados sites. Por exemplo, uma rede escolar pode ser configurada para se conectar à web por meio de um proxy que permite regras de filtragem de conteúdo, recusando-se a encaminhar respostas do Facebook e de outros sites de mídia social.
- Proteger a identidade on-line: Em alguns casos, os usuários regulares da internet simplesmente desejam aumentar o anonimato on-line, mas em outros casos, os usuários da internet vivem em lugares onde o governo pode impor sérias consequências aos dissidentes políticos. Criticar o governo em um fórum da web ou nas mídias sociais pode resultar em multas ou prisão para esses usuários. Se um desses dissidentes usar um proxy de encaminhamento para se conectar a um site em que postam comentários politicamente sensíveis, o endereço de IP usado para postar os comentários será mais difícil de rastrear até o dissidente. Somente o endereço de IP do servidor proxy ficará visível.

Outros benefícios de um proxy reverso instalado no ambiente corporativo para melhorar a segurança da rede:

- Balanceamento de carga - Um site popular que recebe milhões de usuários todos os dias pode não ser capaz de lidar com todo o tráfego de entrada do site com um único servidor de origem. Em vez disso, o site pode ser distribuído entre um pool de servidores diferentes, todos gerenciando solicitações para o mesmo site. Nesse caso, um proxy reverso pode fornecer uma solução de balanceamento de carga que distribuirá o tráfego de entrada uniformemente entre os diferentes servidores para evitar que um único servidor fique sobrecarregado. Caso um servidor falhe completamente, outros servidores podem se apresentar para gerenciar o tráfego.
- Proteção contra ataques - Com um proxy reverso implementado, um site ou serviço nunca precisa revelar o endereço de IP de seu(s) servidor(es) de origem. Isso torna muito mais difícil para os invasores potencializarem um ataque dirigido contra eles, como um ataque DDoS.
- Balanceamento de Carga Global de Servidores (GSLB) - Nesta forma de balanceamento de carga, um site pode ser distribuído por vários servidores ao redor do mundo e o proxy reverso enviará os clientes para o servidor que estiver geograficamente mais próximo deles. Isso diminui as distâncias que as solicitações e respostas precisam percorrer, minimizando os tempos de carga.
- Armazenamento em cache - Um proxy reverso também pode armazenar conteúdo em cache, resultando em um desempenho mais rápido. Por exemplo, se um usuário estiver em uma cidade, como Paris por exemplo e visitar um site com proxy reverso e servidores web em Los Angeles, o usuário poderá se conectar a um servidor proxy reverso local em Paris, que então terá que se comunicar com um servidor de origem em Los Angeles. O servidor proxy pode então armazenar (ou salvar temporariamente) os dados de resposta. Os usuários parisienses subsequentes que navegarem no site obterão então a versão armazenada localmente em cache do servidor proxy reverso parisiense, o que resulta em um desempenho muito mais rápido.
- Criptografia SSL - Criptografar e descriptografar comunicações SSL (ou TLS) para cada cliente é tecnologicamente mais caro para um servidor de origem. Pensando na economia de custos é possível configurar um proxy reverso para descriptografar todas as solicitações recebidas e criptografar todas as respostas enviadas, liberando recursos valiosos no servidor de origem.

Dessa maneira, a alternativa que melhor descreve uma solução para resolver o problema apresentado no enunciado da questão, que é de melhorar a segurança de seus servidores web contra ataques cibernéticos diretos, melhorar o desempenho e controlar melhor o acesso dos usuários aos recursos internos é a utilização de um proxy reverso entre os clientes externos e os servidores web internos da empresa.

As demais alternativas não contemplam de forma assertiva sobre o assunto abordado na questão.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

ANALISTA DE T. I. – I – SISTEMAS (CARGO 324)

ANALISTA DE T. I. – II – SISTEMAS (CARGO 325)

Questão 24: o recurso é improcedente, pois contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas para a questão ser considerada como válida:

No universo da segurança para servidores, o NGINX desponta como uma poderosa ferramenta, oferecendo não apenas funcionalidades essenciais de um servidor web, mas também recursos avançados, como proxy reverso e balanceamento de carga.

O NGINX foi projetado para possibilitar uma utilização de pouca memória e uma elevada simultaneidade. Em vez de criar processos para cada requisição web, o NGINX usa uma abordagem assíncrona e orientada para eventos, na qual as requisições são gerenciadas em um único segmento. O termo NGINX, pronunciado “engine-ex,” é um servidor web open-source, também utilizado como proxy reverso e balanceador de carga.

Round Robin – As solicitações são distribuídas uniformemente pelos servidores, com pesos do servidor levados em consideração. Este método é utilizado por defeito (não há directiva para a habilitar). É um dos métodos de balanceamento de carga mais utilizados referente ao NGINX como servidor.

Load-balance - É uma solução que atua como um proxy de tráfego e distribui tráfego de rede ou aplicativo em endpoints em vários servidores. São usados para distribuir a capacidade durante os tempos de pico de tráfego e para aumentar a confiabilidade das aplicações. Eles melhoram o desempenho geral das aplicações, diminuindo a carga sobre os serviços individuais ou nuvens, e distribuem a demanda em diferentes superfícies de computação para ajudar a manter as sessões de aplicação e rede. Conceito este mais amplo e diversificado.

Trazendo para o contexto da questão, Franciele administra os servidores web da empresa, utilizando o método NGINX. Ela configurou o balanceamento de carga entre o server1, server2 e server3 para operar uniformemente as solicitações entre os servidores. Essa abordagem é eficaz na distribuição uniforme da carga entre os servidores, garantindo que nenhum deles fique sobrecarregado enquanto outros permanecem subutilizados. Para aplicar essa estrutura, Franciele utilizou o método de balanceamento de carga do NGINX conhecido como Round Robin, pois este é que faz o balanceamento de carga de forma uniforme, como explicado acima.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

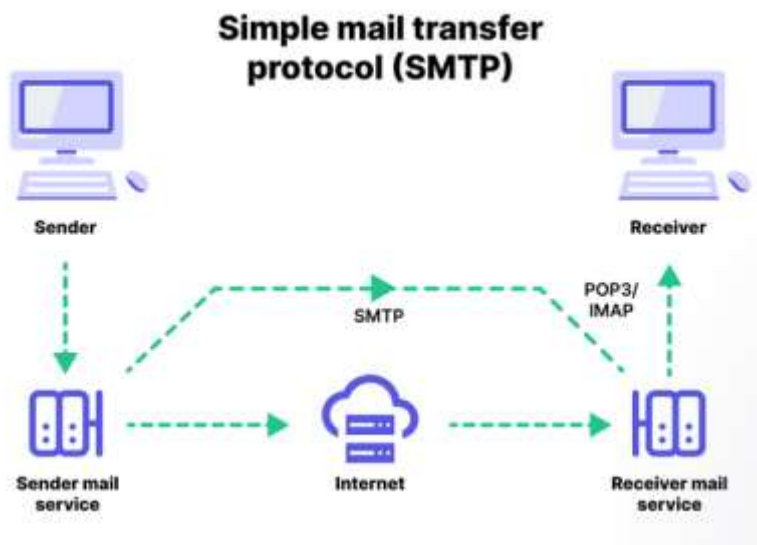
Questão 25: o recurso é improcedente, pois contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada pelo candidato estar inválida, como sendo a alternativa correta.

Abaixo segue definição completa do serviço e para respondê-la é preciso conhecer a forma de interação do protocolo SMTP:

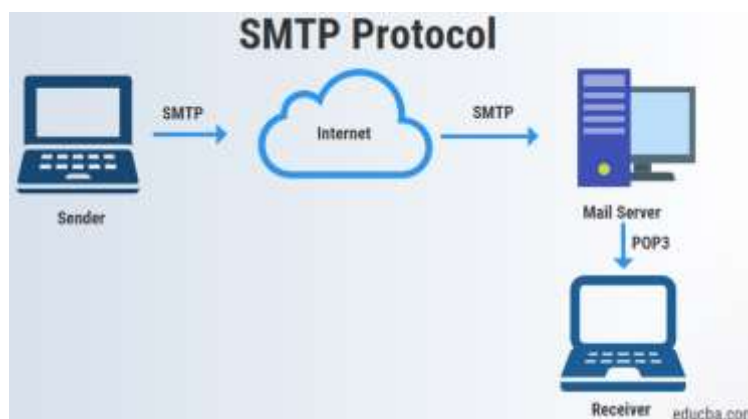
SMTP significa Simple Mail Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Correio Simples). É um protocolo de comunicação usado para enviar e receber mensagens de e-mail pela internet. Servidores de

e-mail e outros agentes de transferência de mensagens (MTAs) usam SMTP para enviar, receber e retransmitir mensagens de e-mail.

Geralmente, um servidor de e-mail refere-se a um sistema que coleta, gerencia e entrega e-mails. O servidor SMTP refere-se especificamente ao componente do servidor de e-mail que usa o Simple Mail Transfer Protocol (SMTP) para enviar e-mails de saída. Enquanto o servidor de e-mail gerencia e-mails de entrada e de saída, o servidor SMTP se preocupa com a tarefa de enviar e retransmitir e-mails enviados aos destinos corretos, por isso é chamado também de servidor de saída de e-mail.



A arquitetura do protocolo SMTP funciona na forma de cliente/servidor, por isso ela é denominada assíncrona (o cliente envia a mensagem, e o servidor como por exemplo IG, yahoo, UOL, Gmail a armazenam para retransmitir ao usuário destinatário que, em seus programas clientes, acessará a mensagem através dos protocolos IMAP e POP).



Quando o usuário cliente utiliza o serviço de webmail, o contato com o servidor/domínio é feito pelo protocolo HTTP.

No modelo Simple Mail Transfer Protocol (SMTP), o cliente ou servidor de e-mail do remetente atua como cliente SMTP, enquanto o servidor de e-mail do remetente atua como servidor SMTP. Esse cliente inicia uma conexão com o servidor e transmite o e-mail, preenchido com os detalhes do destinatário, o assunto e o corpo. O servidor processa esse e-mail e determina o próximo servidor adequado com base no endereço do destinatário. O próximo servidor pode ser outro servidor SMTP que está na rota de transmissão ou pode ser o destino final, ou seja, o servidor de e-mail do destinatário.

No caso, o Outlook (usuário cliente) enviará a mensagem via SMTP e o site (servidor) receberá a mensagem do Outlook, também via SMTP. Após isso, envia para o destinatário final também via SMTP. O outro servidor, diferente daquele vinculado com o Outlook (servidor do destinatário final), irá armazenar a mensagem de e-mail a qual recebeu através do SMTP.

O SMTP controla como o e-mail é transportado e depois entregue pela Internet para o servidor de destino. O serviço SMTP envia e recebe e-mail entre servidores, enquanto os protocolos IMAP e POP recuperam o e-mail do servidor (lendo e baixando respectivamente) para o programa utilizado, como o Outlook, no computador do usuário.

Segundo Kurose (2010, p.89), "[...] o SMTP tem dois lados: um lado cliente, que funciona no servidor de correio do remetente, e um lado servidor, que funciona no servidor de correio do destinatário. Ambos, o lado cliente e lado servidor do SMTP, funcionam em todos os servidores de correio."

Outra citação de Kurose (2010, p.96), "O servidor de correio de Alice, contudo, ainda envia mensagens para outros servidores de correio e recebe mensagens de outros servidores de correio usando o SMTP."

O conhecimento comum da maioria dos profissionais de tecnologia e dos usuários clientes é de que o protocolo SMTP faz apenas o trabalho de enviar e-mail, enquanto os protocolos clientes IMAP e POP o recebem, mas com a explicação acima, notamos que o protocolo também é utilizado na configuração de servidores SMTP (Servidores de e-mail e Agentes de Transferência de Mensagens - MTAs) para enviar, receber e retransmitir mensagens de e-mail pela internet.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 29: o recurso é improcedente, conforme segue abaixo recorte do conteúdo programático para cotejo:

ANALISTA DE TI – I – SISTEMAS: Sistemas Operacionais: Windows (10 ou superior, na sua instalação padrão, no idioma Português-Brasil); Linux. Desenvolvimento de Sistemas: lógica de programação; estruturas lógicas; lógicas de argumentação; diagramas lógicos; técnicas de análise MER (Modelo entidade relacionamento) e UML; engenharia de software; modelos de processos de desenvolvimento de software; análise de requisitos; modelagem nas fases de análise e projeto; projeto de interface de usuário: prototipação, estratégias e técnicas de teste; processo de desenvolvimento de aplicações Web; projeto baseado em componentes. Servidores de aplicação Web: conhecimento de Apache e IIS; conhecimento avançados no desenvolvimento de sistemas na plataforma de Scriptcase: principais características e componentes; conceitos e princípios de programação orientada a objetos. Linguagens de Programação: Java Script, PHP, XML, HTML, Visual Basic. Conhecimentos de HTML, XML, Javascript, JSON e CSS. Banco de Dados: MYSQL; MSSQL Server; Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD); modelagem de dados; projeto de banco de dados relacional; modelo de entidades e relacionamentos; modelo relacional; normalização; mapeamento Objeto-Relacional; Bancos de Dados Orientados a Objeto. Administração de Redes: Topologia de redes; segurança em redes de computadores; cabeamento estruturado; elementos ativos de rede: switches gerenciáveis, roteadores; configuração de RAID 0,1,5,10 em servidores e storages; protocolo: TCP/IP, SNMP, ATM, PPP, HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, Telnet, SSH, padrão IEEE 802; cálculo de endereçamento de redes; meios de transmissão: par trançado, fibra ótica, wireless; servidores e serviços: DNS, WINS, DHCP, NAT, VLAN, WAN, VPN; conhecimentos avançados de Active Directory, Terminal Server, Firewall (IPTables). Conceitos de qualidade de software. Planejamento de sistemas de informação: Conceitos. Métodos de planejamento. Planejamento estratégico empresarial. Planejamento estratégico de informação. Integração dos elementos das camadas de planejamento. Identificação de necessidades de informação. Arquitetura de sistemas de informação. Plano de informática. Componentes e priorização. Formalização e controle. Organização e métodos. Gerência de projetos (PMBOK 5ª edição). ITIL V3 e COBIT.

34

ANALISTA DE TI – II – SISTEMAS: Sistemas Operacionais: Windows (10 ou superior, na sua instalação padrão, no idioma Português-Brasil); Linux. Desenvolvimento de Sistemas: lógica de programação; estruturas lógicas; lógicas de argumentação; diagramas lógicos; técnicas de análise MER (Modelo entidade relacionamento) e UML; engenharia de software; modelos de processos de desenvolvimento de software; análise de requisitos; modelagem nas fases de análise e projeto; projeto de interface de usuário: prototipação, estratégias e técnicas de teste; processo de desenvolvimento de aplicações Web; projeto baseado em componentes. Servidores de aplicação Web: conhecimento de Apache e IIS; conhecimento avançados no desenvolvimento de sistemas na plataforma de Scriptcase: principais características e componentes; conceitos e princípios de programação orientada a objetos. Linguagens de Programação: Java Script, PHP, XML, HTML, Visual Basic. Conhecimentos de HTML, XML, Javascript, JSON e CSS. Banco de Dados: MYSQL; MSSQL Server; Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD); modelagem de dados; projeto de banco de dados relacional; modelo de entidades e relacionamentos; modelo relacional; normalização; mapeamento Objeto-Relacional; Bancos de Dados Orientados a Objeto. Administração de Redes: Topologia de redes; segurança em redes de computadores; cabeamento estruturado; elementos ativos de rede: switches gerenciáveis, roteadores; configuração de RAID 0,1,5,10 em servidores e storages; protocolo: TCP/IP, SNMP, ATM, PPP, HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, Telnet, SSH, padrão IEEE 802; cálculo de endereçamento de redes; meios de transmissão: par trançado, fibra ótica, wireless; servidores e serviços: DNS, WINS, DHCP, NAT, VLAN, WAN, VPN; conhecimentos avançados de Active Directory, Terminal Server, Firewall (IPTables). Conceitos de qualidade de software. Planejamento de sistemas de informação: Conceitos. Métodos de planejamento. Planejamento estratégico empresarial. Planejamento estratégico de informação. Integração dos elementos das camadas de planejamento. Identificação de necessidades de informação. Arquitetura de sistemas de informação. Plano de informática. Componentes e priorização. Formalização e controle. Organização e métodos. Gerência de projetos (PMBOK 5ª edição). ITIL V3 e COBIT.

JSTL é o acrônimo de JavaServer Pages Standard Template Library, que podemos ser usado para recuperar dados de forma transparente usando como componente básico da JEE o qual é muito usado na programação pura, como costume chamar quando programamos diretamente e tão somente no JSP (Java Server Pages) utilizado em aplicações web simples.

Pode servir, como mecanismo básico de recuperação de dados, de um banco de dados, de um arquivo de contexto e (ou) XML (XML (Extensible Markup Language) é uma recomendação da W3C para gerar linguagens de marcação para necessidades especiais). Ainda falando sobre o uso da JSTL é bem interessante frisar que podemos através dela (JSTL), usar de maneira embutida, o código de lógica Java, sem necessariamente usar uma classe Java.

JSTL ainda cabe dizer que visa permitir que os programadores usem tags em vez de código Java, bastante aceito e sugerido quando necessitamos de algo mais rápido, uma simples amostragem, como exemplos rápidos, consultas pré-ordenadas. Como exemplo de mal uso da programação, por vezes um profissional abusa do código junto ao HTML, HTML+JSP ou aplicações web simples:

| Pacote | Sugestão de prefixo | Descrição |
|----------------|---------------------|---|
| JSTL Core | C | Tags relacionadas à lógica e controle como (if, forEach, url, set, import, etc.). |
| JSTL fmt | fmt | Tags para formatação e internacionalização de dados |
| JSTL sql | sql | Tags para acessar, inserir, alterar e deletar dados em um servidor de banco de dados. |
| JSTL xml | xml | Tags para seleção, parser e transformação de modelos XML. |
| JSTL functions | Fn | Conjunto de funções para o processamento de objetos Strings e coleções |

JavaScript é uma linguagem de programação versátil e amplamente utilizada. Ela permite a criação de conteúdos interativos e dinâmicos em websites. Com recursos poderosos, como manipulação de elementos HTML, interação com o usuário e acesso a APIs, JavaScript é essencial para o desenvolvimento de aplicações web modernas e responsivas. Sua função é fornecer funcionalidades avançadas aos navegadores, tornando a experiência do usuário mais fluida e interativa.

Além de ser a principal linguagem de programação no desenvolvimento web, o JavaScript também é usado em muitos outros contextos, como aplicações móveis, servidores, jogos e até Internet das Coisas. Sua natureza versátil e ampla adoção pela comunidade de desenvolvedores fazem dele uma ferramenta poderosa para criar desde pequenos scripts até aplicações complexas. Com JavaScript, é possível criar interações dinâmicas, validar formulários, manipular dados, realizar chamadas assíncronas e muito mais.

Principais características do HTML:

- Front-end Development;
- Desenvolvimento de Aplicativos Móveis;
- Desenvolvimento de Jogos;
- Internet das Coisas (IoT).

Dito isso, o tema abordado na questão, enunciado e alternativas, está dentro do conteúdo programático, nos temas Linguagens de Programação: Java Script; PHP; XML; HTML; Visual Basic. Conhecimentos de HTML, XML, Javascript, JSON e CSS. Banco de Dados: MYSQL; MSSQL Server. Também se aplica em estratégias e técnicas de teste; processo de desenvolvimento de aplicações Web; projeto baseado em componentes, Servidores de aplicação Web: conhecimento de Apache e IIS.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 39: o recurso é improcedente, pois contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas para a questão ser considerada como válida:

Abaixo segue trecho do material utilizado para a elaboração da questão:

- **Modelos de dados conceituais:** esses modelos, algumas vezes chamados modelos de domínio, são tipicamente usados para explorar conceitos do domínio com os envolvidos no projeto. Em equipes ágeis, modelos conceituais de alto nível são normalmente criados como parte do esforço inicial do entendimento dos requisitos do sistema, pois eles são usados para explorar as estruturas e conceitos de negócio estáticos de alto nível. Em equipes tradicionais (não ágeis), modelos de dados conceituais são normalmente criados como precursores aos modelos lógicos de dados (MLD) ou suas alternativas.
- **Modelos Lógico de Dados (MLDs):** MLDs são usados para explorar os conceitos do domínio e seus relacionados. Isso pode ser feito para o escopo de um simples projeto ou para uma empresa inteira. MLDs descrevem os tipos de entidades lógicas, tipicamente referenciadas simplesmente como tipos de entidades, os atributos de dados que descrevem essas entidades e os relacionamentos entre as entidades. MLDs são raramente usados em projetos ágeis apesar de normalmente estarem presentes em projetos tradicionais (onde eles raramente adicionam muito valor na prática).
- **Modelos Físicos de Dados (MFDs):** MFDs são usados para projetar o esquema interno de um banco de dados, descrevendo as tabelas de dados, as colunas de dados das tabelas e o relacionamento entre as tabelas. MFDs normalmente são bastante úteis em projetos ágeis e tradicionais, por isso este será o foco deste artigo: modelagem física dos dados.

O candidato não apontou nenhuma outra alternativa como sendo correta e, segundo as definições retiradas deste e outros materiais de estudo, os Modelos Físicos de Dados (MFDs) são usados para projetar o esquema interno de um banco de dados, descrevendo as tabelas de dados, as colunas de dados das tabelas e o relacionamento entre as tabelas.

Embora MLDs e MFDs parecerem similares, e eles de fato são, o nível de detalhes que eles modelam pode ser significativamente diferente. Isso porque o objetivo de cada diagrama é diferente – podemos usar um MLD para explorar conceitos do domínio com os envolvidos no projeto e MFD para definir o projeto do banco de dados. A Figura 1 apresenta um simples MLD e a Figura 2 um simples MFD, ambos modelando o conceito de clientes e endereços, assim como o relacionamento entre eles. Ambos os diagramas seguem a notação de Barker, que será descrita a seguir. Note como o MFD mostra mais detalhes, incluindo uma tabela associativa necessária para implementar a associação, assim como as chaves necessárias para manter os relacionamentos. Mais detalhes sobre esses conceitos serão descritos a seguir.

MFDs devem também refletir os padrões de nomenclatura de banco de dados da organização. Neste caso, uma abreviação do nome da entidade é colocada para cada nome de coluna e uma abreviação para “número” foi consistentemente introduzida. Um MFD deve também indicar os tipos de dados das colunas, tais como integer e char(5). Apesar de a Figura 2 não mostrá-las, tabelas de referência como para o endereço é usado, assim como para estados e países estão implícitos pelos atributos END_USADO_CODIGO, END_ESTADO_CODIGO, END_PAIS_CODIGO.

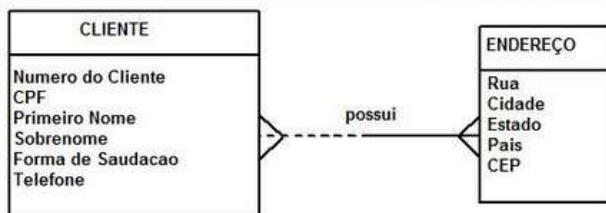


Figura 1. Um simples modelo lógico de dados



Figura 2. Um simples modelo físico de dados

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 40: o recurso é improcedente, pois contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas para a questão ser considerada como válida:

Abaixo segue a definição das alternativas apontadas pelo candidato como sendo corretas:

(A) Array: são estruturas que servem para guardar dados, e organizá-los. Seu objetivo é ser um espaço fixo na memória do computador que armazena elementos. Esses elementos podem ser acessados por um tipo de indicação, que chamamos de índice.

De forma mais robusta, um array é uma estrutura de dados que serve para guardar elementos em um espaço da memória. Estes espaços da memória são chamados de variáveis. No curso de JavaScript você aprende tudo sobre os arrays, as variáveis, os tipos e muito mais.

A definição de arrays é muito parecida com a definição de variáveis. A única diferença é que em array é necessário especificar seu tamanho (quantos elementos ele tem).

Arrays são geralmente descritas como "lista de objetos"; elas são basicamente objetos que contêm múltiplos valores armazenados em uma lista. Um objeto array pode ser armazenado em variáveis e ser tratado de forma muito similar a qualquer outro tipo de valor, a diferença está em podermos acessar cada valor dentro da lista individualmente, e fazer super úteis e eficientes coisas com a lista, como laço através da lista e fazer a mesma coisa para cada valor.

(D) String: por definição, strings são sequências de caracteres alfanuméricos (letras, números e/ou símbolos) amplamente usadas em programação. Em Javascript, por exemplo, uma string sempre estará entre aspas.

Resumidamente String e Arrays podem causar interpretações de que sejam iguais, mas pelos fatos apontados, uma array (sentenças, declarações ou variáveis) é bem mais completa e complexa do que uma string (elementos).

Ao que foi proposto no enunciado, string é a alternativa correta por ser representações de elementos (letras, números e/ou símbolos).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 41: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 41, anulando-a.

Questão 45: o recurso é improcedente, pois contraponto os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas da alternativa considerada como correta pela candidata estar inválida.

Iptables é a aplicação nativa de firewall do Linux. Através dele, pode-se realizar bloqueio de IPs, controle de tráfego de entrada, bloqueios de saída de tráfego. Além disso, ele também possui funções avançadas como controle de tráfego por uma porta específica, decidindo quais conexões são permitidas e quais são bloqueadas.

Essas regras podem ser configuradas para permitir que certos tipos de tráfego, como navegação na web, passem livremente, enquanto bloqueiam outras atividades maliciosas, como tentativas de invasão ou acesso não autorizado ao seu sistema.

No iptables, existem quatro tabelas principais, cada uma com suas cadeias (chains) e propósitos específicos usados para filtrar o tráfego de pacotes com base em regras definidas. As três cadeias padrão nesta tabela são:

- **INPUT:** Essa cadeia lida com pacotes destinados à própria máquina (tráfego de entrada).
- **OUTPUT:** Essa cadeia lida com pacotes originados na própria máquina e enviados a outros destinos (tráfego de saída).
- **FORWARD:** Essa cadeia lida com pacotes que estão apenas passando pelo sistema, atuando como um roteador.

Trazendo para o cenário da questão, Alice administra uma rede corporativa com ambiente Linux e deseja garantir que os colaboradores não tenham acesso a um site específico da internet. Como o bloqueio deve sair da rede onde estão as máquinas dos usuários até o servidor onde está hospedado a rede social (IP 189.1.50.1), Alice deve utilizar o iptables para bloquear o acesso a essa rede social. Com isso, o comando realizado para efetuar o bloqueio foi: `iptables -A OUTPUT -p tcp -d 189.1.50.1 -j DROP`

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 48: o recurso é improcedente, pois contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas para a questão ser considerada como válida.

Abaixo a proposição III, apontado pelo candidato como incorreta, “***Na maioria das linguagens de programação, os dados de tipo real são aqueles que podem possuir componentes decimais ou fracionários, e podem também ser positivos, negativos ou zero***”.

Segue abaixo o documento utilizado para elaboração da questão, que ratifica o texto composto na proposição:



3 - Dados Numéricos Reais

Os dados de tipo real são aqueles que podem possuir componentes decimais ou fracionários, e podem também ser positivos ou negativos.

Exemplos de dados do tipo real:

24.01 - número real positivo com duas casas decimais

144. - número real positivo com zero casas decimais

-13.3 - número real negativo com uma casa decimal

0.0 - número real com uma casa decimal

1. - número real com zero casas decimais

Observe que há uma diferença entre '0', que é um dado do tipo inteiro, e '0.' (ou '0.0') que é um dado do tipo real. Portanto, a simples existência do ponto decimal serve para diferenciar um dado numérico do tipo inteiro de um do tipo real.

Tipos de Dados



• REAL

- Os dados de tipo **real** são aqueles que podem possuir componentes decimais ou fracionários, e podem também ser positivos ou negativos.
- Como dito anteriormente, os elementos dos conjuntos de números **fracionários** e **reais** são necessariamente representados nos computadores por dados do tipo **real**.

- Exemplos de dados do tipo real:

- 24.01 - número real positivo com duas casas decimais
- 13.3 - número real negativo com uma casa decimal

Outro trecho retirado de material distinto onde mostra a definição de dados numéricos do tipo real:

Tipos de Dados

■ Dados Numéricos Reais

- Os dados de tipo **real** são aqueles que podem possuir componentes decimais ou fracionários, e podem também ser positivos ou negativos.

Exemplos de dados do tipo real:

| | |
|-------|--|
| 24.01 | - número real positivo com duas casas decimais |
| 144. | - número real positivo com zero casas decimais |
| -13.3 | - número real negativo com uma casa decimal |
| 0.0 | - número real com uma casa decimal |
| 0. | - número real com zero casas decimais |

Dados do tipo float e double são utilizados nas situações abaixo:

Os tipos de dados float e double são usados para guardar números reais. A diferença entre eles é a precisão. O float tem uma precisão de 6 casas decimais e o double tem uma precisão de 10 casas decimais.

Quando usar double: pode ser usado double em vez de decimal quando otimizar o desempenho for mais importante do que garantir a precisão. No entanto, qualquer diferença no desempenho passaria despercebida por todos, exceto pelos aplicativos com maior uso de cálculo.

Quando usar float: se puder arredondar os decimais sem afetar seu projeto, use float. Se você precisar de mais precisão em seus decimais, use double. Em projetos curtos, realmente não importa se você usa double ou float, mas em projetos muito grandes isso lhe daria uma vantagem quando se trata de economizar recursos e memória.

Sendo assim, o texto descrito na proposição III está correto em sua definição, construção e lógica, dentro de programação.

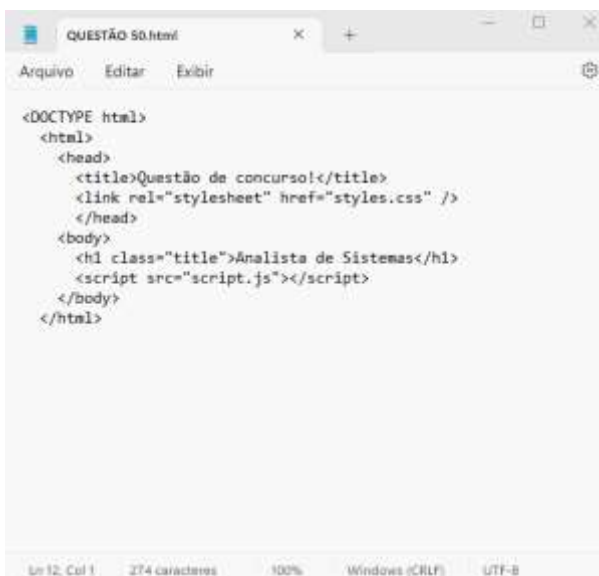
Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 50: o recurso é improcedente, contrapondo os argumentos apresentados em recurso, apresentamos as justificativas para a questão ser considerada como válida.

Abaixo segue a código HTML utilizado no enunciado:

```
<!DOCTYPE html>
<html>
  <head>
    <title>Questão de concurso!</title>
    <link rel="stylesheet" href="styles.css" />
  </head>
  <body>
    <h1 class="title">Analista de Sistemas</h1>
    <script src="script.js"></script>
  </body>
</html>
```

Agora, demonstraremos que o código acima no bloco de notas, onde podemos salvar o arquivo como HTML para demonstração do resultado:



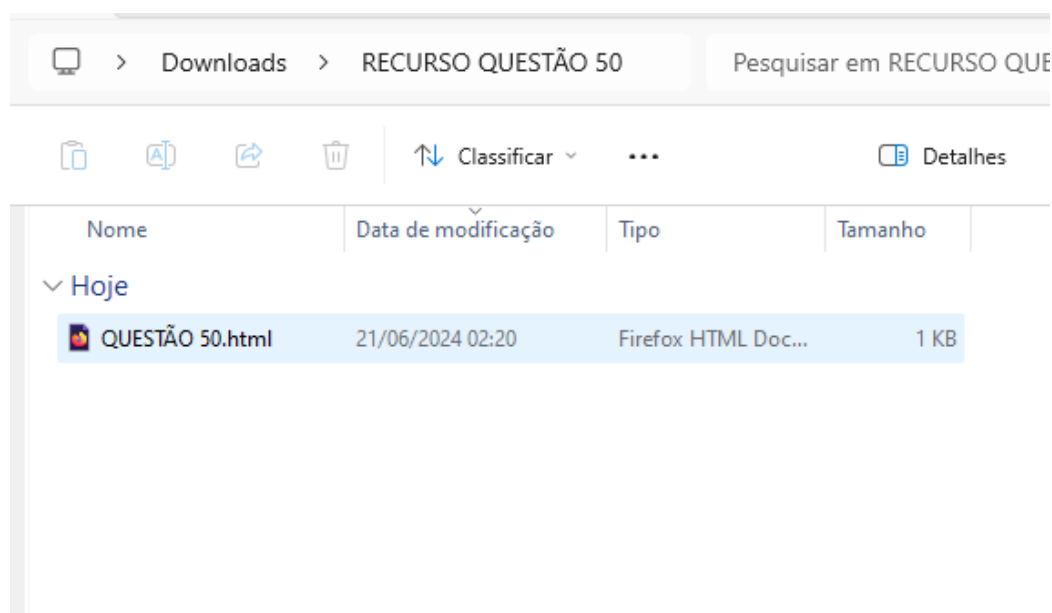
```
QUESTÃO 50.html
Arquivo  Editar  Exibir

<!DOCTYPE html>
<html>
  <head>
    <title>Questão de concurso!</title>
    <link rel="stylesheet" href="styles.css" />
  </head>
  <body>
    <h1 class="title">Analista de Sistemas</h1>
    <script src="script.js"></script>
  </body>
</html>
```

Ln 12, Col 1 274 caracteres 100% Windows (CRLF) UTF-8

Note que o código integralmente possui 12 linhas, 1 coluna e 274 caracteres referente ao código completo, não havendo outros trechos que possam ser interpretados como incompletos ou com o objetivo de montar uma “pegadinha”.

Agora, vamos demonstrar o arquivo salvo, no caso, com o navegador padrão Mozilla Firefox:

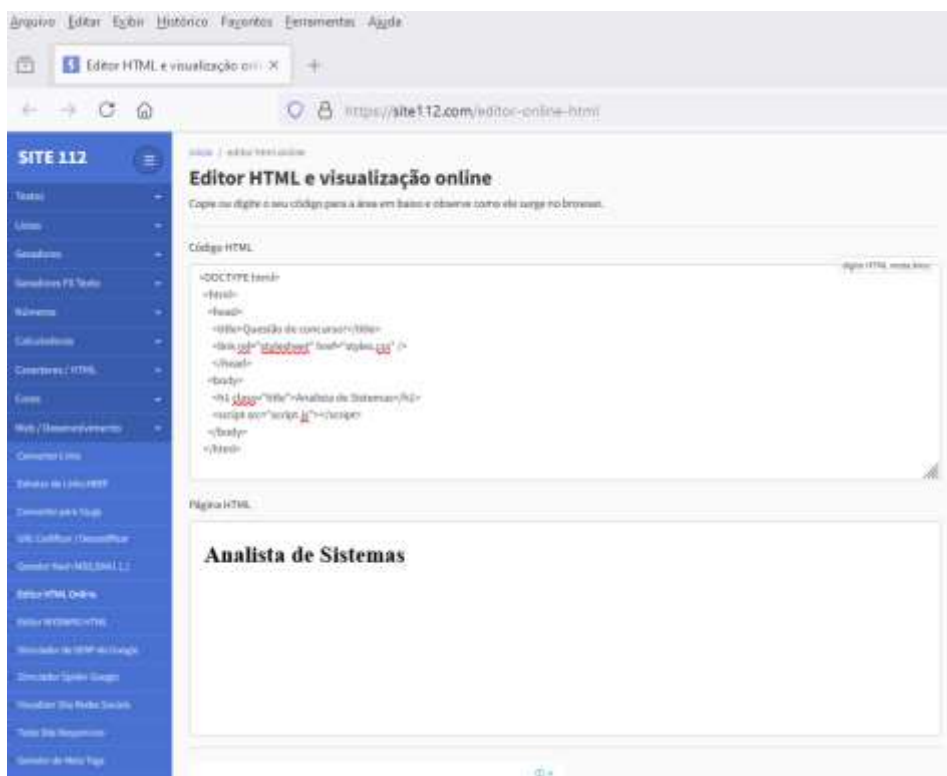


Ao executar o arquivo com dois cliques do mouse ou a tecla ENTER do teclado, o resultado aparece no navegador da forma abaixo:



Pode-se notar que o resultado mostrado no navegador foi a frase Analista de Sistemas. O código aparece em sua integralidade, sem trecho de código oculto ou outra síntese que possa caracterizar má fé ou questão mal formulada como apontou o candidato em seu argumento.

Se levar o mesmo código para um compilador online, o resultado será o mesmo, como na imagem abaixo:



Utiliza-se o compilador online: <https://site112.com/editor-online-html>

Qualquer outro compilador online criará o mesmo resultado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONTADOR (CARGO 327)

Questão 50: o recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da prova.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 50, anulando-a.

FONOAUDIÓLOGO (CARGO 329)

Questão 21: o recurso é improcedente, pois a anamnese é um instrumento muito útil na avaliação audiológica infantil e deve ser aplicada de forma cuidadosa e detalhada, contendo dados dos antecedentes e períodos: pré, peri e pós natais e do desenvolvimento global da criança sendo eles: neuropsicomotor, sensorial, de fala e de linguagem. A questão que invalida a proposição III, não está na subdivisão da anamnese em queixa e indicador de risco e sim que nesta subdivisão relata somente o desenvolvimento de fala e de linguagem e não o desenvolvimento **global** que inclui desenvolvimento neuropsicomotor, sensorial, de fala e linguagem. O desenvolvimento de fala e linguagem não são os únicos aspectos do desenvolvimento que necessitam ser inseridos e investigados na anamnese. Portanto, a alternativa correta é a "C" e não a "D", pois a proposição III não se encontra correta pela justificativa supracitada.

Fonte: descomplicando a audiologia infantil – organizadora Marisa Frasson de Azevedo, Editora Book Toy, 2024 – Capítulo 1: Anamnese.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 25: o recurso é improcedente, pois a questão faz a seguinte abordagem: Dentre as características comportamentais/e ou desenvolvimento da criança que podem auxiliar no diagnóstico auditivo, a criança com perda auditiva coclear com grau de perda auditiva: discreto, leve, moderado, severo e profundo maior ou igual a 71dB, pode apresentar:

Ressalta-se que na proposição II não há erro de digitação sendo a palavra correta alto falante, no sentido literal, ou seja, conforme descrito em dicionário (substantivo masculino).

1. Acessório dos aparelhos de radiotelefonia que amplifica o som, permitindo a audição em comum sem necessidade de auscultadores. (Há dois tipos de altifalantes: o de pavilhão e o difusor.)

2. Aparelho destinado a ampliar e difundir os sons emitidos ao microfone.

"alto-falante", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/alto-falante>.

A criança dependendo do grau da perda se utiliza desta pista tátil, no alto falante, para ter outros suportes como a vibração do som emitida por altos falantes.

Quanto aos questionamentos da proposição III, não se enquadra com o enunciado da questão, o qual coloca: "....." a criança com perda auditiva coclear com grau de perda auditiva: discreto, leve, moderado, severo e profundo maior ou igual a 71dB, pode apresentar"... portando, são características que podem estar em crianças com grau discreto apenas, ou moderado ou severo ou profundo e na argumentação do requerente ele se refere somente ao que a criança com perda severa profunda pode manifestar, mas não insere que estas características podem estar presentes em crianças com os outros graus de perdas contidas no enunciado.

Fonte: descomplicando a audiologia infantil – organizadora Marisa Frasson de Azevedo, Editora Book Toy, 2024. P. 23-25. Guia de orientação na avaliação audiológica, Vol. 1. Elaborado por Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, julho de 2023.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 32: o recurso é improcedente, pois não há que se falar em dúvida, confusão ou prejuízo no entendimento, pois a palavra mencionada pelos candidatos não precisaria nem estar ali, uma vez que sua explicação (gagueira) estava imediatamente após, entre parêntesis, sendo a gagueira um dos transtornos associados ao que é solicitado no enunciado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 36: o recurso é improcedente, pois o fonoaudiólogo atuante na área da disfagia neonatal dever ter:

I – Conhecimento das funções de sucção, deglutição e respiração, bem como da coordenação entre elas na fase intrauterina, e transpor para o desenvolvimento pós-natal.

II - Na avaliação das funções alimentares, a observação dos reflexos orais de alimentação e de proteção, a sucção não nutritiva e nutritiva (aleitamento materno, copo ou outra forma), estado de consciência, ou seja, sono profundo, leve, sonolência, alerta com inatividade, alerta com atividade e choro, devem ser considerados no dia a dia do manejo com o recém-nascido prematuro e de risco.

III - No dia a dia do manejo com o recém-nascido prematuro e de risco devem ser levados em consideração pelo fonoaudiólogo, a estabilidade clínica, maturidade neurológica, prontidão para a alimentação e coordenação sucção-deglutição/respiração.

No argumento do candidato, coloca em um dos parágrafos, o conceito de respiração aplicado à fase intrauterina é incorreto, pois o feto não respira da mesma maneira que faz após o nascimento. Ademais na questão não é colocado em pauta a diferenciação da respiração da fase intra e pós, mas sim que o profissional da área da fonoaudiologia, quando trabalha com a área da disfagia precisa ter conhecimento das funções de sucção, deglutição e respiração na fase pré e pós. Não sendo justificativa de anulação da questão e tampouco do gabarito que está correto.

A respiração, assim como a deglutição e dentre outras funções sofrem processos de maturação e modificações após o nascimento. Por exemplo, a deglutição está presente na fase intra uterina, tendo suas primeiras ocorrências por volta da 13 semana de gestação, apresentando imaturidade transitória ao nascimento, sendo ajustada em aproximadamente 48 horas.

Fonte: Mapas Conceituais em fonoaudiologia: Disfagia. Book Toy – 1ª edição, 2022.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

PSICOPEDAGOGO (CARGO 330)

Questão 21: o recurso é improcedente, pois há hiperassimilação, segundo Paín (1985), há uma internalização prematura dos esquemas, havendo um predomínio lúdico. Na hipoassimilação há somente a pobreza de contato com o objeto, cujos esquemas encontram-se empobrecidos, ocorrendo em um déficit criativo.

Fonte: PAÍN, 1985; Fernandez, 1991; Sampaio, 2009.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 22: o recurso é improcedente, pois o psicopedagogo pode emitir um laudo circunstanciado que é um documento detalhado que descreve minuciosamente os aspectos observados durante a avaliação psicopedagógica de um indivíduo. Este tipo de laudo é caracterizado pela profundidade e especificidade das informações, proporcionando uma análise abrangente e detalhada das condições e necessidades do avaliado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 23: o recurso é improcedente, pois o processo terapêutico diz respeito à atuação clínica. Ademais, a questão solicitava a função do psicopedagogo em contexto institucional.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 26: o recurso é improcedente, pois quando age de maneira remediativa, o problema já está instalado. Age de maneira preventiva quando auxilia a não ocorrerem os sintomas. Ademais, o termo adaptativo não é um processo de trabalho do psicopedagogo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 27: o recurso é improcedente, pois questões emocionais, tomadas isoladamente, não constituem indicativo de dislexia.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 29: o recurso é procedente, pois a questão foi anulada desde a publicação do gabarito preliminar, conforme segue abaixo para cotejo:

| 330 - Psicopedagogo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| B | B | A | C | D | A | C | A | C | D | B | C | A | A | B | C | D | C | A | B | B | D | B | C | C | A | C | A | * | A | A | C | C | B | A | D | B | C | A | D | B | B | A | D | D | B | A | C | D | B |

(*) questão anulada e ponto atribuído a todos os presentes

Diante do exposto, a banca examinadora ratifica a anulação da questão 29.

Questão 30: o recurso é improcedente, pois a disgrafia não é necessariamente caso de ordem médica. O psicopedagogo pode encaminhar o paciente ao médico, caso seus métodos de intervenção não logrem êxito.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 32: o recurso é improcedente, pois conforme o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem 11.9. **Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente;** 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. 11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente, aos pedidos Deferidos e Indeferidos, por meio dos sites INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da FIEB - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI/SP (fieb.edu.br). 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 34: o recurso é improcedente, pois conforme o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem 11.9. **Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente;** 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. 11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente, aos pedidos Deferidos e Indeferidos, por meio dos sites INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da FIEB - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI/SP (fieb.edu.br). 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 36: o recurso é improcedente, pois no estágio sensório-motor, que vai de 0 a 2 anos, não se aplicam os testes de prova de Piaget.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 41: o recurso é improcedente, pois a psicopedagogia foi constituída historicamente de maneira interdisciplinar, sendo a psicanálise um de seus campos de estudo. Cita-se, por exemplo, o uso de técnicas projetivas embasadas na psicanálise.

Ademais, segue o gabarito para cotejo:

| 330 - Psicopedagogo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| B | B | A | C | D | A | C | A | C | D | B | C | A | A | B | C | D | C | A | B | B | D | B | C | C | A | C | A | * | A | A | C | C | B | A | D | B | C | A | D | B | A | D | D | B | A | C | D | B | |

(*) questão anulada e ponto atribuído a todos os presentes

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 46: o recurso é improcedente, conforme recorte que abaixo segue:

Kocs (apud GARCÍA, 1998) classificou a discalculia em seis subtipos, podendo ocorrer em combinações diferentes e com outros transtornos:

- **Discalculia Verbal** – dificuldade para nomear as quantidades matemáticas, os números, os termos, os símbolos e as relações;
- **Discalculia Practognóstica** – dificuldade para enumerar, comparar e manipular objetos reais ou em imagens, matematicamente;
- **Discalculia Léxica** – dificuldades na leitura de símbolos matemáticos;
- **Discalculia Gráfica** – dificuldades na escrita de símbolos matemáticos;
- **Discalculia Ideognóstica** – dificuldades em fazer operações mentais e na compreensão de conceitos matemáticos;
- **Discalculia Operacional** – dificuldades na execução de operações e cálculos numéricos.

Fonte: Sampaio, Simaia. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola/Simaia Sampaio. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019. p. 120.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Questão 47: o recurso é improcedente, pois o candidato baseia-se em suas próprias conclusões, sem apresentar argumentação plausível. A título de contrapor a letra “C”, observa-se que o diagnóstico do TDAH só pode ser fornecido por um médico, conforme Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022, emitida pelo Ministério da Saúde.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

É o que tem a esclarecer.

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social